

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA
MENSAL

Fundada em 1938

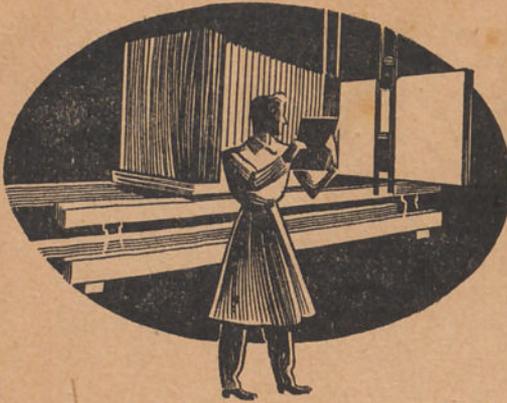
N.º 142

VOLUME XXXVIII

FEVEREIRO, 1950



DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR — ÁLVARO PINTO
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — TIP. DA EDITORIAL IMPÉRIO, L.^{DA} — LISBOA



A fotografia é a base...

de toda a gravura. Material moderno, fotógrafos especializados neste género de trabalho são condições primárias para a obtenção de bons clichés. A melhor aparelhagem fotográfica e uma equipa de fotógrafos com longa prática, mantêm há muitos anos a categoria de primeiros fotografores do país a

BERTRAND (IRMÃOS), L.^{DA}

I. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma Edição
Crítica das Obras de Gil Vicente

NOTAS I A V

incluindo a Introdução à
edição facsimilada do
Centro de Estudos Históricos
de Madrid

1 volume de 664 páginas, 22
facsímlies e extensos Índices 150\$00
Edição especial numerada de
1 a 100 180\$00

Edição da Revista 'Ocidente'

A
CO
PROD
DA
DE
QUE
NA
EN

Cruz
Aplique
dência u
Portugue
Os selos
Vermelha
Jan

CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL (ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI)

Leitura, Comentários e Glossário por
Elza Pareco Machado e José Pedro Machado

1.ª edição integral do mais extenso e completo dos Cancioneiros Medievais Portugueses
Volume I, com 408 páginas e 80 de fac-símile — 150\$00; edição especial — 250\$00. Enc. 280\$00 e 400\$00.
Assinatura de 5 tomos, a partir do 6.º — 125\$00. Edição especial — 225\$00.

A obra completa deve constar de 40 tomos em 8 volumes
Edição da 'Revista de Portugal' — LISBOA — PORTUGAL

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR: **ÁLVARO PINTO**
GERENTE: **MARIA AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO**

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL
FUNDADA EM 1938
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DE S. FELIX, 41-1.º DT.º — OFFICINAS: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA, R. DO SALITRE, 155, 1.º — LISBOA

SUMÁRIO DO N.º 142 / VOLUME XXXVIII / FEVEREIRO DE 1950

EM PROL DA CULTURA (Com as adesões da Federação dos Sindicatos dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos e da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto) — Pág. 65/66 e 112/114.

EZEQUIEL DE CAMPOS — «Problemas de hoje — XI — A lição da vida» — Pág. 67/72.

ANTÓNIO CORRÊA DE OLIVEIRA — «O manto do Ano Santo» — Versos — Pág. 73.
«Homenagem ao Poeta António Corrêa de Oliveira» — com um estudo de TASSO DA SILVEIRA — Pág. 74/80.

JOAQUIM LOPES — «Soares dos Reis» — com dois desenhos — Pág. 81/86.

RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clio — Ler catálogos» — Pág. 87/89.

DIOGO DE MACEDO — «Notas de Arte — Um despropósito para meditação — Do natural — Manchas de popularidade — A Pintora Santos Braga — Registo» — Pág. 90/95.

AUGUSTO MORENO — «Consultório linguístico» — Pág. 96/99.

NUNO DE ALMEIDA — «Crónica colonial — O café» — Pág. 100/101.

«Teatro Nacional de São Carlos — Ópera Portuguesa» — Pág. 102.

BIBLIOGRAFIA — Notas de JOÃO DE CASTRO OSÓRIO, JULIAO QUINTINHA e outras — Pág. 103/111.

Livros recebidos — Pág. 111/112.

ÁLVARO PINTO — «Notas e Comentários» — Pág. 115/120.

ILUSTRAÇÕES

O escudo de D. João 1.º no brasão de Ceuta — Pág. 80-A.

Em Ceuta, uma rua ostenta em letras bem visíveis e legíveis o nome de D. João I de Portugal — Pág. 80/A.

A rua de Camões, na placa do nome, tem a efígie do glorioso Poeta — Pág. 80/A.

O Desterrado e A Saudade — por SOARES DOS REIS — Pág. 80/B.

Traseiras da Casa-Oficina de Soares dos Reis — desenho de JOAQUIM LOPES — Pág. 83.

Soares dos Reis — desenho de JOAQUIM LOPES — Pág. 86.

SUPLEMENTO

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO — «Gonzaga e a Justiça» — Confrontação de Baltasar Gracián e Tomás António Gonzaga — Pág. 1/32.

ASSINATURA

Portugal — 6 meses	95\$00;	Ano	180\$00
Colónias portug. e Espanha ...	>		190\$00
Brasil	>		180 cr.
Estrangeiro, dollars U. S.	>		\$ 10.00

Com direito aos números especiais

NÚMERO AVULSO

Portugal	17\$50
Colónias portug. e Espanha	18\$00
Brasil	17,5 cr.
Estrangeiro, dollars U. S. A.	\$ 0.90

Números atrasados (1/104) — 15\$00

REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA FUNDADA EM 1942

Publicações os n.º 1 a 81 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura de 10 números — 150\$00

DIRECTOR — ÁLVARO PINTO

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152 PAGINAS — 30\$00



A fotografia é a base...

de toda a gravura. Material moderno, fotógrafos especializados neste género de trabalho são condições primárias para a obtenção de bons clichés. A melhor aparelhagem fotográfica e uma equipa de fotógrafos com longa prática, mantém há muitos anos a categoria de primeiros fotogравadores do país a

BERTRAND (IRMÃOS), L.^{DA}

I. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma Edição
Crítica das Obras de Gil Vicente

NOTAS I A V

incluindo a Introdução à
edição facsimilada do
Centro de Estudos Históricos
de Madrid

1 volume de 664 páginas, 22
facsímlies e extensos Índices 150\$00
Edição especial numerada de
1 a 100 180\$00

Edição da Revista 'Ocidente'

A COVINA

PRODUZ QUASE O DOBRO

DA CHAPA MECANICA

DE VIDRO

QUE É CONSUMIDA

NA METRÓPOLE

E NAS COLÓNIAS



SELOS

da

Cruz Vermelha Portuguesa

Aplique sempre na sua correspon-
dência um selo da Cruz Vermelha
Portuguesa, Instituição das mais no-
bres e beneméritas.

Os selos vendem-se na sede da Cruz
Vermelha — Palácio do Conde de Óbidos
Jardim 9 de Abril — Lisboa

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR: ALVARO PINTO
GERENTE: MARIA AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL
FUNDADA EM 1938
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DE S. FELIX, 41-1.º DT.º — OFFICINAS: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA, R. DO SALITRE, 155, 1.º — LISBOA

SUMÁRIO DO N.º 142 / VOLUME XXXVIII / FEVEREIRO DE 1950

EM PROL DA CULTURA (Com as adesões da Federação dos Sindicatos dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos e da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto) — Pág. 65/66 e 112/114.

EZEQUIEL DE CAMPOS — «Problemas de hoje — XI — A lição da vida» — Pág. 67/72.

ANTÓNIO CORRÊA DE OLIVEIRA — «O manto do Ano Santo» — Versos — Pág. 73. «Homenagem ao Poeta António Corrêa de Oliveira» — com um estudo de TASSO DA SILVEIRA — Pág. 74/80.

JOAQUIM LOPES — «Soares dos Reis» — com dois desenhos — Pág. 81/86.

RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clio — Ler catálogos» — Pág. 87/89.

DIOGO DE MACEDO — «Notas de Arte — Um despropósito para meditação — Do natural — Manchas de popularidade — A Pintora Santos Braga — Registo» — Pág. 90/95.

AUGUSTO MORENO — «Consultório linguístico» — Pág. 96/99.

NUNO DE ALMEIDA — «Crónica colonial — O café» — Pág. 100/101.

«Teatro Nacional de São Carlos — Ópera Portuguesa» — Pág. 102.

BIBLIOGRAFIA — Notas de JOÃO DE CASTRO OSÓRIO, JULIAO QUINTINHA e outras — Pág. 103/111.

Livros recebidos — Pág. 111/112.

ALVARO PINTO — «Notas e Comentários» — Pág. 115/120.

ILUSTRAÇÕES

O escudo de D. João 1.º no brasão de Ceuta — Pág. 80-A.

Em Ceuta, uma rua ostenta em letras bem visíveis e legíveis o nome de D. João I de Portugal — Pág. 80/A.

A rua de Camões, na placa do nome, tem a efígie do glorioso Poeta — Pág. 80/A.

O Desterrado e A Saudade — por SOARES DOS REIS — Pág. 80/B.

Traseiras da Casa-Oficina de Soares dos Reis — desenho de JOAQUIM LOPES — Pág. 83.

Soares dos Reis — desenho de JOAQUIM LOPES — Pág. 86.

SUPLEMENTO

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO — «Gonzaga e a Justiça» — Confrontação de Baltasar Gracián e Tomás António Gonzaga — Pág. 1/32.

ASSINATURA

Portugal — 6 meses	95\$00;	Ano	180\$00
Colónias portug. e Espanha ...	>		190\$00
Brasil	>		180 cr.
Estrangeiro, dollars U. S.	>		\$ 10.00

Com direito aos números especiais

NÚMERO AVULSO

Portugal	17\$50
Colónias portug. e Espanha	18\$00
Brasil	17,5 cr.
Estrangeiro, dollars U. S. A.	\$ 0.90

Números atrasados (1/104) — 15\$00

REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA

FUNDADA EM 1942

Publicações os n.º 1 a 81 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura de 10 números — 150\$00

DIRECTOR — ALVARO PINTO

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152 PAGINAS — 30\$00

Introdução ao
Estudo da
**FILOLOGIA
PORTUGUESA**

por

Manuel de Paiva Boléo

PROFESSOR DE FILOLOGIA PORTUGUESA NA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

À venda o 2.º Milhar



1 volume de 160 págs. — 20\$00

EDIÇÃO DA
'REVISTA DE PORTUGAL'

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

LIÇÕES DE
FILOLOGIA

Seguidas das

Lições Práticas de Por-
tuguês Arcaico

À venda o 2.º Milhar



1 volume de 430 páginas — 70\$00
Tiragem especial — 80\$00

EDIÇÃO DA
'REVISTA DE PORTUGAL'

I. XAVIER FERNANDES

Questões de Lingua Pátria

1.º volume (2.ª edição) com 232
páginas 25\$00
2.º volume com 256 páginas 25\$00

JÚLIO DE LEMOS

*Pequeno Dicionário luso-bra-
sileiro de Vozes de Animais*

1 volume de 160 páginas — 20\$00

*O Elogio do Contista
Trindade Coelho*

1 vol. de 56 páginas — 15\$00

HARRI MEIER

*Ensaios de Filologia
Românica*

1 volume de 260 pág. — 30\$00
Edição especial — 50\$00

JOAQUIM DE CARVALHO

*Os Sermões de Gil Vicente
e a Arte de Pregar*

1 volume de 88 pág. — 15\$00

AFONSO ÁLVARES

Auto de Santo António

Prefácio, Notas e Glossário do
Prof. Almeida Lucas

1 volume de 80 pág. — 12\$50

EDIÇÕES DE 'OCIDENTE' E DA
'REVISTA DE PORTUGAL'

DICIONÁRIO COROGRÁFICO

De Portugal Continental e Insular

Arqueológico, Biográfico, Etimológico, Heráldico, Hidrográfico,
Histórico e Orográfico

Por AMÉRICO COSTA

Esta obra de ilimitada utilidade, coordenada por especialistas e da qual a Livraria Civilização tomou o encargo de prosseguir na sua publicação, abrange todo o

CONTINENTE, MADEIRA E AÇORES

Distritos, cidades, concelhos, vilas, freguesias, povoações, aldeias, lugares, herdades, quintas, casais, granjas, praias, portos, faróis, rios, ribeiros, montes, serras, matas, lagoas, termas, cabos, fontes, minas, castelos, praças, fontes minerais, monumentos nacionais, igrejas, capelas, mosteiros, ruas, travessas, becos e largos das principais cidades; serviços telégrafo-postais, ferroviários, hidráulicos, eléctricos, transportes, automóveis, turismo, fastos, epopeias, varões ilustres, lendas, etc., etc.

Consta de 12 volumes, com cerca de 15.000 páginas, centenas de gravuras, mapas e brasões referentes a cada um dos concelhos do Continente, Madeira e Açores.

Custa, completo e encadernado, capa de percalina Esc. 2.800\$00;

capa de percalina com lombada de carneira Esc. 2.920\$00

O Dicionário Corográfico não será re impresso

Completamos colecções fornecendo mapas, cadernos, fascículos ou volumes em falta

Vendas a pronto pagamento ou por pagamentos suaves

Pedidos de esclarecimentos à LIVRARIA CIVILIZAÇÃO — Rua do Almada, 107 — PORTO — PORTUGAL

Novidades literárias

HERBERT PALHANO

A Expressão léxico-gramatical do 'Leal Conselheiro'

2.^a edição

Com prefácio de João Leda
1 volume de 184 páginas e o retrato
de D. Duarte — 20\$00

RUI GALVÃO DE CARVALHO

Antero de Quental e a Mulher

1 vol. de 60 págs. e 4 ilustrações — 15\$00

FERNANDA DE CASTRO

SORTE

*Romance premiado no concurso
das Casas do Povo*

Capa de Inês Guerreiro

1 vol. de 232 págs. — 20\$00

Edições da Revista 'Ocidente'

Adquira a 2.^a edição de

O ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO

de 10 de Agosto de 1945

Com um ÍNDICE organizado por

Sebastião Pestana e

CERCA DE 20.000 PALAVRAS

extraídas do novo

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO

RESUMIDO

DA LÍNGUA PORTUGUESA

1 volume de 150 páginas

Preço 17\$500 — À cobrança 19\$00

EDIÇÃO DA

«REVISTA DE PORTUGAL»

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS EDIÇÕES de «OCIDENTE» e da «REVISTA DE PORTUGAL»

R. de S. Félix, à Lapa, 41, 1.º, Dt.º — Lisboa

- «OCIDENTE» — Revista mensal ilustrada fundada em 1938 — Director: *Alvaro Pinto* — Número avulso: 17\$50; 37 volumes encadernados em pano (Vol. I a XXXVII — N.ºs 1 a 140) 3.100\$00
- Capas de pano:
- | | |
|--|--------|
| Vols. I/XXXIII, cada uma | 20\$00 |
| Vols. XXXIV/VII, cada uma | 25\$00 |
| Capas com lombada de pele, cada uma 30\$00 e | 35\$00 |
| Qualquer n.º atrasado até o 108 (inclusive) | 15\$00 |
- «REVISTA DE PORTUGAL» — Série A «Língua Portuguesa» — Director: *Alvaro Pinto* — N.º: 17\$50; Volumes I a XI (N.ºs 1/55), cada um, encadernado
- | | |
|--|---------|
| Volume XII (N.ºs 56/60), encadernado | 100\$00 |
| Volume XIII (N.ºs 61/70) e XIV (N.ºs 71/80), preço de cada um, encadernado | 120\$00 |
| Volumes XIII e XIV (N.ºs 61/70 e 71/80), preço de cada um, encadernado | 185\$00 |
- Capas de pano:
- | | |
|--|--------|
| Volumes I/XII, cada uma ... | 20\$00 |
| Volume XIII, cada uma ... | 25\$00 |
| Qualquer n.º atrasado até o 54 (inclusive) | 15\$00 |
- «RAIZES DE PORTUGAL» — pelo *Prof. A. Mendes Correia*—2.ª edição 15\$00
- «VIAGEM» — Poemas de *Cecília Meireles* — Único livro premiado pela Academia Brasileira em 1938
- | | |
|-------|--------|
| | 15\$00 |
|-------|--------|
- «A TETRALOGIA DO PRÍNCIPE IMAGINÁRIO» — por *João de Castro Osório*. Ilustrações de *Hugo Manuel* — 4 vol. — Cada um
- | | |
|-------|-------|
| | 6\$00 |
|-------|-------|
- «FÉDON» — de *Platão* — Prefácio de *Leonardo Coimbra* — Trad. de *Ángelo Ribeiro* — 3.ª edição
- | | |
|-------|--------|
| | 12\$50 |
|-------|--------|
- «FLORILÉGIO DAS POESIAS PORTUGUESAS ESCRITAS EM CASTELHANO E RESTITUIDAS À LÍNGUA NACIONAL» — por *João de Castro Osório*
- | | |
|-------|--------|
| | 12\$50 |
|-------|--------|
- «A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM ANTERO E OS VENCIDOS DA VIDA» — por *Feliciano Ramos*, com 7 ilustrações ...
- | | |
|-------|-------|
| | 6\$00 |
|-------|-------|
- «TEATRO CAMONIANO — 1) - ENFATRIÕES»
- 2) «EL REI SELEUCO» — Prefácio e Notas do *Professor Vieira de Almeida* — Cada um
- | | |
|-------|--------|
| | 10\$00 |
|-------|--------|
- «UM HUMANISTA PORTUGUÊS — DAMIÃO DE GÓIS» — por *Aubrey F. G. Bell*, tradução de *A. A. Dória* ...
- | | |
|-------|--------|
| | 10\$00 |
|-------|--------|
- «A PEDRA NO LAGO» — Peça em 4 actos, por *Fernanda de Castro* ...
- | | |
|-------|--------|
| | 10\$00 |
|-------|--------|
- «O BLOCO PENINSULAR» — pelo *Prof. A. Mendes Correia*
- | | |
|-------|-------|
| | 5\$00 |
|-------|-------|
- «LUÍS DE CAMÕES — A VIDA E A OBRA LÍRICA» — pelo *Prof. Hernâni Cidade*
- | | |
|-------|--------|
| | 10\$00 |
|-------|--------|
- «OBRAS COMPLETAS DE GIL VICENTE — 1) — O VELHO DA HORTA» — Prefácio Notas e Glossário por *João de Almeida Lucas*
- | | |
|-------|--------|
| | 10\$00 |
|-------|--------|
- 2) «A EXORTAÇÃO DA GUERRA» — Prefácio, Notas e Glossário por *João de Almeida Lucas*
- | | |
|-------|--------|
| | 10\$00 |
|-------|--------|
- «SOARES DOS REIS» — com 25 ilustrações — por *Diogo de Macedo* ...
- | | |
|-------|--------|
| | 15\$00 |
|-------|--------|
- «LUÍSA DE AGUIAR TODI» — com 8 ilustrações — por *Mário de Sampaio Ribeiro*
- | | |
|-------|--------|
| | 10\$00 |
|-------|--------|
- «FERNÃO LOPES» — por *Aubrey F. G. Bell*, tradução de *A. A. Dória* 10\$00
- «O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ATRAVÉS DOS SÉCULOS» — pelo *Prof. Ezequiel de Campos* — 2.ª edição, com numerosos mapas e gráficos
- | | |
|-------|--------|
| | 50\$00 |
|-------|--------|
- «OS LUSIADAS» — de *Luís de Camões* — *Fac-simile* da 1.ª edição, com Prefácio e Notas de *Cláudio Basto* — Brochado 40\$00, encadernado em pano 55\$00
- «VIDA E OBRAS DE GIL VICENTE» — por *Anselmo Braamcamp Freire* (2.ª edição definitiva), com 19 estampas (últimos exemplares)
- | | |
|-------|--------|
| | 80\$00 |
|-------|--------|
- «NOTAS VICENTINAS» — por *Carolina Michaëlis de Vasconcelos* — 1 vol. com 664 páginas e extensos índices 150\$00 Edição especial (N.ºs 1 a 100) 180\$00 Tomo IX (Frontispício, Índices e Capa)
- | | |
|----------------------------|--------|
| | 15\$00 |
| Qualquer tomo atrasado ... | 17\$50 |
- «LIÇÕES DE FILOLOGIA PORTUGUESA» — por *Carolina Michaëlis de Vasconcelos* Volume I — 70\$00; Edição especial
- | | |
|-------|--------|
| | 80\$00 |
|-------|--------|
- «JOÃO JOSÉ DE AGUIAR»—c/18 ilustrações — por *Diogo de Macedo* ...
- | | |
|-------|--------|
| | 15\$00 |
|-------|--------|
- «SUBSÍDIOS PARA UMA BIBLIOGRAFIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS» — compilados por *Carlos Galvão Simões* — Tomos I e II — Cada um ...
- | | |
|-------|--------|
| | 25\$00 |
|-------|--------|
- «OS ÚLTIMOS FINS DO HOMEM» — pelo *P.º Manuel Bernardes* — reprodução facsimilada da 1.ª edição de 1728, com Prefácio e Notas pelo *Prof. Vieira de Almeida* e Bio-bibliografia por *Barbosa Machado* — brochado 240\$00

- «PORTUGAL AMOROSO» — Novelas históricas de *D. João de Castro*—2.ª edição — Capa de *Diogo de Macedo* 20\$00
- «A DESCENDÊNCIA DE EL-REI O SENHOR D. JOÃO II» — pelo *Marquês de Lavradio* 16\$00
- «DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MÚSICOS PORTUGUESES» — por *José Mazza*, com Prefácio e Notas do P.^o *José Augusto Alegria* — 1 vol. de 104 p. 15\$00
- «COLUNATA» — Romance de *Vieira de Almeida* — 328 págs. 20\$00
- «A ESCULTURA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII» — por *Diogo de Macedo* — Com 50 ilustrações, 40\$00 edição especial 60\$00
- «A JANELA DE TORMES» — (No Centenário de Eça de Queirós) — por *Vieira de Almeida* — Com 8 ilustrações — 20\$00; edição especial 30\$00
- «EÇA DE QUEIRÓS E OS SEUS ÚLTIMOS VALORES» — por *Feliciano Ramos* — Com 20 ilustr. — 25\$00; ed. especial 40\$00
- «O ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO», com um Índice organizado por *Sebastião Pestana* e cerca de 20.000 palavras extraídas do 'Vocabulário Ortográfico Resumido' (2.ª edição) 17\$50
- «SERMÃO DA PRIMEIRA DOMINGA DA QUARESMA, NA CIDADE DE S. LUÍS DO MARANHÃO, NO ANO DE 1653 E UMA CARTA A D. JOÃO IV» — pelo P.^o *António Vieira*, com Prefácio e Notas por *Sebastião Morão Correia* — 1 volume de 128 páginas 10\$00
- «A CONQUISTA DO PARAÍSO» — por *J. Caminha Dantas* — Novela — Capa de *Joaquim Lopes* 15\$00
- «INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FILOLOGIA PORTUGUESA» — por *Manuel de Paiva Boléo* 20\$00
- «PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES», por *Ezequiel de Campos* ... 30\$00
- «DA POESIA MEDIEVAL PORTUGUESA» — por *Aubrey F. G. Bell*, *C. Bowra* e *William J. Entwistle* 15\$00
- «A LINGUAGEM RÚSTICA NO CONCELHO DE ELVAS» — por *J. Capela e Silva* — com 28 ilustrações 20\$00
- «PEQUENO DICIONÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE VOZES DE ANIMAIS (Onomatopeias e definições)» — por *Júlio de Lemos*, com uma Carta e um Estudo por *Augusto Moreno* 20\$00
- «CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL» (Antigo Colocci-Brancuti) — Leitura, Comentário e Glossário por *Elza Paço Machado* e *José Pedro Machado* — 1.ª edição integral do mais extenso e completo dos Cancioneiros medievais portugueses — Está concluído o 1.º Volume com 408 páginas de texto e 80 de fac-simile 150\$00 Tiragem especial (1 a 200) 250\$00 (Assinatura de 5 tomos (desde o 6.º): edição comum, 125\$00; especial, 225\$).
- «QUESTÕES DE LÍNGUA PÁTRIA» — 2.º volume — por *I. Xavier Fernandes* 25\$00 1.º vol. (2.ª edição) 25\$00
- «PRECONCEITOS DA ÉPOCA» — por *Myron Malkiel Jirmounsky* — 1 volume de 144 páginas 17\$50
- «OS SERMÕES DE GIL VICENTE E A ARTE DE PREGAR» — por *Joaquim de Carvalho* — 1 volume de 88 págs. 15\$00
- «ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE» — por *Perilo Gomes* — 1 volume de 212 páginas 20\$00
- «AUTO DE SANTO ANTÓNIO» — por *Afonso Alvares* — Prefácio, notas e Glossário do Prof. *Almeida Lucas* — 1 volume de 80 páginas 12\$50
- «ENSAIOS DE FILOLOGIA ROMÂNICA» — por *Harri Meier* — 1 volume de 260 páginas 30\$00
- «SORTE» — Romance de *Fernanda de Castro*, capa de *Inês Guerreiro* — 1 volume de 232 páginas ... 20\$00
- «ANTERO DE QUENTAL E A MULHER» — Ensaio de *Rui Galvão de Carvalho* — 1 vol. de 60 págs. e 4 ilustr. ... 15\$00
- «A EXPRESSÃO LÉXICO-GRAMATICAL DO 'LEAL CONSELHEIRO'» — 2.ª edição — por *Herbert Palhano* — 1 vol. com 184 págs. e o retrato de D. Duarte 20\$00
- «ELOGIO DO CONTISTA TRINDADE COELHO» — por *Júlio de Lemos* — 1 volume de 56 páginas 15\$00
- «LIÇÕES DE TERMINOLOGIA MÉDICA» — pelo Prof. *Paulo Mangabeira Albernaz* — 1 vol. de 64 páginas ... 15\$00

Estes preços anulam os anteriores

No Brasil os preços são os mesmos à razão de 1 cruzeiro por escudo
Depositário no Rio de Janeiro — Livraria Antunes, que
satisfaz também qualquer pedido dos Estados.

Em São Paulo — Livraria Teixeira

Em Porto Alegre — Livraria do Globo :: Em Curitiba — Livraria Ghignone

No Pará — Agência Martins :: Em Manaus — Gavinho & Gonçalves

MALA REAL INGLESA

(ROYAL MAIL LINES, LIMITED.)

AGENTES EM LISBOA:

JAMES RAWES & C.º LTD. e E. PINTO BASTO & C.º, Lda.

m/v HIGHLAND MONARCH	1 FEV.º	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes	E. PINTO BASTO & C.º, Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º Telefone 31581 (7 linhas)
m/v HIGHLAND CHIEFTAIN	12 FEV.º	VIGO E LONDRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes	
s/s ALCANTARA	14 FEV.º	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e carga geral	JAMES RAWES & C.º, LTD. Rua Bernardino Costa, 47, 1.º Telefones 23232-3-4
m/v HIGHLAND BRIGADE	22 FEV.º	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes	E. PINTO BASTO & C.º, Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º Telefone 31581 (7 linhas)
s/s ANDES	24 FEV.º	CHERBOURG E SOUTHAMPTON	Passageiros de 1.ª e 2.ª classes carga geral e de frigorífico	JAMES RAWES & C.º, LTD. Rua Bernardino Costa, 47, 1.º Telefones 23232-3-4

C. P.

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

UMA ASSINATURA

representa sempre

COMODIDADE E ECONOMIA

A C. P. TEM DIVERSAS MODALIDADES
DE ASSINATURA

INFORME-SE NAS ESTAÇÕES

Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Agentes em Lisboa: COMPANHIA UNIÃO FABRIL (Secção Marítima)
Rua do Comércio, 39 — Telefone 3 0551

F R O T A

n/m «África Ocidental»	1.504 Ton.	n/m «Cartaxo»	1.376 Ton.
n/m «Alcobaça»	9.437 »	n/m «Colares»	1.376 »
n/v «Alcoutim»	10.526 »	n/m «Conceição Maria»	2.974 »
n/m «Alfredo da Silva»	5.500 »	n/m «Coruches»	1.376 »
n/m «Alexandre Silva»	2.974 »	n/v «Costeiro»	900 »
n/m «Alemquer»	9.437 »	n/v «Costeiro Segundo»	490 »
n/v «Alferrarede»	2.118 »	n/m «Costeiro Terceiro»	1.426 »
n/m «Almeirim»	9.437 »	n/m «Covilhã»	1.376 »
n/v «Amarante»	12.595 »	n/v «Cunene»	9.800 »
n/m «Ambrizetes»	9.100 »	n/v «Foca»	2.018 »
n/m «Ana Mafalda»	5.500 »	n/v «Inhambane»	9.619 »
n/m «Andulo»	9.100 »	n/v «Luso»	10.125 »
n/m «António Carlos»	2.974 »	n/v «Maria Amélia»	3.005 »
n/m «Arraiolos»	9.437 »	n/v «Mello»	6.253 »
n/m «Belas»	7.100 »	n/v «Mirandella»	7.000 »
n/m «Borba»	7.145 »	n/m «São Macário»	1.221 »
n/m «Braga»	7.110 »	n/v «Saudades»	6.430 »
n/m «Bragança»	7.110 »	n/v «Zé Manel»	1.220 »

Total: 186.415 toneladas

Rebocadores — «Africa», «Cintra», «Estoril», «Freixo», «São Cristóvão», «Soure»

Lanchas a motor — «Garota», «Bolhão», «Obidos», «Maquela», «Carocha»

34 Batelões (19 de 500 ton. 13 de 400 ton. e 2 de 250 ton.); 24 Fragatas (2.150 ton.); 1 Barca de água (250 ton.)
e 1 Draga «Barreiro» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m3 cada

Em construção nos estaleiros da C. U. F.: 2 Navios de 5.500 ton. para 36 passageiros e carga, cada um;

2 Rebocadores de 1.200 ton. cada um

Carreiras de Lisboa para: Norte de Europa — Norte de África — Cabo Verde — Guiné — Angola — Argentina

— Chile — Estados Unidos — Terra Nova — Groenlândia e Costa de Portugal

Importante — A Companhia que mais navios tem ao seu serviço construídos em Portugal nos estaleiros

da Companhia União Fabril no Barreiro e Lisboa

GRAHAM'S PORT

À venda nos melhores Hotéis, Bars
e Restaurantes do País

DISTRIBUIDORES

CASCAES — Establs. J. Paulino d'Almeida, Lda.

COIMBRA — M. Alves Sereno

FIGUEIRA DA FOZ — Agência Central de Representações

LISBOA — José Luís Simões

PORTO — Daniel Lapa

AGENTES

Guilherme Graham Jr. & C.^a

LISBOA

PORTO

Livraria Luso-Espanhola, Lda.

Telefone 24917

RUA NOVA DO ALMADA, 88

L I S B O A

Rua do Carmo, 20-A, 1.º

Rua da Sofia, 78-1.º

Telefone 24076 — Porto

Telef. 2799 — Coimbra

REPRESENTANTE EM PORTUGAL DAS
SEGUINTE EDITORIAIS ESPANHOLAS:

EDICIONES ARS
EDICIONES MORATA
EDITORIAL APOLO
EDITORIAL CIENTÍFICO-MÉDICA
EDITORIAL ORBIS
FRANCISCO SEIX — EDITOR
GUSTAVO GILI — EDITOR
JOSÉ MONTESÓ — EDITOR

JUAN BRUGER — EDITOR
LIBRERIA SANTAREM
LIBRERIA SUBIRANA
LUIS MIRACLE — EDITOR
MANUEL MARIN — EDITOR
EDICIONES SPÉS
REVISTA OCIDENTE
SALVAT, EDITORES S. A.

SERRAHIMA Y URPI

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS DAS
SEGUINTE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

Revista Clínica Espanhola, Actas Españolas de Neurologia y Psiquiatria, Revista Española de Cirugía, Cirugía del Aparato Locomotor, Archivos Españoles de Urologia, Revista de Pediatría, Archivos de la Sociedad Oftalmologica Hispano-Americana, Revista Española de las Enfermedades del Aparato Digestivo y de la Nutricion, Revista Española de la Tuberculosis, Revista de Odontología, Revista Española de Reumatismo.

BRASIL

Livraria Luso-Espanhola e Brasileira, Lda.

Avenida 13 de Maio, 23 — Sala 414

R. 15 de Novembro, 200, 15.º

Edifício Darke—RIO DE JANEIRO

Sala 4 — SÃO PAULO

com os seguintes editores espanhóis:

EDITORIAL BOSCH, EDITORIAL CIENTÍFICO-MÉDICA, EDITORIAL DOSSAT,
EDITORIAL ESPASA CALPE, EDITORIAL GUSTAVO GILI S. A., EDITORIAL
MANUEL MARIN, EDITORIAL REVISTA OCIDENTE

ESPANHA

Editorial Científico-Médica

Telefone 24206

JUNQUERAS, 8

BARCELONA

Livraria Científico Médica-Espanhola, Lda.

Atocha 115

GRAN-VIA, 60

Moncloa 3

MADRID

EM PROL DA CULTURA

Recebemos gratas provas de que a nossa exposição sobre as dificuldades que actualmente afligem a expansão cultural foi nitidamente compreendida e merecerá o apoio de quantos olham para as tarefas do Espírito com a necessária boa vontade.

Algumas Entidades tiveram a amabilidade de se dirigir à Assembleia Nacional, exprimindo seu apoio, cumprindo-nos transcrever e agradecer os officios recebidos de duas delas:

Da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto: (Ver adiante, pág. 112).

Da Federação dos Sindicatos dos Tipógrafos, Litógrafos e Offícios Correlativos:

«.....apresso-me a manifestar-lhe o meu incondicional apoio à representação de 'Ocidente' à Assembleia Nacional, concordando em absoluto com as justas reivindicações nela expressas. Pelo sentido cultural que o enforma, estou convicto de que a Câmara acolherá tão importante documento com o interesse que lhe é devido.

Nesta data officiamos à Assembleia Nacional traduzindo a nossa concordância com a representação de 'Ocidente'... O Presidente — *Tomás de Aquino.*»



Neste número de 'Ocidente', dois dos seus colaboradores, Joaquim Lopes (Director da Escola de Belas Artes do Porto) e Diogo de Macedo (Director do Museu de Arte Contemporânea) referem, com dolorosa mágoa, o que está a acontecer na Casa-Oficina de Soares dos Reis, quase em ruínas, e no Museu de Arte Contemporânea, onde as más instalações e a insuficiência de salas originam descontentamentos, protestos e prejuízos de toda a ordem contra as obras de Arte armazenadas em precárias condições e contra a Cultura.

— Quanto à Biblioteca Nacional, o último tomo publicado dos '*Anais das Bibliotecas e Arquivos*' traz revelações da maior gravidade. Em 23 de Setembro e em 7 de Outubro de 1946, a Secretaria da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos dirigiu officios ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, subordinados aos títulos: *Precauções e vigilância rigorosa na leitura pública das Bibliotecas e Arquivos para evitar a danificação das espécies facultadas; Os perigos de roubo que têm ameaçado as espécies das nossas Bibliotecas e Arquivos.* No primeiro officio apontam-se «a liberalidade, a munificência — e, também, o descuido — com que, lamentavelmente, se procede entre nós» e indicam-se os meios e formas de resolver tão grave situação; no segundo, trata-se dos perigos de roubo que ameaçam os recheios dos Arquivos e Bibliotecas, apontam-se factos concretos acontecidos no Estrangeiro e conclui-se:

«Pelas razões expostas venho novamente insistir no que tive a honra de expor a V. Ex.ª, em 8 de Junho último, sobre as necessidades urgentes de



fazer selar e inventariar as espécies dos estabelecimentos dependentes desta Inspeção Superior, ameaçadas de desaparecimento; e o pior é que podem desaparecer, e terão desaparecido, sem deixar nem levar os menores vestígios de terem sido roubadas.»

Não chegaram estes officios ao seu destino? Não foram lidos e ponderados?

Pròpriamente sobre a Biblioteca Nacional de Lisboa, diz-se ainda noutro officio de 8 de Outubro de 1946:

«A Biblioteca Nacional não dispõe de inventários dos seus núcleos, e é insignificante a percentagem de espécies do fundo geral catalogadas topogràficamente. Assim, deslocadas ou desaparecidas quaisquer espécies, só por mero acaso se vem a saber que se deram tais desaparecimentos e quais as obras que se perderam. E, como não existem aqueles essenciais instrumentos de referência, não é possível fazer, com eficiência, revisões dos depósitos por não se saber quais as espécies que faltam quando nas prateleiras os seus lugares estão vazios.»

Não inventamos e seria crime abjecto fantasiar leviandades em assunto tão sério. Tudo o que transcrevemos está nas págs. 10, 13 e 23 do aludido tomo dos '*Anais*'. E infelizmente as terríveis previsões tiveram já a mais lamentável e perniciosa confirmação.

De que lúgubres mistérios provirão todas essas más sombras que tão sinistro Destino têm assinalado para a Biblioteca Nacional de Lisboa, de onde devia emanar sempre Cultura sem jaça e Educação da mais aprimorada?

— Dizem os telegramas do Rio de Janeiro que a Câmara Brasileira aprovou o texto integral do Acordo de cooperação intellectual assinado pelos Chanceleres Raul Fernandes e Caeiro da Mata, em nome do Brasil e de Portugal. Esperemos que esse seja o primeiro passo para a ratificação do Acordo Ortográfico, resultado perfeito duma Convenção e duma Conferência, assinadas ambas dentro das prescrições do Direito Internacional e até agora só cumpridas pelo nosso País.

— Na esfera da Cultura entram também as obras de Solidariedade, quando elas visam a preservação de altos valores do Património espiritual. Por esse motivo é que voltamos a insistir no Apelo a favor de Oscar da Silva.

O Autor admirável das *Dolorosas* e da *Dona Mécia*, o intérprete excepcional de Chopin e Schumann, continua longe da Pátria, infinitamente saudoso de sua Terra e sua gente, quase isolado, pobre de meios materiais, embora opulento dum portuguesismo incedível, e de lá nos envia agora os seus últimos *Queixumes*, lamento impressionante duma sensibilidade profundamente dolorida, que, apesar de atormentada, ainda encontra maravilhas de linguagem musical para exprimir-se e fazer-se entender.

Seus trenos pungentes e breves dizem com nitidez a evolução duma Alma que, depois de tantos triunfos, vicissitudes e desilusões, encontra na Fé a resposta às suas queixas, e dão-nos imagens transcendentales só erguidas a tão sublimes transportes pelo engenho dos Espíritos superiores.

Oscar da Silva está nos 80 anos e merece da sua Pátria a glorificação devida aos filhos mais dilectos.

De particulares, o glorioso Artista tem rejeitado quantas ofertas lhe têm feito. Do Governo português ele aceitará sem dúvida o chamamento que lhe dê consolo e a clara certeza de que se compreenderam os *Queixumes* enviados à sua Pátria.

Tem a palavra o Governo de Portugal.

PROBLEMAS DE HOJE

Por EZEQUIEL DE CAMPOS

XI

A LIÇÃO DA VIDA

Terminado o Capítulo 3 do *Genesis*, Adão e Eva, depois do pecado original, tiveram de comer o pão no suor do rosto.

A simples colheita e a vida de pastor de ovelhas, iniciada por Abel, não bastavam. Foi necessário prosseguir na tarefa de Caim, como lavrador: pois bem certo era que o homem, rei dos animais, não podia viver quieto, amarrado ao solo pelas raízes como as plantas, a sorver da terra e do ar o seu sustento. Havia de *comer* ervas e sementes, peixes do mar, aves do céu e «tudo o que tem movimento sobre a terra».

E havia de arranjar túnicas de peles, como as que o Senhor deu a Adão e Eva antes de serem lançados fora do Eden, para se agasalharem, e cobrirem a vergonha.

Quando não tivesse a caverna para habitação, teria também de fazer a sua casa.

Das imposições vitais e da Natureza Adão e Eva, logo que foram postos fora do paraíso de delícias aprenderam que as *necessidades imperiosas* da vida eram três: *alimentação, vestuário e casa*.

Omnívoro de nascença, como refere o Capítulo 1 do *Genesis*, n.ºs 29 e 31, podia encontrar recursos de alimentação por todos os ambientes geográficos, desde o oasis do deserto à selva fechada.

Para a sua defesa e para o alcance de alimentos, do vestuário e da habitação foi passando da pedra lascada... até ao fabrico do ferro.

Cedo as famílias da gente se organizaram em sociedade, e sentiram que a associação deve ter como fim primário o bem geral: assim o homem é «naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade», como 330 anos antes de Cristo, registou Aristóteles na '*Política*', Cap. 1, § 9. — As cidades depois coordenaram-se em nações.

Tinham já decorrido milénios sobre as primeiras gentes das cavernas. E nos dois que passaram sobre Platão e Aristóteles, o homem complicou a vida, tendo nós portugueses contribuído imenso para isso pela descoberta do mundo desconhecido da Europa. E a balda das comodidades, do luxo e das distrações foi atarefando quase toda a gente em complexos trabalhos individuais e colectivos. Mas, apesar de tantas invenções, ficaram como necessidades imperiosas dos seres humanos a alimentação, o vestuário e a habitação.

Para as satisfazer permanecem como essenciais o pão de trigo e de milho, mais a carne e o peixe (se o houver); a lã, o algodão, a seda e outras fibras, além das peles várias; a madeira... o ferro e o aço para as ferramentas e as máquinas. — Os outros complicadíssimos recursos para a vida são complementares.

ALIMENTAÇÃO:

O *Trigo*. — Rondaram séculos depois que demarcámos o nosso recanto da Península Ibérica, cujo domínio alargámos principalmente pelo Oriente depois da viagem de Vasco da Gama, e pelo Brasil após a descoberta de Pedro Álvares Cabral. Agora, ao findar a primeira metade do Século XX, ainda temos na África vastos «marítimos assentos», na Índia uns palmos de terra, Macau na China e... Timor.

Deste território, que por soma corresponde a quase metade da Europa toda, devemos obter o máximo de alimentos tão variados, a começar pelo *pão nosso quotidiano*, de matérias primas para as artes e indústrias, de ferro e aço e outros metais necessários.

Ora desde o princípio da vida nacional a falta de trigo é achaque pernicioso e caro do nosso arranjo social. D. Sancho I, depois da esterilidade desastrosa de 1202, estimulara o repovoamento das terras desoladas; D. Pedro, em 8 de Fevereiro de 1364, tomou providências em benefício da lavoura pela melhor cultura e aproveitamento das herdades, vinhas e outros bens; D. Fernando impôs a lei agrária das sesmarias em 1375: mas até à ida a Ceuta não houve segurança de trigo bastante para o pão.

E assim continuámos por todo o tempo dos *fumos* da Índia e do ouro e diamantes do Brasil... até à lei de Elvino de Brito, de 1899 — há meio século. Durante os cinquenta anos que de então passaram até hoje, os primeiros com grandes fumaradas pelo Alentejo, apenas houve suficiência e sobras de trigo em 1932, 1934 e 1935: voltando logo depois a grande falta, não raro, como nos últimos anos, para um quarto a metade da gente, apesar de 20 anos de campanha de trigo.

A mais dorida mazela incurada que se vê na nossa vida por tantos séculos é a *fatal* insuficiência de trigo para o pão.

— De quem é a culpa? — Então com tanto território pelo mundo, e essencialmente agrícolas desde o começo da nacionalidade, não somos capazes de alcançar a abundância de trigo?

A análise da nossa adaptação ao território pelos séculos fora mostra que *não soubemos nunca colaborar com a Natureza* de modo que a nossa terra se tornasse cada vez mais fértil; antes a fomos empobrecendo sistematicamente pelo estímulo à erosão e à quebra da sua fertilidade — não contrabalançando os caros adubos importados a fuga que provocamos dos elementos produtores.

À erosão que levou e leva a fina flor da terra, e à falta de comensalismo lucrativo para o crescimento da fertilidade do solo, juntam-se as variações climáticas de azar: e assim pelos 821 anos depois da batalha de Guimarães por D. Afonso Henriques até agora

não fomos capazes de ter pão de casa — nem quando éramos tão pouca gente, na máxima parte apegada à lavoura primitiva, nem hoje que tantos somos, em trabalhos tão diversos, e aumentamos a mais de cem mil pessoas por ano — apesar de tanta sabedoria no papel.

Este problema do pão branco deve ser o primeiro preocupante da nossa alimentação. E mais uma vez repito que a sua solução satisfatória até à *abastança* está dependente de duas tarefas muito simples que ainda não entraram na consciência nacional para *realização efectiva*: 1.^a, a defesa da erosão; 2.^a, o aumento grande da fertilidade da terra agrícola *por ela mesma*. As quais se realizam: a primeira com aparelhos muito baratos de fácil manejo, que podem ser empregados até por analfabetos, para marcar combros que se fazem por sulcos de charrua; e a segunda pela erva semeada.

O Milho. — Também não produzimos milho bastante para a broa e o sustento do gado; nem outros cereais, ervagem, feno e palhas suficientes para termos plena abundância de carne, leite, manteiga e queijo.

Olhando-se para os motivos desta carência, conclui-se que aos dois embaraços acima referidos para a abundância de trigo junta-se a falta de água de rega para haver milho e outras colheitas com fartura: pois até nos distritos atlânticos do Norte do País a estiagem de 1949 amesquinhou muitíssimo a colheita... por não ser regado.

Em suma: — temos de ir à defesa da erosão da nossa terra; ao aumento da sua fertilidade por comensalismo intenso que colha do ar azote, e nos dê fartura de matéria orgânica por toda ela; e à rega, sem demora, até cerca de 500.000 hectares de campos sequiosos, assim como de muitas centenas de hectares de hortas e pomares.

Se tivéssemos atendido bem ao quadro natural que fizemos para o trigo e o milho, teríamos aprendido a proporcionar ao solo as condições que permitiriam que ele nos desse produção para satisfazermos a mais imperiosa necessidade — *comer*.

E o que praticássemos para modificar a nossa pobreza alimentar na Península bem o poderíamos ter aplicado pelo domínio de Além-Mar em que há as mesmas causas de degradação da terra: a perda da fina flor do solo pela chuva, e da sua fertilidade por defeitos de cultura ou de usufruto, com origem nas queimadas, que há dois mil anos assustaram os do *Periplus* de Hanno, e ainda agora espantam os passageiros de avião de Leopoldville a Joanesburgo (v. *Diário das Sessões* da Assembleia Nacional, de 16 de Dezembro de 1949, pág. 109, 2.^a col.). Também teríamos feito regadio por vastidões enormes do Ultramar.

Assim, além dos cereais, da carne, leite e seus derivados, teríamos do nosso território fartura de legumes secos, arroz, açúcar, óleos vegetais comestíveis, farinha de pau... café, cacau e até chá.

Para obter isto é absolutamente necessário realizarmos *no terreno* a correcção dos nossos costumes, já orgânicos.

VESTUÁRIO. — Para nos vestirmos e calçarmos, com modéstia ou com luxo, havemos de conseguir lã, algodão, linho, seda... peles e couros.

A intensificação agrícola no nosso recanto peninsular dar-nos-á muita mais lã; e pela que fizemos no Ultramar podemos ter (como já vamos para isso) algodão, sujeitando-nos a importar do estrangeiro apenas algumas toneladas (as indispensáveis) de qualidades que não tenhamos; poderemos criar bichos da seda para alguma não artificial; e havemos de ter peles e couros bastantes do gado peninsular e das Colónias que nos há-de dar a carne. Da caça pelo nosso território poderemos haver quase todas as peles de luxo.

Deduz-se que se coordenam para os propósitos da alimentação e do vestuário as fainas da defesa e do melhoramento do solo do nosso domínio.

CASA. — Por muito que se recorra ao cimento e ao ferro, a casa exige muita madeira, desde a porta da rua à mesa do escritório. — É indispensável o arvoredado. Mas o homem, assim que saiu da caverna ou começou a descer dos outeiros das citanias, bem como por todo o Ultramar logo desde o começo da vida social, tomou como tarefa primária a eliminação da floresta, e depois a queimada do matagal da charneca ou da savana.

Ora a vida hodierna exige, além da madeira para as casas, muitas coisas que provêm das árvores, desde as meias de seda, pela borracha dos pneus, até ao papel. Assim é necessário trocar a tarefa de destruir as árvores pelo cuidado persistente, por todo o Mundo, de reconstituir as florestas.

Por tal faina obtém-se também a correcção climática, tornando mais aprazível o ambiente; e alcança-se mais água para os rios; além de se proporcionar a defesa da erosão, se o terreno for recoberto de arbustos e ervas por debaixo do arvoredado.

Então conclui-se que o aperfeiçoamento agrícola tem de ser acompanhado pela formação das matas e florestas como trabalho indispensável para a satisfação das necessidades *imperiosas* dos indivíduos, das famílias, das nações ... da humanidade.

O Ferro. — Para a vida simples do mundo antigo o ferro e o aço foram os mais poderosos elementos do alcance das comodidades. E ainda hoje as ferramentas e as máquinas não dispensam estes elementos na sua estrutura.

As gentes primevas do nosso recanto peninsular fizeram ferro muito antes de D. Afonso Henriques. Deixaram montes de escórias perto do Roboredo, sobre um dos quais os habitantes sequentes até fizeram uma capela!... Mas de há muito perdemos a arte de fazer ferro — *metálico*.

Felizmente temos muitos milhões de toneladas de minérios. Nem todos são bons; mas os nossos antepassados sabiam extrair deles o ferro.

Se não podemos esperar pelos carvalhos de milhares de hecta-

res de devesas, ainda por semear, para seguirmos os processos antigos do forno catalão, bem podemos alcançar dos nossos rios a electricidade, e do subsolo os outros elementos necessários para uma quantiosa produção de ferro e aços.

De modo que só nos falta *saber e iniciativa* para bem realizarmos depressa a faina.

A Electricidade. — Então surde a urgência de obter um outro clemento essencial — a electricidade adequada à siderurgia.

Mas se atendermos a que o trabalho actual quase todo exige electricidade, e que esta é também indispensável para as comodidades domésticas e sociais, para movimentar muita água de rega e produzir adubos agrícolas, concluimos que é imperioso para a nossa vida o aproveitamento da energia hidro-eléctrica, porque não temos carvão.



Afinal deduz-se que são bem poucos os elementos primários a aproveitar para podermos organizar bem, por todo o nosso território, o trabalho que nos assegure a satisfação das necessidades *imperiosas* da vida: a erva semeada, a árvore, a água de rega, o ferro e a electricidade.

É muito grande a extensão geográfica que precisa da correcção agro-florestal: porque tem de ser por todo o nosso território; e aí pela reforma anímica de quase toda a nossa gente, que herdou e adquiriu na vida multissecular costumes que lhe enraizaram a inconsciência da maldade à natureza. Por isso, há-de ser difícil fazer a sua educação para mudar profundamente as práticas agrícolas e florestais — admitindo que depressa se organizam as normas, o pessoal *activo* e os meios para se atarefar aquela educação.

Também podemos arrepear-nos da abstracção havida até agora na marcha para a siderurgia *real*, e da distracção no trabalho e no esbanjamento de dinheiro para alcançarmos suficiência de electricidade, que não façamos ferro por processo racional, e não possamos corrigir os aproveitamentos hidro-eléctricos.

A lição mais clara e mais útil que se pode colher do exame sereno e reflectido da vida nacional, desde o seu alvor pelo Conde D. Henrique de Borgonha, é esta: nem a ESPONTANEIDADE do trabalho na terra e na indústria, nem a ACÇÃO POLITICA DIRIGENTE, quer a do Marquês de Pombal, quer a da lei n.º 1.914, da reconstituição económica, de 24 de Maio de 1935, cujo prazo está a findar, bastaram para: 1.º corrigir o nosso trabalho agrícola até alcançarmos a abastança de alimentos e de matérias primas vegetais e animais; 2.º fazer o ferro indispensável, e produzir electricidade suficiente e de qualidade apropriada para todos os usos da vida aqui na Península e no Ultramar: sendo tudo isto essencial para a nossa ventura.

Daí se conclui que é de elementar prudência a tarefa governativa da elaboração dum *plano* que resolva depressa e bem os

nossos problemas fundamentais. Para isso, calculam-se ponderadamente os números relativos às necessidades prováveis de alimentos e matérias primas essenciais dos três reinos da Natureza que nos serão precisos pela evolução da vida e do crescimento da nossa gente nos três lustros próximos. E determinam-se os meios e as actividades que devemos empregar para os alcançar de modo que haja *realmente* o SINCRONISMO VITAL, isto é, a existência das coisas na *grandeza* e na *ocasião* das necessidades. — Haja um escol capaz de os definir imediatamente com acerto, para logo se passar ao trabalho coordenado por todo o nosso território, no *rumo* bem marcado para a máxima ventura da Grei, por um *comando* prudente de iniciativa e tenacidade.

Leça do Balio, 1 de Janeiro de 1950.

OBRAS DE EZEQUIEL DE CAMPOS

editadas pela revista 'OCIDENTE'

- 'O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA' — 1 volume de 312 páginas com numerosos mapas e gráficos (2.ª edição) 50\$00
- 'PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES' — 1 volume de 232 páginas, com bastantes mapas e gráficos 30\$00

LIVROS SOBRE EÇA DE QUEIRÓS

- «À JANELA DE TORMES» — Pelo **PROF. VIEIRA DE ALMEIDA**
— 1 volume de 224 páginas, com 8 ilustrações — 20\$00;
edição especial — 30\$00.
- «EÇA DE QUEIRÓS E OS SEUS ÚLTIMOS VALORES» — Pelo
PROF. FELICIANO RAMOS — 1 volume de 248 páginas,
com 20 ilustrações — 25\$00; edição especial — 40\$00.

EDIÇÕES DA REVISTA 'OCIDENTE'

A REVISTA MENSAL 'OCIDENTE' FUNDADA EM 1938 POR ALVARO PINTO JÁ COMPLETOU 37 VOLUMES COM MAIS DE 15.000 PÁGINAS DE LEITURA SÉRIA E 900 ILUSTRAÇÕES. / EXISTE UMA PEQUENA QUANTIDADE DE COLECÇÕES COMPLETAS: 37 VOLUMES ENCADERNADOS COM CAPAS DE PANO AZUL POR 3.100\$00

O MANTO DO ANO SANTO

MOÇO, e lembrando trôpego velhinho,
— Estátua-Humana, viva e padecente, —
Estava o Mundo, à beira do Ocidente,
Qual um mendigo à beira do caminho.

Sob os andrajos de brocado e arminho,
Alagados em sangue e pranto ardente,
Treme, esfalece, à mísera e pungente
Míngua de lar e altar, seu pão, seu vinho.

E eis que, da Etérea Gente e Eterna Idade,
Manto de asperges, (glória e piedade)
Descendo veio um novo São Martinho...

— E revestiu de Luz Amanhecete
O Mundo exausto e à beira do poente,
Qual um mendigo à beira do caminho.

Ano Novo — 1950 — Belinho

ANTÓNIO CORRÊA D'OLIVEIRA

HOMENAGEM AO POETA

ANTÓNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

O Secretariado da Propaganda Nacional e Cultura Popular prestou ao grande Poeta dos *'Dizeres do Povo'* e de *'A minha Terra'* uma significativa e eloquente homenagem no seu 50.º ano de Vida literária: reuniu num primoroso livro intitulado *'Hora certa, Pátria incerta'* os folhetos de cordel publicados entre 1919 e 1927, em que António Corrêa de Oliveira teve por heróica finalidade acordar as energias do Povo português, que andavam tão abastardadas. Enquanto não se faz ao encantador volume a devida resenha, pedimos licença para reproduzir aqui o admirável estudo que à Obra do Poeta consagrou Tasso da Silveira, outro Poeta da mesma nobre estirpe.

«A parte, para os Portugueses, mais amorável da obra poética de Corrêa de Oliveira é a que reflecte, realisticamente, como num espelho, ou transfiguradamente, como numa água profunda, a própria fisionomia de Portugal. Disto nos dá testemunho a crítica lusa ao Poeta. E esta é a razão de ser da presente reedição de alguns dos cantos mais portugueses do cantor insigne.

A preferência explica-se pelas condições do Portugal dos nossos dias.

Herdeiro de uma tradição de grandeza de cunho eterno, o Portugal de nossos dias instintivamente se reclui na contemplação comovida de si mesmo, da qual lhe vem, com a nostalgia extrema do passado, a ternura infinita pelo que persistiu e é presente vivo. Por isto, seus mais genuínos Poetas modernos o que sobretudo fazem é re-criar em beleza e sonho, com aquele passado, esse presente. E por isto se mostram a inteligência e a sensibilidade lusitanas mais acessíveis às expressões desta ordem do que a quaisquer outros acentos da, não obstante, complexa Lírica portuguesa.

Ora, a obra de António Corrêa de Oliveira desdobra-se, como largo panejamento, em tal sentido, através de múltiplos livros. Desta banda do Atlântico, porém — favorecida pela distância e pelas diferenciações incoercíveis, a visão panorâmica dessa obra —, percebe-se talvez melhor certa coisa. Percebe-se que sobre esse panejamento claro, de poesia que atinge frequentemente a transcendente doçura do canto de um João de Deus, e em que o Portugal de hoje nos aparece com sua translúcida feição humana, — uma lâmina de ouro se estende, superposta à maneira de extraordinário ornato bizantino, feita de poesia diversa da primeira, e de significação mais alta e pura.

'Ladainha', *'Eiradas'*, *'Auto do Fim do Dia'*, *'Alívio de Tristes'*, *'Auto das quatro Estações'*, *'Vida e História das Árvores'*, a série *'A minha Terra'*, etc. — representam aquele desdobrado fundo de íntimo lirismo, do qual, fundido à alma do Poeta, Portugal reponta a cada estrofe. Há, porém, *'Ara'*, *'Tentações de Sam Frei Gil'*,

'Job', '*Verbo Ser e Verbo Amar*' que, definitivamente, se destacam sobre esse fundo como cantos de muito outra substância.

O Corrêa de Oliveira dos poemas puramente líricos vem das fontes antigas da Poesia portuguesa. É da estirpe dos trovadores medievos e de Camões. Mas o Corrêa de Oliveira dos últimos poemas referidos tem raízes mais fundas e universais. É da estirpe do Alighieri.

Em '*Ara*', '*Tentações*', '*Job*', '*Verbo Ser e Verbo Amar*', o Poeta salta da esfera do simples sentimento para a esfera da meditação filosófica e religiosa, transfundida, no entanto, em poesia à maneira de Dante.

O movimento só totalmente se perfaz em '*Verbo Ser e Verbo Amar*'. — Só, em verdade, neste poema pinacular alcança Corrêa de Oliveira recriar em Poesia, como Dante, o mais profundo pensamento cristão, filosófico e teológico —, forjando no ouro mais puro da Língua algumas dezenas de tercetos que reafirmam sua filiação dantesca.

Já em '*Ara*', contudo, e, depois, mais acentuadamente, em '*Tentações*', o «pathos» da inquietação metafísica surge do fundo do encantamento lírico como uma erupção de vivências mais essenciais do que as nascidas da visão lírica da realidade.

'*Ara*', aliás, contém alguns poemas directamente referentes à paisagem portuguesa: «Rio Vouga», «Corpo lindo», «Cântico da Beira». Ainda estes, contudo, vêm saturados da substância nova de poesia de meditação, de interrogação, de perscrutação de sentidos, que domina totalmente os demais poemas do volume, e vai desdobrar-se em profundidade em '*Tentações*', '*Job*', '*Verbo Ser e Verbo Amar*'.

Apenas, acontece o seguinte: '*Ara*' e '*Tentações de Sam Frei Gil*', de um lado; '*Job*', '*Verbo Ser e Verbo Amar*', de outro lado —, transcrevo agora fragmentos de estudo antigo —, mostram-nos que António Corrêa de Oliveira fez uma imensa travessia interior, por trágicos caminhos que, no entanto, o levaram para a libertação e a compreensão.

'*Ara*' é um livro de fundo encantamento pela natureza e de desencantamento fundo pelos homens. É um livro em que geme a tristeza do «indivíduo» — isto é, do ser que ainda não pôde entrar em comunhão total com os outros seres e em cujos versos se ergue, subtil, a voz da tentação panteística. Nele, o Poeta invoca Deus frequentemente, e tem por vezes expressões de pura religiosidade cristã. Mas, em verdade, não é a esperança cristianíssima, nem a alegria cristianíssima que nele vibram. É o desconsolo, o anseio de dispersão, o tropismo do não ser.

Em '*Tentações de Sam Frei Gil*' a nota se acentua, toma mesmo contornos de pensamento definido. Neste poema, que é um drama, como todos os grandes poemas de Corrêa de Oliveira, falam as coisas e os seres. Fala também a sombra de Jesus, mas de um Jesus tentado pelo reino deste mundo. De um Jesus que anuncia outro profeta, a qual fará descer ao planeta

«O Reinado da paz e da alegria,
Do amor, da caridade e da justiça...»

E Frei Gil diz assim:

«Regressarei, enfim e alegremente,
A descansar, ó Terra, em teu regaço;
E aos Homens, meus irmãos, hei-de pedir-lhes
Que no gesto final com que o meu corpo
Há-de tombar na cova merecida,
Não voltem para o céu a minha face,
— Mas sim para o mais fundo de teu seio
Ó Terra, ó Mãe divina: e assim descensem,
De encontro a ti, meus olhos, minha boca,
Meu coração extático e perfeito...»

É inconfundível esta linguagem. Quem lhe não percebesse o acento naturalista, materialista, com todo o seu cortejo de essencial desconsolo, de ânsia de apagamento num misterioso nirvana para fugir à dor universal —, não teria, por certo, penetração nenhuma.

Em 'Job', contudo, e principalmente em 'Verbo Ser e Verbo Amar', é uma palavra diversíssima que se ouve. É outro ritmo interior que sentimos pulsar. 'Job' vem cheio daquela alegria e daquela esperança verdadeiras que, em vão, buscava o Poeta descobrir outrora no esplendor da natureza «separada».

Agora, escutamos um «benedicite» de timbre genuíno:

«Louvemos ao Senhor: as mãos ergamos,
Como, ao sinal da luz, ávidos ramos
Na sombria espessura.
A terra seja o Adro; os céus, a Igreja;
E a vocação sacerdotal esteja
Em toda a criatura».

Agora ouvimos ressoar em plenitude o acento da eternidade:

«Senhor meu Deus, tu me arrancaste ao nada.
Desde o princípio eu era em tua mão,
Qual esta iluminura — a madrugada, —
Sempre existiu inscrita e desenhada
Nas infinitas laudas da amplidão.»

Agora, percebemos a ansiedade — não do Deus «diluido» em tudo como nas visões panteístas de antes, — mas da «presença» de Deus em tudo, do Deus criador e transcendente que, não se confundindo com a miséria nossa, é, no entanto, o «ser» do nosso ser:

«Há em todas as coisas uma ausência
Ou solidão tamanha,
E pasmo e desatino,
Qual se o verbo divino,
O «Fiat» do Eterno que acompanha

*Desde o princípio a Criação, e a anima,
De súbito calasse...»*

Como disse, todavia só em 'Verbo Ser e Verbo Amar' o movimento se perfez totalmente. Aí Corrêa de Oliveira se nos apresenta, por assim dizer, como uma pura revivescência dantesca, no sentido de que volta a realizar o milagre, que o denso ambiente sacralista da Meia Idade permitiu ao cantor da 'Comédia', de transfundir em poesia o pensamento discursivo mais árduo e mais difícil. Permito-me ainda neste ponto reproduzir passagens do estudo antigo a que aludi:

Talvez o que de ímpeto romântico ainda hoje em nós perdura, — do ímpeto romântico, quero dizer, do gosto pela desbordante expressão sensual e pela matéria muito humana —, se recuse a reconhecer como verdadeira poesia a que, no entanto, pulsa profundamente nestes versos:

*«Ele era em si, por si, qual hoje em dia;
Criando os mundos, não ficou maior;
Não os criasse, o mesmo Deus seria.*

*Tirai ao mar, que estende ao derredor
A inextinguível, soluçante vaga,
Uma lágrima só, se tanto for;*

*Arrancai à montanha o cerro, a fraga,
Ou, ao rochedo, adamantina veia,
Chispando um sangue que jamais se apaga.*

*Decerto o nímio corpo lhes cerceia
Quem roube ao mar um frémito de espuma,
Ao peso da montanha um grão de areia.*

*Pan, fora assim. Mas, Deus, não se presume
Que, tudo, alguma vida lhe acrescente,
E, nada, o diminua em coisa alguma».*

O poema, contudo, não poderia persistir longamente nesta alta esfera teológica sem que excedesse a nossa capacidade de fruição intelectual. O instinto do Poeta contorna magnificamente a dificuldade, pondo em jogo a potência imaginativa, que continua em visão plástica do sonho a exposição dogmática do pensador religioso. Ac «fiat» divino, a realidade nasce. E sobre a realidade que nasce, o Poeta imagina o revoos dos anjos, «núncios do Autor», e imagina também que

*«Satan, de olhar cismático e profundo
Talvez rondasse já, perscrutador,
A começante fábrica do Mundo».*

Os versos que se seguem a este terceto, — todo o fragmento V do primeiro canto do poema — constituem uma das mais gloriosas realizações da poesia de Língua Portuguesa. Neles fundiu

António Corrêa de Oliveira em unidade prodigiosa a emoção lírica e dramática mais genuína com a mais profunda e comovida meditação de filósofo e crente. São trinta e dois tercetos que fulgem como nítidos cristais, de beleza a um só tempo humana e transcendente. Não cabem todos eles neste estudo, e é com mágua que me vejo forçado a retalhar o fragmento para fazer chegar até ao leitor umas poucas chispas dessa beleza fagulhante:

*«Satan escuta... Em estos de furor
O mar torpente do silêncio eleva
A surda vaga, e se desfaz, à flor.*

*De argênteas praias, na amplidão primeva,
Um bramido se ouviu no torvo espanto:
— «Satan! Eis tua mãe: eu sou a Treva;*

*Defende-me de Deus que temo tanto,
E me vai arrancar à morte e ao sono,
Ao meu remoto e extático quebranto:*

*Quer-me levar às aras do seu Trono;
Trazer o infindo movimento, a lida
Eterna, à minha inércia de abandono.*

*E, para a Treva, a morte é que era a vida.
Mais acordada e mais activa eu fora
Quanto mais queda e mais adormecida!*

*Defende-me de Deus que vem, agora,
Rasgar meu seio maternal, ó Filho!
Para que sangue em borbotões de aurora.*

... ..
*Satã, ó Filho meu! foste o primeiro
Que de mim se gerou: És minha esp'rança,
Serás, até final, meu companheiro:
Batalha a Deus, em ódio que não cansa,
E ao mundo que já traz em obra e ideia;
Vingança contra Deus, Satan! vingança...»*

Satan responde:

*«— Ó mãe! Ó mãe! Ó Treva original:
Eu sinto em mim, no meu horror sublime,
A tua herança indómita e fatal.*

... ..
*Na luz, eu me requeimo e me contorso;
Tornar à treva é todo o meu instinto;
E resgatá-la é todo o meu esforço!*
... ..

*Cordeiro-negro eu sou! Divino algoz:
Não tarda, enfim! o dia da batalha
E da libertação de todos nós.*

*A luz converterei, se Deus a espalha
Além dos céus, volvendo-a à cinza fria,
Após o louco incêndio da fornalha.*

*E tudo quanto for (e surge o dia!)
No mundo a que prevejo a forma e o rumo
O fim para que Deus o principia,*

*Ali eu hei-de estar, por vivo, sumo
e natural poder: como, na chama,
O esgar, o escórnio, a auréola do fumo.*

*A dúvida serei de amor e fama;
Ferrugem que se alastra, e lento, e lento,
Na têmpera mais fina se derrama.*

*Que Deus invente o móbil Pensamento:
Espelho o tornarei, no Maleficio
Das miragens de Deus que eu próprio invento.*

*Ah! terra de homens, meu jardim propício...
Treva! sê luz, e máscara do mundo,
Até vingar o iníquo sacrificio».*

Quem ousaria atribuir simples valor de fantasia a esse trágico diálogo entre Satan e a Treva-original? Satan, filho da Treva? Sem dúvida: — visto que do ventre da treva, do nada, foi que tirou Deus a realidade inteira. E, como filho primeiro, mais carregado do que os outros da herança atávica, — mais dominado pelo tropismo do não-ser; a imaginação, evidentemente, tem de funcionar com mais viva agudeza onde a inteligência encontra o só mistério infinito. A Satan, pois, é que poderia dirigir-se o tenebroso apelo da Mãe-Treva. E de Satan é que poderia partir a promessa filial...

Há um lampejo de génio naquele «cordeiro negro eu sou?» que o Poeta põe nos lábios de Satan. Na pergunta tremenda reponta, de facto, a mais inesperada das proposições — como dizer: teológicas? — que de pena de Poeta-pensador tenha brotado no Ocidente. Jesus, Cordeiro de Deus, o que se dá em holocausto pela redenção do ser; Satan, cordeiro negro, o que se sujeita ao sacrificio pela salvação... do não ser. Há também um lampejo de génio no terceto:

*«Que Deus invente o móbil Pensamento;
Espelho o tornarei, no Maleficio
Das miragens de Deus que eu próprio invento!»*

Sem dúvida: o golpe mais terrível (da parte de Satan) na obra de Deus foi a contrafacção, a deformação da imagem de Deus na inteligência feita para reflectir límpidamente a imagem real. Nestes três versos António Corrêa de Oliveira condensou todas as cogitações dos homens em torno do conhecimento de Deus e do Mundo, e do erro intelectual e moral.

Porque parte de uma omnivisão negativista do Mundo (o pan-teísmo de 'Ara' e 'Tentações'), para chegar a uma total afirmação cristã, católica, ('Job', 'Verbo Ser e Verbo Amar) a estrutura superior da obra de Corrêa de Oliveira ficou constituindo, como já escrevi, um gráfico, traçado em linhas de beleza pura, da caminhada do espírito, da sua vertigem de perdição ao tempo do naturalismo em Portugal e no Brasil, à sua serena postura afirmativa de agora, em que se restaura em sua própria essência e se fecunda de Deus.

Esta significação universalista da obra de Corrêa de Oliveira importa mais à glória do Poeta e aos foros de nobreza intelectual da Pátria lusa do que a significação, mais íntima e restrita, de cantor da paisagem e da humanidade portuguesas.

Mas, além disto, há uma pergunta a fazer-se: Portugal na obra de António Corrêa de Oliveira serão apenas as cantigas em que ele explícita, directamente, se refere à realidade lusa, como as contidas neste volume? Ou serão, também, e talvez principalmente, — os grandes poemas de inspiração filosófico-teológica de que vim dissertando?

Escrevi que, nestes poemas, Corrêa de Oliveira é de estirpe dantesca. Mas com isto não quis nem de longe insinuar que tais poemas não sejam, a seu modo, expressivos do espírito português.

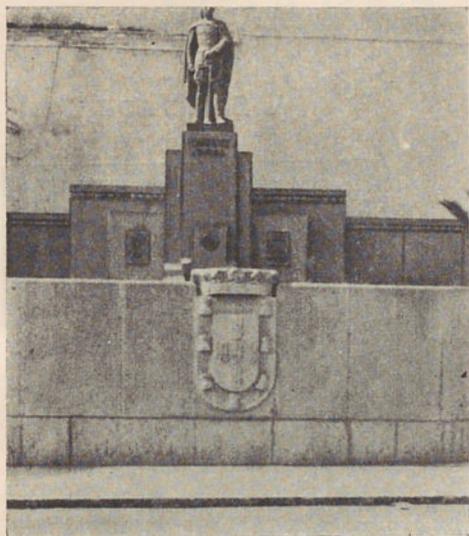
Foi justamente porque em Portugal — no coração de seu povo de excepção — a fé cristã se condensou à maneira da Meia Idade, — em luminosa plenitude, e resguardada de humildade perfeita, — foi justamente por isso que uma revivescência do cantor da 'Comédia', expressão da condensada fé mediéfica, se tornou possível no Portugal hodierno.

A poesia de acento religioso já havia frutescido em Gil Vicente, em Camões, em Frei Agostinho da Cruz, num que noutro poema de Herculano, para citar alguns nomes que saltam à pena. E a poesia da angústia espiritual já havia dado florada esplêndida nos sonetos de Antero.

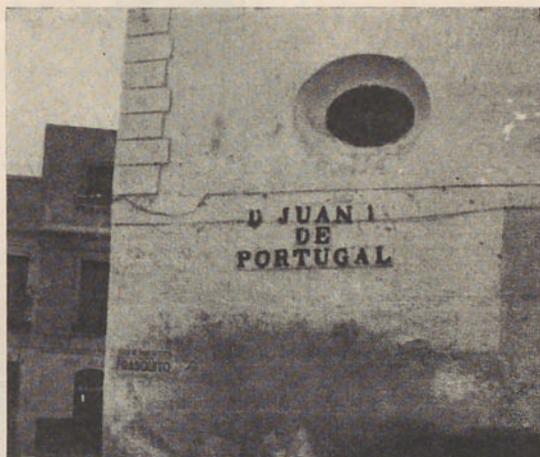
É dado específico, portanto, do génio lusitano, em suas expressões pinaculares, a preocupação com o transcendente, o absoluto, o eterno.

Apenas, com António Corrêa de Oliveira se deu que as circunstâncias possibilitaram-lhe reatar a tradição dantesca do canto que, embora poesia pura, tem como substância o puro pensamento. Sob este aspecto, é único em Portugal. É, porém, Portugal que vive ainda nesse canto superior. É o povo de exíguos recursos materiais que um dia saiu pelos mares desconhecidos para dilatar a Fé e o Império.»

PORTUGAL EM CEUTA



O Escudo de D. João I no brasão de Ceuta



Em Ceuta, uma rua ostenta em letras bem visíveis e legíveis o nome de D. João I de Portugal



A Rua de Camões, na placa do nome, tem a effigie do glorioso Poeta



O DESTERRADO

A SAUDADE



Duas obras-primas de SOARES DOS REIS

SOARES DOS REIS

Por JOAQUIM LOPES

NO ANIVERSARIO DA MORTE DO GENIAL ESCULTOR: — (16 DE FEVEREIRO DE 1889) — RECORDAM-SE ALGUNS ASPECTOS DA VIDA EXEMPLAR DO HOMEM E DO ARTISTA — APROVEITA-SE O ENSEJO PARA MAIS UMA VEZ CHAMAR A ATENÇÃO DOS PODERES COMPETENTES PARA O ESTADO ABSOLUTAMENTE DEPLORAVEL EM QUE SE ENCONTRA A CASA-OFICINA QUE O MESTRE DELINEOU E MANDOU CONSTRUIR NA RUA DE CAMÕES, EM GAIA.

Na primavera de 1913, os alunos da antiga Academia Portuense de Belas-Artes, numa das melhores salas de exposições que então no Porto existiam, realizaram a primeira exhibição pública dos seus trabalhos extra-escolares.

Desse grupo de moços, plenos de legítimas inquietações, se alguns a morte prematuramente levou, outros, felizmente, continuam em perfeita maturação exercendo a sua excelente e sempre benéfica actividade artística.

Do magnífico entusiasmo dessa geração distante partiu o primeiro brado para a possível aquisição da Casa-Oficina de Soares dos Reis onde, como planeavam, se pudessem guardar as recordações e, porventura, algumas das obras, principalmente esboços, que o Mestre genial nos legara. Nesse sentido, várias reuniões se efectuaram, a imprensa acompanhou com interesse a acção dos rapazes, e pormenorizadas representações foram dirigidas ao Governo, à Câmara de Gaia, às Comissões políticas de então, etc.

Infelizmente, de todo esse juvenil e simpático esforço nada resultou! Não houve possibilidade de se obterem os magros oitocentos escudos, que tanto era o que naquele tempo pediam pela casa!...

Não deixou de ser muito aplaudida a generosa attitude dos jovens estudantes; mas, quanto a dar-se-lhes o necessário auxílio que legitimamente pediam, é que não houve possibilidade! Mas, nem por isso a generosa tentativa deixou, alguns anos após, de ser continuada com idêntico fervor.

De novo, um gaiense entusiasta e sincero admirador da obra e personalidade de Soares dos Reis — o architecto Francisco de Oliveira Ferreira — fez-se rodear dos elementos mais activos do Grupo dos «Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar», convocou reuniões que chegaram a realizar-se nas próprias salas dos actuais Paços do Concelho, e mais representações se fizeram à Câmara de

Gaia e outros elementos políticos — sem que, no entanto, de tão apaixonado esforço resultasse o menor benefício para a compra do prédio!

Esta nobilíssima atitude havia surgido da acção pouco antes levada a efeito pelos citados «Amigos do Mosteiro» da presidência de Ramiro Mourão, outro apaixonado das coisas de Arte gaienses, a quem justamente se ficou devendo a iniciativa da interessante exposição das chamadas recordações de Soares dos Reis, realizada com êxito surpreendente numa das primeiras salas restauradas do velho e arruinado Mosteiro. Diante dum tão singular conjunto de objectos — felizmente guardados não só pela Viúva e Filha do genial Artista, mas ainda por alguns dos seus mais dedicados amigos e admiradores — nós vimos passar, verdadeiramente interessadas, durante algumas semanas, muitas centenas de pessoas de todas as categorias sociais.

Com efeito, ao referido e infatigável grupo ficamos devendo, não só a revelação de grande número de trabalhos inéditos do Grande Mestre, dos livros que mais o prendiam a um consciente e elevado estudo, e o exame das medalhas e diplomas que em concursos e certames mundiais honrosamente conquistou ⁽¹⁾, mas ainda o quase milagroso aparecimento da estátua em gesso de D. Afonso Henriques ⁽²⁾.

Decididamente, parecia que nada havia a fazer. Todos os esforços, viessem donde viessem, com maior ou menor entusiasmo, mesmo acarinhados com possíveis e aparentes promessas de êxito — sistematicamente se pulverizavam. Um dia, porém, quando menos se esperava, escondidas entre anúncios de toda a ordem, foi a própria filha do grande Estatuário quem descobriu, num jornal do Porto, eloquente meia dúzia de linhas em que se anunciava a venda em hasta pública da casa que havia pertencido a seu Pai! De facto assim era. Infelizmente, e para vergonha maior, o *atelier* que pelo próprio Artista havia sido delineado, mandado construir e donde haviam saído algumas das obras mais notáveis da sua genial criação, ia ser vendido em almoeda!...

Após os antes referidos insucessos, nunca deixou a Escola de, em várias tentativas levadas a efeito junto das diferentes vereações camarárias de Gaia, insistir para que a Casa — que, por feliz e inteligente generosidade dum particular, tinha sido libertada de possíveis e maiores desacatos — passasse, como era justíssimo, a ser pertença do Município Gaiense. Do que então se fez, e que resultou do esforço e boa vontade do corpo docente da Escola, talvez seja preferível não falar...

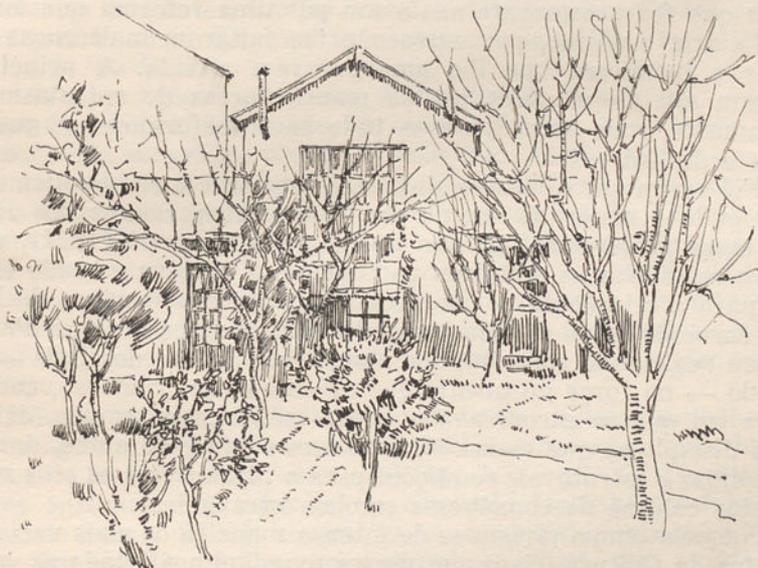
Mas a Escola de Belas Artes do Porto, na qual Soares dos Reis se havia iniciado nas Artes, e onde — como então era frequente — com igual distinção praticara a Escultura, a Pintura e a Arqui-

(1) Após o decreto que concedeu legítima pensão à Viúva e Filha de Soares dos Reis, as citadas *recordações* foram pelas mesmas Senhoras oferecidas ao Estado, que as destinou ao Museu Nacional de Soares dos Reis, onde se guardam.

(2) Actualmente exposta no referido Museu.

itectura, ao ver aproximar-se a data centenária do seu Filho mais ilustre não demorou em conjugar todos os esforços para que ela fosse dignamente recordada não só em Portugal, mas no Brasil.

Da reunião efectuada em 15 de Fevereiro de 1946, saiu o plano das homenagens que projectavam realizar-se, plano que no dia seguinte — precisamente quando sobre a morte do egrégio Escultor se completavam cinquenta e sete anos — toda a imprensa do País exaltou com justificado interesse. Foi pelas notícias dessa manhã que o Sr. Dr. Fernando Moreira, algumas semanas antes



Traseiras da Casa-Oficina de Soares dos Reis

empossado na presidência da Câmara de Gaia, tomou conhecimento do que se projectava fazer, tanto bastando para que imediatamente viesse ao nosso encontro dizer-nos que a Câmara da sua presidência iria, dentro em pouco, adquirir a tão falada e infeliz oficina ⁽³⁾.



O notável autor do «Conde de Ferreira», dentro e fora da Academia, viveu intensamente as inquietações dos verdadeiros precursores, dos beneméritos maiores da Arte e da Beleza, que

⁽³⁾ Efectivamente, por escritura pública, foi o prédio adquirido pela Câmara Municipal de Gaia à Empresa do 'Primeiro de Janeiro', que a salvou da vergonha de passar a outros donos que certamente não tardariam a dar-lhe destino diferente daquele que legitimamente lhe pertence. Por motivos que não vale a pena referir, a Casa passou mais tarde à Fazenda Pública.

Para que a sua inauguração se efectue, há muito se aguarda do Ministério das Obras Públicas e dos Edifícios Nacionais a realização das indispensáveis obras, que a salvem da completa ruína a que a deixaram chegar.

anseiam descobrir para lá do mundo em que vivem mundos mais vastos e superiormente elevados.

Soares dos Reis — nunca será demais afirmá-lo — como professor soube pugnar apaixonadamente pelo desenvolvimento do ensino. A sua entrada como elemento de maior grandeza no corpo docente da velha Academia de Belas Artes do Porto não tardou a assinalar-se com um projecto de reforma que deu brado pela sua nobre estrutura e que, por infelicidade, lhe havia de granjear os maiores desgostos.

Se, por um lado, teve o aplauso vibrante e sincero das pessoas cultas que fervorosamente ansiavam por uma reforma que muito beneficiaria o ensino, por outro não lhe faltaram malcrenças nefastas e insidiosas que lhe amarguraram a vida. A princípio, subiram até ele as mais gratas manifestações de entusiasmo e incitamento, mas bem depressa tudo se transformou em guerra surda e desleal.

Foi assim que o Mestre singularíssimo teve o seu baptismo de fogo na luta maior do ensino das Belas-Artes. Soares dos Reis, ao mesmo tempo que Ramalho Ortigão nas '*Farpas*' (1877), procurava remodelar os costumes portugueses e lançava o brado vigoroso para a criação de novas escolas de Arte e a abertura de Museus, servindo-se do exemplo magnífico que outros grandes Países vinham realizando com óptimos resultados, Soares dos Reis — ia dizendo — na força do talento e em plena idade criadora, vendo o estado em que se encontrava o ensino artístico entre nós, exigia novas disciplinas que mais completassem o saber do aluno, dando-lhe sólidas e estruturais condições para o nivelar com os seus mais distintos colegas de congêneres escolas estrangeiras.

Naquele tempo viviam-se de intensa maneira os mais variados aspectos da Cultura. Cada um desses magnânimos lutadores superiormente procurava enriquecer o espírito para oferecer aos outros, porventura aos de menores possibilidades, o melhor dos seus anseios e conquistas. Na realidade, se passarmos revisão ao que se realizou em Portugal, na segunda metade do Século XIX, no campo da Arte e do Pensamento, fácil será verificar que esse período foi dos mais fecundos e elevados. E a Soares dos Reis coube a legítima honra de ser considerado o mais persistente batalhador e aquele que mais contribuiu para que o nível artístico português verdadeiramente se elevasse. O egrégio Artista instituiu um prémio pecuniário a conferir anualmente ao melhor aluno de Arquitectura da sua Academia, organizou exposições — onde não poucas vezes ele foi o único comprador — promoveu conferências, criou com os seus camaradas do «Centro Artístico Portuense», uma Revista de Arte que ainda hoje é do melhor que se tem feito em Portugal, fomentou palestras e estudos sobre Arqueologia e História da Arte e abriu ainda uma aula particular de Desenho e Pintura por onde passaram, ensinando e estudando, alguns dos nossos melhores Pintores, Escultores e Arquitectos.

Desde longa data, alguns dos raros literatos e críticos portugueses não pouca atenção dispensaram aos assuntos artísticos. Ra-

malho Ortigão, Joaquim de Vasconcelos, Fialho de Almeida, etc., foram dos que mais profundamente penetraram esses problemas culturais e, porventura, dos que mais nitidamente os esclareceram.

Ramalho Ortigão em '*John Bull*' e Fialho nos '*Gatos*' enfrentaram o assunto com veemente clareza, dando ao ensino do Desenho e às Artes decorativas o interesse que um e outras devem manter no panorama geral da Cultura dum povo. Além dos inteligentes e magníficos exemplos colhidos noutros Países de elevada categoria, postos em confronto com o que lamentavelmente entre nós se verificava, e para apenas servir-me duma parcela desses proveitosos e decididos elementos, limitar-me-ei a citar o que o ilustre crítico e panfletário do '*À Esquina*' transcreveu e se publica no primeiro volume de '*Os Gatos*':

«As exposições universais têm colocado, com todo o rigor diante do público, a questão do ensino prático do Desenho. Em presença das excelentes provas de concurso obtidas por este ensino principalmente nas indústrias que exigem esforço de imaginação e uma execução superior, os diferentes governos da Europa compreenderam que era necessário associá-lo largamente ao das Letras e das Ciências. Novos métodos técnicos foram apresentados com o fim de iniciar o maior número possível de crianças nos elementos do Desenho e, de alguma forma, lhes fornecer um precioso instrumento de trabalho útil em qualquer carreira que pretendessem seguir.

Não seria justo atribuir ao nosso tempo a única preocupação de conseguir, pelo hábito constante do Desenho, mãos mais hábeis e olhos de mais perfeita visão. Até fins do Século XVIII as corporações ensinaram ao operário o chamado Desenho profissional. O grande Século XVIII, ao qual nada escapou de necessário à formação dos cidadãos, tinha compreendido e agitado esta questão...»

Léon de Laborde, no seu relatório sobre a primeira Exposição Universal de Londres, insiste enèrgicamente sobre este ponto capital: multiplicar a ilustração do operário, entravar as falsas vocações. Tal atitude equivale mais ou menos a contrariar o que proclama a doutrina académica.

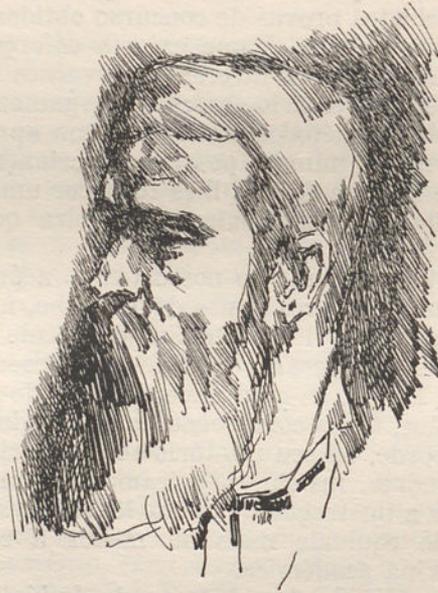
No seu livro '*União das Artes e da Indústria*', diz ainda o referido Escriitor: «A onze séculos de distância vai ser votada a lei que, de hoje em diante, dirá à França que toda a gente saberá desenhar, como em 787 Carlos Magno lançava, com espanto dos seus vastos domínios, um simples decreto, ordenando que a partir daquela data todo o cidadão saberia ler. A França de hoje pode, com tristeza, verificar a ignorância de seus filhos nesta Língua natural, que é a natural representação dos objectos». E conclui pelo ensino do Desenho estritamente semelhante ao da escrita. Com efeito, é o que se passa num povo do Extremo Oriente a quem, cavalheirescamente, costumamos tratar de bárbaros: os japoneses. Ali toda a gente sabe ler, escrever e desenhar.»

Soares dos Reis não foi sòmente o maior Escultor português de todos os tempos; a sua invulgar paixão pelo Desenho, que praticava de maneira superior e constante, criara-lhe legítima fama,

proclamando-o um dos primeiros do nosso País e grande entre os maiores da Europa sua contemporânea. E se, no dizer dum ilustre Escultor francês que se honrava de ter sido seu condiscípulo na Escola de Paris: — *a asa do génio o havia tocado*, exuberantemente se verifica que o Mestre insigne, longe de fechar-se no labor admirável das suas esculturas, procurava ainda descobrir novos rumos que jamais deixaram de tornar-se extensivos aos seus discípulos e amigos.

O excelso criador da «Flor Agreste» foi um singular benemérito cuja acção cada vez mais se afirma. Por isso a sua memória exige que aos excepcionais valores é devido.

Soares dos Reis, para como Artista ser completo, foi também um «Homem» — no verdadeiro sentido de tratamento com que Isabel a Católica distinguia o Príncipe Perfeito de Portugal.



(Desenhos de Joaquim Lopes)

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

«Tendo verificado que, em contravenção das regras ortográficas oficialmente aprovadas, se continua a fazer uso das respectivas iniciais, sem qualquer pontuação, para referência dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones; sendo necessário, a bem da Língua Portuguesa, evitar este e outros atropelos; lembra-se: a) que todos os Serviços e Organismos devem ser designados por extenso evitando-se a referência às iniciais das suas denominações; b) que nos casos em que excepcionalmente se tenham de indicar esses Serviços ou Organismos pelas iniciais devem estas ser seguidas da indispensável pontuação. 20 de Maio de 1947». — O Subsecretário — RUI DE SÁ CARNEIRO.



SOB A INVOCAÇÃO DE CLIO

Crónica de RODRIGUES CAVALHEIRO

LER Guardarei, até ao fim da vida, um reconhecimento
CATÁLOGOS profundo à memória do Professor de Francês que,
no começo dos estudos secundários, me desvendou
os largos e belos horizontes do panorama literário. Era o Padre
Araújo Lima, — um minhoto espadaúdo e culto, que conhecera a
fundo os bastidores da intriga constitucionalista do agonizar da
Monarquia e, proclamado o novo regime, continuava, num desdém
pela Democracia triunfante, a pontificar, todas as tardes, de cha-
péu alto e charuto nos dentes, à porta da Havaneza. O Chiado era,
então, uma sequência de salas de conversa e de bom-tom, e António
Cândido, o Conde de Sabugosa, Moreira de Almeida, Ferreira da
Silva, João Costa, Eduardo de Noronha e muitos outros — Escritores,
Artistas, velhos Políticos, cavaqueadores atraentes — ali
passavam horas e horas, vendo desfilar, por detrás das montras
da afamada tabacaria, a Lisboa elegante, hoje para sempre enter-
rada a mil braças de profundidade.

Pois o Padre Araújo Lima — grande amigo e conterrâneo de
António Feijó — foi quem iniciou a geração que comigo frequen-
tava o Liceu de Camões no deslumbramento da Poesia e da Prosa.
Racine, Boileau, Vitor Hugo, Musset, François Coppée, Sully Pru-
dhomme, Edmond Rostand, Herédia e tantos outros autores céle-
bres enchiam de luz as aulas dos nossos primeiros anos liceais.
Possuo ainda, como uma relíquia, os exemplares da *'Athalie'* e do
'Lutrin vivant' com que penetrei no grande Século de Luís XIV.
Mas ao lado dos Clássicos, também os Românticos e os Parnasianos
nos encantavam. Era no tempo da primeira Grande Guerra — e
as estrofes épicas do *'Napoléon II'* e os toques de clarim de Paul
Déroulède (sabíamos de cor muitos dos *'Chants du Soldat'*) ali-
mentavam, com o noticiário dos jornais, a nossa exuberante fan-
tasia de adolescentes. Entretanto, na aula de Português, tomávamos
contacto com António Nobre, Afonso Lopes Vieira (tinham saído
há pouco os *'Animais Nossos Amigos'*), os grandes capítulos de
maravilhosa apologia rústica de *'A Cidade e as Serras'* e as páginas
incomparáveis do Camilo de *'A morte do Lobo'*. Éramos assim em
1914... Não sei se nos liceus se continuam a admirar as Letras ou
se os Professores e os rapazes de hoje trocaram a terna delicadeza

do 'Vase brisé' e o realismo humaníssimo da 'Première gelée', que então tanto nos emocionavam, por qualquer coisa de menos frágil e de menos sensível, como pode ser uma bola de coiro, em que se dão impunemente pontapés.

Continua de pé — digam o que disserem — aquela afirmação de Anatole France: — *«Je crois que six ou sept ans de culture littéraire donnent à l'esprit bien préparé pour la recevoir une noblesse, une force élégante, une beauté qu'on n'obtient point par d'autres moyens.»* E como, na alma e no gosto de rapazinhos de doze ou treze anos, pode germinar a semente que lá lhe lançou, através dum texto bem escolhido, um Mestre bem orientado no ensino das Letras! É ainda ao velho epicurista do 'Lys rouge' — mas que tão bem sentia tudo isto — que recorremos para exprimir com brevidade essa vaga, mas perturbadora impressão de grandeza, de mistério e de encanto que certas páginas provocam na inteligência e na imaginação da juventude. Recordam-se do 'Livre de mon Ami' e da evocação do velho Chotard, ensinando, entre episódios de comédia e lances de guerra, as grandes páginas de Tito Lívio? As 'Últimas palavras de Décio Mus', declamadas em tom heróico, que se estendia, em irresistível contraste de farsa, às reprimendas aos alunos irrequietos, não ofuscam aquele final de capítulo, em que Anatole recorda a espantosa visão que duas linhas do historiador romano erguiam, pela magia do estilo, na aula pobre e desconfortável em que Chotard ensinava com paciência e convicção a Epopeia do Lácio: — *«Chaque fois que de sa voix grasse de vieux sermonnaire il prononçait lentement cette phrase: «Les débris de l'armée romaine gagnèrent Canusium à la faveur de la nuit», je voyais passer en silence, à la clarté de la lune, sur une voie bordée de tombeaux, des visages livides, souillés de sang et de poussière, des casques bossués, des cuirasses ternies et faussées, des glaives rompus. Et cette vision, à demi voilée, qui s'effaçait lentement, était si grave, si morne et si fière, que mon coeur en bondissait de douleur et d'admiration dans ma poitrine.»* Outro tanto nos sucedia, no alvorecer da vida, quando o Padre Araújo Lima nos fazia ler os melhores versos dos Poetas franceses.

Mas tudo isto vem a-propósito de outra página de Anatole France, que me ficou também gravada na memória desde o dia já remoto em que li nos bancos escolares do Liceu de Camões o 'Crime de Sylvestre Bonnard'. (Quantos alunos de agora conhecerão essa encantadora obra-prima?) É logo no começo do livro, quando o velho e erudito sócio do Instituto, na frígida noite de Natal em que se inicia o romance, calçadas as clássicas pantufas, se acomoda junto da chaminé acolhedora para ler um catálogo de manuscritos. «Não sei de leitura mais fácil, mais atraente, mais doce que a dum catálogo», — confessa ele, num grande consolo de espírito e de corpo. E, na verdade, quantas e quantas vezes, ao findar tarefa semelhante à que então absorveu o excelente Sylvestre Bonnard, eu tenho dado razão à observação tão fina de Anatole France. É que poucas leituras permitem a quem tem sen-

sibilidade e cultura uma tão grande probabilidade de evasão para os domínios intérminos e flutuantes do devaneio poético.

Há pouco tempo, tive uma vez mais ocasião de o confirmar perante uma obra utilíssima que ficámos a dever à diligência e zelo profissional de Domingos Lavadinho, competente Director da Biblioteca Municipal de Elvas: — o catálogo de manuscritos e outros documentos neste estabelecimento cultural existentes. São centenas e centenas de códices e maços de papéis avulsos, em que se fotografa a vida administrativa, religiosa, militar e social daquela região alentejana no decorrer de alguns séculos. Quantos temas de História ainda por abordar ali existem! E quantas alegrias e quantas dores, quantas vaidades e quantas humilhações, quantos triunfos e quantos sacrifícios se escondem naqueles papéis velhos, amarelcidos pelo tempo, e que na sua fragilidade aparente resistiram mais ao destino do que as pessoas a que se referiam e que certamente nunca pensaram que neles residia talvez o único motivo por que hoje as lembramos!

Há nessa colecção, tão rica e tão variada, uma espécie de manuscritos que convinha estudar amorosamente. São as correspondências privadas, as cartas de família, ditadas pela intimidade, de pais para filhos, de irmãos para irmãs, de maridos para esposas, e que nos devem dar o retrato flagrante do Antigo Regime, defeituoso em tantos aspectos, é certo, mas tão rico de seiva espiritual, tão equilibrado na sua existência quotidiana, tão consciente das fronteiras nítidas que separam o bem e o mal, a verdade e o erro. É ainda muito pobre, nesse capítulo, a nossa literatura de investigação histórica. Mas não faltam elementos com que preencher essa lacuna. António Tomás Pires, por exemplo, carreou inúmeros materiais relativos ao período das invasões francesas, que foram publicados no *'Boletim'* da Sociedade de Geografia de Lisboa, como já antes, no *'Correio Elvense'*, revelara outros, correspondentes à época que decorre entre a *Guerra Velha* e a investida napoleónica de 1807. São subsídios hoje esquecidos, que aguardam quem os integre, com muitíssimos outros semelhantes, num quadro geral, ainda por traçar, da Sociedade portuguesa desaparecida com o advento do liberalismo. A Biblioteca de Elvas, como tantas outras, públicas e particulares, ainda por explorar, fornece elementos de sobra para um estudo dessa ordem, que fará a glória dum outro Gama Barros, dum outro Costa Lobo ainda por aparecer. É que, como escreveu o Visconde de Santarém, «a erudição, a história, a filosofia e a crítica tiram partido mesmo das coisas que aos olhos do vulgo parecem insignificantes ou inúteis.»

Isto e muito mais me sugeriu a leitura do excelente catálogo de Domingos Lavadinho. Assim se verificou de novo a justeza de observação de Anatole France, ao escrever essa página tão verdadeira do seu belo romance, que eu estimo e admiro desde o dia já afastado em que, na época calamitosa da outra Conflagração, o bom Padre Araújo Lima nos ensinava a amar, nas aulas do Liceu de Camões, os tesouros da grande Arte literária.



NOTAS DE ARTE

Por DIOGO DE MACEDO

UM DESPROPÓSITO PARA MEDITAÇÃO Toda a Arte é glorificação. Por deslumbramento e criação de origem, ela nunca teve outra finalidade, outra elevação de causas, outra *utilidade humana e espiritual*, superior a quantas descobertas ou inventadas pelo homem. Pela Arte o homem dirige-se a Deus, à glória da concepção divina, do abstracto nos sentidos, nos pensamentos e nas sensações, dum mistério que existe além de todas as realidades visíveis. Pela Arte a concepção complexa e total do amor se sublima em glória. Criar, compreender ou sentir a Arte, é comungar no essencial das projecções da vida. Arte pela Arte, Arte pelo Homem, Arte pelo Amor, Arte por Deus, Arte por qualquer motivo, princípio ou fim, tudo é Arte pela Glória, porque toda a Arte é glorificação: da Vida, da Natureza, do Céu, do Sonho, do Passado ou do Futuro, do Infinito, do Mundo... duma flor ou do Cosmos. Toda a Arte, por conseguinte, é Espírito e é Beleza na criação do homem. Na imagem de Cristo, na dum corpo harmónico de mulher, ou numa paisagem, só deve haver glorificação.

As Artes Plásticas são parte dessa global criação. Nelas o Espírito e a Beleza, sejam de inspiração das realidades objectivas, sejam de recriações fantasistas, sejam de preocupações abstractas, sejam expressões do natural ou do inexistível, são condições indispensáveis. O concreto, o positivo, o real, como o subjectivo, a invenção, o imprevisto, são *motivos* de valor igual nos ideais do Espírito e da Beleza, desde que a manifestação destas incondicionais virtudes, plasticizadas em grau de superioridade, se sobreponham aos próprios *motivos*.

A Pintura é cor; a Escultura é forma; e a Architectura é proporção, como a Poesia é ritmo, a Música é emoção e a Literatura é ficção, partam de que inspiração partirem, apoiem-se em que princípios quiserem, dirijam-se para onde entenderem, adoptem os estilos, as expressões estéticas e os ideais que preferirem, mas nunca renunciando à razão imposta de glorificação. A evocação, a visão e a invenção são poderes iguais, onde o Espírito e a Beleza devem estar sempre presentes. Sem estes, a Arte seria incompleta. Nem a Cultura, nem a originalidade de qualquer espécie podem dispender essas predominantes e incondicionais exigências. Se falta uma delas, a perfeição desequilibra-se.

Sem jogo de palavras nem atitudes, afirmamos que a Arte não é uma imitação da Natureza sob qualquer aspecto, nem sequer uma transladação de qualquer dos seus aspectos. A Arte, obra da sensibilidade e do génio humano, ultrapassa a Natureza em que aliás se documenta ou dela extrai sugestões, sublimando-a, isto é, glorificando-a. Em Arte, o objecto real é criado pelo Artista e não copiado da realidade.

O paradoxo wildesco de que a Natureza é que copia a Arte, deixa de o ser se compreendermos o privilégio dos Artistas e a mutabilidade da Natureza. Nenhuma imita a outra, mas em determinada altura de tempo nos valores aproximam-se, para a Natureza falir e a Arte prevalecer. Os Artistas não vêem; prevêem. E assim, ao traduzirem, ou melhor, ao criarem, passam além da realidade actual e adivinham o imediato. A Natureza na hora desse imediato assemelha-se com mais exactidão à Arte criada anteriormente do que esta se parecia com ela antes da transformação pelo tempo. E como das duas a única mutável é a Natureza, a Arte passa a ser o modelo fixo, ou seja o previsto através da Natureza para que esta a siga, se lhe aproxime e, conseqüentemente, a copie. A Natureza elucida e a Arte projecta. Vejamos casos: ao contemplarmos, por exemplo, uma paisagem, um panorama, um incidente de luz natural, quantas vezes dizemos nós, porque evocamos, porque nos recorde, porque nos sugere, porque achamos semelhante e por conseguinte vemos uma imitação, que isto ou aquilo parece um quadro de fulano ou uma gravura de sicrano. E nunca, ao vermos essas obras de Arte, dizemos que elas se parecem com aqueles pormenores ou efeito da Natureza que víamos alhures. Logo, qual das duas forças é a original, a assimilada, a definitiva para comparações? Quantas vezes dizemos nós, ao constatar uma mudança nos indivíduos, que certa pessoa das nossas relações se está parecendo muito com o seu retrato pintado ou esculpido anos antes por este ou aquele Artista? Portanto, qual dos dois se aproximou do outro, procurou copiar, chegou a ser imitação? Nós nunca dizemos que uma estátua parece um indivíduo; mas sim declaramos, frequentemente, que esta mulher ou aquele homem parecem determinadas estátuas. Qual foi o modelo, o ponto firme de observação para as nossas verificações de que o natural — a Natureza — se está transfigurando noutra realidade, que é a Arte? Será o tempo que resolve e justifica o esplendor da Natureza antes de esta o atingir aos olhos do comum? Por que não é, pois, a Natureza que se apaixona pela Arte, procura nela rever-se, repeti-la ou nela se retratar em confissões que a Arte lhe arrancou em sínteses, quando ela apenas se lhe mostrou em aparências fugazes? O paradoxo é uma especulação intelectual. Ora não existindo essa especulação nas realidades observadas, conclui-se que na obra de Arte houve privilégio de primazia pelo sentido da glorificação ou eternização de tudo quanto representa a Vida. O que é indefinível nesta, é definível em Arte. O Espírito explica o aparente mistério; a Beleza completa o esclarecimento. Os modelos iniciais na inspiração, sugestão, evocação ou imaginação, ao transfigurarem-se em Arte, sob

qualquer imagem ou molde, adquirem iguais ou superiores realidades, que se devem ao pseudo-irreal do Espírito e à purificação da Beleza. Sem estas colaborações impreteríveis não pode haver glorificações completas e permanentes na obra de Arte, que a receptibilidade ou a imaginação dos Artistas sublimam com a sua sensibilidade auxiliar, o seu privilégio de auscultação e fixação, a sua personalidade de renovação de temas com expressões inéditas, sempre modernas por serem pessoais mesmo no modo de as revelar.

No panorama total do Mundo, a ternura é sentimento eterno que glorifica os espectáculos do mesmo Mundo. A Arte deve perpetuar e glorificar essa ternura. Do Amor, é esta a parte resistente e transmissora. Tudo é efémero sem ela. A Arte para ser definitiva e indestrutível, deve possuí-la em máxima expressão. Glorificar — sendo admirar, sendo compreender em relatividade, sendo realizar em esplendor — é, sobretudo, um acto de ternura. Ai dos esforços em Arte, por mais poderosos que sejam, técnica e esteticamente, sem essa precisa dose de ternura, sem essa substância interior, que é o Espírito! Sem esse sentimento do Belo na harmonia, que é a ascensão para a Glória!

Na tradução, transfiguração ou criação da obra de Arte, seja esta simples pintura dum fruto ou a descrição duma tempestade, a construção duma estátua ou o plano dum templo, em superfície, em profundidade ou em qualquer dimensional resolução, sempre aquelas causas indispensáveis de origem e de finalidade elevam o ideal inspirador e hão-de ter presença para merecerem a própria Glória. A Arte sem elas será Arte, artifício de habilidade ou de sabedorias secundárias? E a Arte, para ser glorificação, não precisa de ter glória em si própria, primeiramente?

DO NATURAL É sabido que durante o período do Academismo, o ensino na Pintura entre nós, foi de pouca originalidade. Copiava-se ou imitava-se a Arte passada. Os Românticos, reagindo contra esses hábitos, passaram a pintar estudos do natural, a tomar apontamentos e a compor com eles quadros definitivos, que só expunham depois da imaginação se intrometer no procurado estilo. Com o advento do Realismo é que a Natureza passou, verdadeiramente, a ser pintada *do natural*; e esse Naturalismo surge com Silva Porto e Marques de Oliveira, para logo e incondicionalmente os demais Pintores só pintarem *do natural*, embora, por leis do seu nato privilégio, criarem ao transplantarem. Como que para esclarecerem o público dessa audaciosa novidade e proclamarem a razão das doutrinas que seguiam, eles, ao exporem, colocavam nos catálogos, depois dos títulos dos quadros, a advertência de que tinham sido executados *do natural*. Era uma exigência de escola, uma imposição de princípios.

Em Lisboa, numa Exposição de Belas Artes promovida por uma Comissão de Estudantes, no Centenário do Marquês de Pombal, em 1882 (os fundadores do *Naturalismo* tinham arribado a Lisboa e ao Porto, em 1879) e com o fim de fundarem um «Instituto de Ensino Livre», muitos daqueles novos Artistas apresen-

taram obras assinaladas com o subtítulo, *do natural*. Condeixa, Ramalho, Salgado, Freire, Carlos Reis, João Vaz, Ezequiel Pereira, Vieira de Melo, Artur Loureiro, Rodrigues Vieira e Columbano apresentaram-se com obra feita *do natural*. Columbano, a par da tela *A morte de Camões*, já exposta na Academia, tinha dois desenhos intitulados *Estudos do natural*; João Vaz e Condeixa expuseram igualmente dois desenhos *do natural*; e Ramalho, outros dois com o mesmo título. Em Pintura, tinha Condeixa três quadros *do natural*; Salgado, duas *Cabeças do natural*; Rodrigues da Silva, então estudante em Paris, expunha três *Estudos do natural*; Adolfo Greno, também de Paris mandara cinco *Estudos do natural*; Rodrigues Vieira, uma *Cabeça do natural*; Loureiro, uma *Paisagem* e uma *Cabeça de cabra, do natural*; Freire, descobrira também o *natural*.

Ao todo, não citando outros Artistas de menor nomeada e que apresentaram obras com o mesmo baptismo, havia vinte e tantos trabalhos *do natural*, o que representa a necessidade revolucionária de informar o público de que tinha acabado o período das imitações e o das composições combinadas com subsídios do Natural.

Do natural era a legenda do estandarte modernista, entre estudantes.

Um caso estranho nesta exposição: o expositor mais fértil de quantos a ela tinham concorrido fora um aluno da Escola Médica de Lisboa, chamado *Alfredo de Figueiredo*, que apresenta nada menos de 16 quadros, com marinhas, paisagens e flores. Que seria feito deste Médico-Pintor e de tantos quadros que pintou? Como ele era de Medicina e não de Belas Artes, o catálogo não elucidava se pintava do natural ou de cor, se copiava ou tirava da fantasia. Este ignorado e laborioso expositor devia estar alheio à revolução. No júri da festa estavam Silva Porto, António Tomás da Fonseca e José Luís Monteiro para velarem pelo Naturalismo nascente, pois do contrário, o primeiro destes Mestres ter-se-ia negado a dar colaboração nos julgamentos. *Do natural* era a razão; o ideal era pintar *do natural*. A exigência era bem simples na sua novidade; todavia, do natural criaram todos eles uma obra tanto sua como da Natureza que os auxiliou.

MANCHAS DE POPULARIDADE É sabido e lógico que o gosto do público está em conformidade com a sua cultura artística.

Como esta é variável, decretou-se serem indiscutíveis os gostos para se evitarem conflitos de razões. Naquela cultura acontecem desfalecimentos que derivam em exotismos efémeros, como a «Arte Nova» de 1900, japonêsimo europeizado com serpentina flutuante e macarrões encaracolados, que caíra no gótico do público como sopa no mel, adocicando a Arte a contento dos Académicos e tornando-se ao paladar transtornado da crítica, um prato de resistência com *sauce-riche*, que a empanturrava e iludia. Quantos quadros se celebrizaram, cuja recordação é suficiente para causar fastio às exigências e às dúvidas de hoje! Citar

algun deles, que andaram por calendários e caixas de fósforos, seria ofensivo à memória dos autores e, possivelmente, ao gosto da maioria, que por sua causa está pedindo injeções de cultura e fortalezas de educação.

Vem a propósito contar uma história. Em Londres, onde Constable não encontrara compradores para a sua obra de modernidade admirável, o gosto andava pela hora da morte. Chegada a era conhecida por «Vitoriana», quando se duvidou da autenticidade dos mármoreos sublimes do frontão e dos frisos do Parthenon, que Lord Elgim trouxera da Grécia, surgira na exposição de 1858 um quadro pintado por um tal Senhor Frith, representando *The Derby Day*, que, de tão minuciosa e anedoticamente reproduzido, foi o mais popular de tantos outros de semelhante mérito. Durante muitos anos foi divulgado e querido do público, adoptado para capas de magazine e tabuletas de negócio, não havendo estalagem nem cervejaria sem a sua reprodução nas paredes, clube onde não tivesse presença, preferido para postais e para emblemas desportivos. Os gravadores, os litógrafos e os próprios desenhadores dos passeios da rua o estampavam no chão e fixavam no verso das cartas do voltarete. Nele se viam coches e cavalos, *jockeys* e apostadores de corrida, ciganas a lerem a sina e as bancadas apinhadas, tudo pintado com esmerado acabamento, não havendo centímetro de tela sem habilidosa pincelada, pitoresca quantidade de cenas agrupadas com extrema prática para atingir o efeito de agrado a todos os amadores. O êxito fora retumbante e o Estado adquirira o célebre painel. Oscar Wilde, de visita à exposição, parara na sua frente, observara-o lentamente e, voltando-se para os amigos que o rodeavam, perguntou, na sua voz elegante e artificialmente respeitosa, se na realidade «todo aquele quadro tinha sido feito à mão pelo Senhor Frith». Pois nem o sorriso geral impedira o sucesso, que se repetiu no quadro imediato do mesmo Pintor, com o panorama duma *Estação de Caminho de Ferro*, muito mais cheia e também feito à mão! Se não fosse o espantoso acontecimento da exposição permanente e renovada sem parança, verão e inverno, de Gustavo Doré, na Bond Street, nem os escândalos dos Prerrafaelistas conseguiriam fazer esquecer o pasmo que aquela tela provocara, motivando a classificação local de «manchas de popularidade», dada a tais obras elaboradas para o agrado do povo.

«Manchas de popularidade» foram certo quadro de Albert Guillaume e outro de Paul Chabas, que vimos apreciados pela multidão parisiense, no *Salon* de antes da Guerra de 1914, divulgados em jornais eróticos e em cartazes de turismo. Ai da peça de Arte que o vulgo prefere para a banalizar nos seus entusiasmos!

A PINTORA SANTOS BRAGA Quatro dias antes de fechar a primeira metade deste século, faleceu num Recolhimento fronteiro ao Museu de Arte Contemporânea, a Pintora Emília Santos Braga, reliquia duma Arte luxuriosa por Malhoa conduzida, mas de incontestável sensação plástica em seu tempo, que causou admirações da crítica e deu notoriedade ao seu

nome. Nas exposições, os quadros que apresentava com certas audácias de mocidade — exactamente há meio século — eram discutidos e disputados. Depois soube suspender as actividades exhibicionais, recolhendo à intimidade dos sonhos, à saudade e, por fim, à Ordem Terceira de S. Francisco, de cujos aposentos mirava os dois ciprestes — Deus sabe com que pensamentos tristes! —, que se erguem no jardim da entrada do Museu onde não existe qualquer documento dos seus méritos, ao lado dos do seu Mestre e dos Artistas seus contemporâneos.

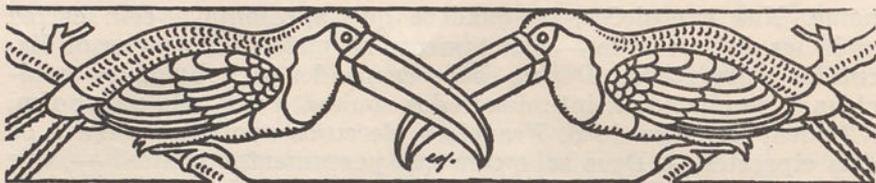
REGISTO Data de 1850 o apogeu da nossa Pintura chamada Romântica. Comemorando o centenário desse facto, inaugurou-se no Museu de Arte Contemporânea uma sala dos Pintores desse período. Com mais esta exposição temporária, que deveria ser definitiva, agravam-se os problemas de exhibição das obras dos Artistas vivos, que temporariamente recolheram às arrecadações da galeria. Este estado de coisas tão sérias é insustentável e, digamos francamente, incoerente e imoral. Não repetindo quanto se sabe com referência às precárias condições da instalação, chega-se à conclusão de que a minguagem de mais duas ou três salas neste Museu motiva descontentamentos justos, protestos incontestáveis, prejuízos verdadeiros contra a Arte Contemporânea, contra a Cultura artística que hoje tem ordeiras exigências, e mesmo contra o orgulho nacional, que não pode mais protelar a esperança em que desesperamos, de passarmos a ter uma Galeria de Arte Contemporânea como nos convém. Com carradas de razões acusa-se a sua Direcção de tantos prejuízos. Mas que fazer, não se podendo dar satisfação equitativa a todos os alarmados protestantes? Suspender a iniciativa das *Exposições Temporárias*, paralisando toda a vida exterior da Galeria? Acabar com as salas de Lupi e de Columbano, que ali estão por motivos especialísimos? Fechar a pintura dos estrangeiros, que esteve, ultimamente, quatro anos arrecadada? Matar os Mestres mortos para fazer ressuscitar todos os vivos? Como dar remédio ao irremediável?

Não será preferível encerrar as portas do Museu, para acabarem os perturbantes zunzuns e todos ficarmos em paz, reconhecendo que todos têm razão e o nosso Património Artístico actual está sujeito a jogar continuamente a diversão do *às escondidas*, enquanto não se lhe derem condições de desafo e de salvamento?

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Ordem de Serviço de 20 de Novembro de 1944

Recomendo que nos documentos a expedir por este Ministério os diversos Institutos e Serviços sejam designados por extenso, preterindo-se o confuso e inexpressivo sistema das iniciais. No «Diário do Governo» nenhum diploma será publicado com aquela forma de abreviação. — CAEIRO DA MATA.



CONSULTÓRIO LINGUÍSTICO

Por AUGUSTO MORENO

1) Assinadas por um distinto professor, li há pouco estas frases: «*Não carecemos de citar gramáticas...*». — «*Facto que nem carece de ser demonstrado...*».

Pergunto: O verbo *carecer* está empregado com propriedade?

É que há quem ensine que *carecer de* só deve empregar-se, quando possa substituir-se por *não ter*. E nas supraditas frases tal substituição é impossível.

Portanto, uma de duas: ou o autor das frases tem razão, empregando o verbo *carecer* por *precisar*, ou não a têm os que apenas o empregam na acepção de *não ter*.

Que me diz? — UM ESTUDIOSO.

R. — Que não têm razão aqueles que hoje limitam só a *não ter* a significação de *carecer de*.

Em escritores como Cícero e Plauto, se se encontra o verbo correspondente ao nosso na acepção de *não ter*, também se encontra na de *carecer* e até na de *abster-se*.

E em Clássicos portugueses, veja (com sublinhado meu) primeiramente o que diz Castilho:

«Ainda que muito amigo do torrão pátrio, muito dominado dos hábitos e (como já nestes apontamentos o confessei) muito inerte para mudar de posição, senti sempre em mim um singular instinto, uma veleidade vaga de cosmopolitismo, que, para passar a estado de realização, não *careceria* de grandes motivos externos: qualquer sofrível pretexto lhe bastaria» ('*Castilho Pintado por Ele Próprio*', II, ed. da *Empresa da História de Portugal*, pág. 39).

E noutro ponto (pág. 73) do mesmo volume, também com sublinhado meu:

«O que é que era mau do que eu tinha aprendido? O que é que eu dos nossos coevos devia ler e seguir? Era cá tudo bom? Era lá tudo mau? E se nem uma nem outra coisa era, onde estava a bitola de que eu *carecia*?...»

Veja agora o que diz Bernardes na '*Luz e Calor*', pág. 395, igualmente com sublinhado meu em *carecer*:

«Respondeu o diabo: Nada ama como a ti, e tudo padecerá por não *carecer* de ti».

Evidentemente, em todas as transcrições que aí ficam o *carecer de* está na acepção de *precisar*, e não ficaria bem na de *não ter*.

Ora, Bernardes foi o Clássico que foi, e Castilho o que nós sabemos. Este prezava-se de escrever «português limpo», e com efeito ninguém o escreveu melhor do que ele no Século XIX.

Por onde concluiremos que nenhum escritor deve ter receio de empregar o *carecer de* no sentido de *precisar* ou *necessitar de*.

2) Qual é o étimo de *engolir*? C. de Figueiredo, em o '*Novo Dicionário*', diz que, segundo alguns, *engulir* (com *u*) vem de *gula*; segundo outros do lat. *in + glutire*. — UM APRENDIZ DA LÍNGUA.

R. — Sobre o caso, também eu conhecia a lição de C. de Figueiredo, em

que há muito de conjectura, e as de Meyer Lübke e Adolfo Coelho, que não acabam de elucidar.

Desde que Gonçalves Viana registou o termo com *o*, procurei pô-lo em estudo, mas sem que a solução derivada do *ingulare* de M. Lübke nem do **gulire* de Adolfo Coelho acabasse de me satisfazer. — Daí, pôr-me por minha parte a conjecturar também. Como em Trás-os-Montes o povo diz *gola* e *golas* na acepção de *goela* e *goelas*, lembrei-me do radical de *gola* para étimo de *engolir* = *en* + *gol* + *ir*, porque afinal *engolir* é fazer descer pela *gola* ou pelas *golas* abaixo.

Se assim não for, fàcilmente poderemos trepar de *gola* para o étimo de *colo*...

Numa palavra, embora não saíamos por enquanto do terreno das conjecturas, estou na crença de que não há-de ser muito difícil afinal entroncar o vocábulo *engolir* no latim *collum*.

3) O advérbio *então* vem nos dicionários com a significação de: naquela ocasião, nesse tempo, nesse caso, demais, além disso. No entanto, ouve-se e lê-se frequentemente: *até então*, *desde então*. — Há correcção nisso? — M. S. R. — Sem a mínima dúvida que há. A própria frequência dessas expressões — digamos: *a sanção do uso* — lhes abona a correcção.

E de tais *factos da linguagem* — factos de todos os dias — a lição que os gramáticos e os dicionaristas devem tirar é a seguinte: a de que, em certas e determinadas condições, é indevida ou arbitrária a inclusão de tal ou tal palavra em certa categoria gramatical.

Então é, na maioria dos casos, advérbio; mas precedido de preposições como *até*, *de*, *desde*, *por*, etc., deixa de constituir essa unidade gramatical, para passar a formar com tais particulas *locações adverbiais*, em que a unidade lexicológica se há-de ver só no conjunto.

Exemplifiquemos com outra palavra também muito característica.

Depois é um advérbio, porque esta palavra, sôzinha, pode exprimir uma circunstância.

Mas em *depois de*, locução prepositiva, e *depois que*, locução conjunção, *depois* não deve considerar-se advérbio nem analisar-se em separado.

Para exprimir a circunstância de tempo — função adverbial — nem bastam as *locações*: são necessárias as *orações* — as orações completas — que elas introduzem. *Depois de vir* ou *depois que veio*, por exemplo, é que exprimem a circunstância de tempo, é que desempenham a função adverbial, é que valem por um advérbio.

Por isso, tais orações são *adverbiais*, se as considerarmos quanto à significação.

4) Os dicionários também registam o mesmo advérbio (aliás, a mesma palavra) como interjeição e expletiva. Não dizem, porém, o que ele (aliás, ela) exprime interjectivamente. Animação? Exortação ou incitamento? Afirmção enfática? — Expletivamente — ensinam eles — junta-se à frase para complemento ou por eufonia: «*Então* como vai isso?» — «Com que *então*, tem passeado muito?»

R. — Efectivamente, embora C. de Figueiredo registasse a palavra só como advérbio, ela tem também função interjectiva.

A um indivíduo prestes a desmaiar ou desfalecido, dizemos-lhe para o animar ou para o levantar do abatimento num esforço da vontade: «*Então!* Nada de desanimar!»

A crianças, que nos incomodam traquinando, diz-lhes qualquer de nós em ar de ralho e estranheza: «*Então*, meninos! Se continua o barulho, ponho-os fora da sala!»

A cambiante inteiramente expletiva não será talvez fácil de observar; mas no que não há dúvida é em que a palavrinha apresenta muitas modalidades, e algumas delas bem subtis, de significação, e que é possível não estejam ainda bem estudadas.

Valeria a pena dar-se a gente um dia a esse trabalho, com vagar.

Entre o povo da província, e todos os dias a auscultá-lo, eu achei variantes de significação da palavra em todos estes dizeres:

— «E então? Bote cá para fora o resto, se faz favor...»

— «E então! Têm-se visto coisas bem mais difíceis!»

— «O quê?!... Só cinco coroas pelo *verduguilho*?! Então, já vejo que o não quer comprar... Repare-me na folha: Vê-se ou não se vê nela a cara de uma pessoa? E a peso, tome-o a peso, faça favor... Uma pena, de levezinho. Cortar, então, só lhe digo que é uma lanceta... Bote-se-me vossemecê com ele nas unhas à seara, e aquilo, em duas horas, era uma vez uma seara... Vá, serve-lhe pelas oito coroas?»

As cambiantes de sentido desta palavra são das tais coisas que se *sentem* melhor do que se *explicam*.

5) No presente do conjuntivo, 1.^a e 3.^a pessoa do singular dos verbos *perdoar* e *soar*, é *perdoe*, *soe*, ou *perdoi*, *soi*? — DISCÍPULO ATENTO.

R. — É *perdoe*, *soe*, com *e* surdo final, e que forma sílaba sôzinha.

O mesmo acontece em todos os verbos em *-oar* e *-uar*. Assim: *assoar*, *assoe*; *amontoar*, *amontoe*, *enodoar*, *enodoe*; *magoar*, *magoe*; *povoar*, *povoe*; *voar*, *voe*; *actuar*, *actue*; *efectuar*, *efectue*; *estuar*, *estue*; *insinuar*, *insinue*, etc.

Com os verbos em *-oar*, e para impedir ou atenuar o hiato, é corrente entre o povo das províncias do Norte o alongamento do *ô* em *ôu* na pronúncia desafectada de tais pessoas desse modo:

— «Cuidado não se *magoue*». — «*Perdoue* o atrevimento». — «Antes que *soue* a hora». — «Por mais alto que *voue*». Etc.

Perdoe é trissílabo, e *perdoi* seria dissílabo; *soe* é dissílabo, e *soi* seria monossílabo. A segunda pessoa do singular do mesmo tempo e modo desses verbos tem *s* final, pertencente à sílaba iniciada pelo *e* anterior: *magoes*, *perdoes*, *soes*, *voes*, *effectues*, *insinues*, etc.

É preciso não confundir as formas referidas dos verbos de que estamos tratando com as da 2.^a e 3.^a pessoas do singular do presente do indicativo dos verbos tem *-oer* e *-uir*. Estas têm *i*, que não forma nem inicia sílaba. Assim, em *moer*, *móis*, *mói*; em *roer*, *róis*, *rói*; em *soer*, *sóis*, *sói*; em *constituir*, *constituís* *constitui*; em *possuir* *possuís*, *possui*; etc.

Nas 2.^{as} do plural do presente do indicativo e do imperativo dos verbos em *-uir*, há acento agudo, em vez do simples ponto, no último *i*: *vós possuís*, *possuí*; *vós constituís*, *constituí*; e assim por diante.

Temos as formas *sois* e *soes*: *sois* do verbo *ser*; *soes* do verbo *soar*. Temos igualmente a formas *sói*, *soem* (*só...*), do verbo *soer*, e *soe*, *soem* (*só...*) do verbo *soar*.

Cumpre não nas confundir.

6) O verbo *investir* também se pode empregar com complemento directo? — A. N.

R. — Também, sim, senhor. Veja em Bernardes ('*Nova Floresta*', I, 1909, pág. 410):

«Pôncio, abade Cluniacense, que, também feito capitão de soldados, *investiu o mosteiro violentamente.*»

Em Jacinto Freire de Andrade ('*Vida de D. João de Castro*', Livro II, n.º 4):

«Encontrou a Rax Solimão, general do soldão do Cairo, que *o investiu*, rendeu e despojou.»

No P.^o António Pereira de Figueiredo ('*Bíblia Sagrada*', 1866 — Reis, XXII, pág. 33):

«E os capitães das carroças conheceram que não era o rei de Israel, e cessaram de *o investir.*»

E em Castilho ('*Geórgicas*', 1867, pág. 173):

«Mal sente haver cobrado a força e esforço antigo, / alça os pendões: *investe o impróvido inimigo.*»

Mas nos Clássicos também se encontra, e mais frequentemente, com regime indirecto e construído com as preposições *com* e *a*.

Assim, lê-se em Bernardes ('*Nova Floresta*', 1910, pág. 197):

«Depois rompeu com tanto ímpeto que levava penedos e árvores arrancadas, e *investindo com* o mosteiro, o pôs por terra.»

E no mesmo ('*Ibid*', apólogo do lobo e do cordeiro):

«...e investindo ao pobrezinho, o levou nos dentes.»

Em Jacinto Freire ('*Vida de D. João de Castro*', L. IV, n.º 46):

«Francisco da Silva caminhou logo a socorrê-los, acompanhado de João Fernandes de Vasconcelos, e fazendo um esquadrão cerrado, *investiram com os Turcos e os romperam.*»

Em Fr. Luís de Sousa ('*Hist. de S. Domingos*', 1866, Vol. IV, pág. 380):

«Apareceram no porto Volumano, lugar, e morada de Mouros arrengados, duas embarcações com bandeiras de Cristo, que *investindo com três de Mouros, que estavam surtas no porto, as renderam.*»

Em Herculano ('*Eurico*', 21.ª ed., pág. 216):

«Sancion, seguido dos seus nove companheiros, *investia com os Árabes, que tinham entretanto chegado.*»

Em Garrett ('*Adosinda*', cant. IV, IX):

«E já por ordem de Ausenda
Coa porta negra e tremenda
Investem da torre erguida.»

E em Castilho ('*Geórgicas*', 1867, pág. 181):

«Esse meu doce amor à bela natureza / me obriga a *investir coa* inóspita aspereza / do Parnaso.»

Escritores modernos de boa nota também construíram com as preposições *contra* e *para*. Assim, Rui Barbosa ('*A Oração de S. Paulo*'):

«Os governos *investem contra* a justiça.»

João Ribeiro («*A Língua Nacional*», '*Revista de Língua Portuguesa*', n.º 13, pág. 54):

«*Contra* essa cloroformização malsã é que *investe* um romancista norte-americano.»

E Machado de Assis ('*História sem Data*', pág. 166 e 169):

«Não, miserável! não! tu não me fugirás!» bradava José Maria *investindo para* ele.»

«Genoveva *investiu para* mim com uns olhos deste tamanho.»

E aí tem.

Porto — Rua da Maternidade, 80.

GIL VICENTE TROVADOR — MESTRE DA BALANÇA VIDA E OBRAS DE GIL VICENTE

por ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE

2.ª edição com 19 estampas fora do texto

A MAIS NOTÁVEL OBRA ATÉ HOJE PUBLICADA SOBRE O GENIAL
FUNDADOR DO TEATRO PORTUGUÊS

1 VOLUME DE 634 PÁGINAS — 80\$00 (últimos exemplares)

— EDIÇÃO DA REVISTA «OCIDENTE» —

Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da Língua Portuguesa terá uma grafia única. Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra.

(Do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de Agosto de 1945).

CRÓNICA COLONIAL

Por NUNO DE ALMEIDA

O CAFÉ

Desde que se extinguiu para sempre o tráfico nefando da escravaria o comércio de África passou a viver dos produtos que as caravanas indígenas traziam do interior do continente para os portos da costa.

Assim se constituíram ciclos económicos baseados no maior valor ou procura das mercadorias. Houve o ciclo do marfim, o ciclo da borracha, o ciclo da cera...

Ocupado e explorado pelo homem branco, o solo africano desentranhou-se nas culturas mais variadas conforme os capitais investidos, as regiões climáticas ou ainda o estímulo dado a cada uma delas.

Em face desta transformação da economia africana nas últimas quatro décadas, é de prever que se não repitam as viragens bruscas e catastróficas que de um dia para o outro arruinavam um ramo de comércio e com ele toda a estrutura económica do País. Em Angola, pelas margens escaldantes do Quanza, ou num ou noutro ponto abandonado da costa, ainda se encontram os vestígios desses empórios comerciais que nos parecem imobilizados na sua época de prosperidade.

Ao contrário da cera, do marfim ou da água-ardente o comércio do café tem mantido, porém, uma certa estabilidade através dos tempos. Há quase um século que Angola vende o café das suas roças, sendo possível esboçar um quadro das exportações a partir de 1895:

	<i>Toneladas</i>	<i>Valores em contos</i>
1895	8.000	—
1910	6.140	—
1920	3.524	—
1930	11.839	—
1940	14.176	—
1941	11.066	—
1942	18.966	72.698
1943	23.931	82.215
1944	23.755	78.538
1945	30.927	91.501
1946	46.489	184.502
1947	44.019	268.873
1948	53.406	295.254.

Como se pode apreciar claramente por este quadro desde 1942 que se acentua a tendência para a ascensão do café, a ponto de no ano de 1948 ter atingido o valor *número um* das exportações angolanas, seguido de longe pelos diamantes (160.243 contos) e pelo sisal (79.890 contos).

Durante o ano que terminou há pouco houve, porém, uma verdadeira revolução no comércio cafeícola. A arroba que se cotava à volta de 150\$00 trepou em saltos bruscos até 400\$00! Ou fosse a queda da produção brasileira, ou a maior procura no mercado mundial ou ainda outros factores, nunca o café havia atingido o valor dos metais preciosos...

Não admira, pois, que em Angola, desde as serranias do Encoque, descendo pelas ondulações dos Dembos e pelos maciços de Ambaca e Cazengo até à «ilha» luxuriante e fofa do Amboim, reine um entusiasmo desusado entre os agricultores, os comerciantes e até os próprios indígenas, todos na ânsia de produzir cada vez mais e vender ainda melhor...

O próprio preto considerou-se ricoço como o volframista da Metrópole. Os contos de réis que recebe das transacções chegam perfeitamente para adquirir três objectos com que ele delira: uma bicicleta, um capacete e uma lanterna eléctrica! Mas já alguns se aventuram ao automóvel, que manobram com a arrogância de todo o homem que domina a máquina...

Nas regiões cafeicultoras novas fazendas se abrem à exploração e aquele mesmo bago nado e crescido ao-Deus-dará na selva, semeado pela azáfama dos pássaros, passou a ser procurado com avidez pelo *funante* que especula na «alta».

S. Paulo de Luanda, a grande praça do café de Angola, tem assistido à roleta das transacções vultuosas, ao ruído das negociações bem sucedidas ou falhadas, a todo um movimento de comércio de que tem sido ultimamente objecto o grão, ao natural, modesto, esverdeado e rijo.

Janeiro de 1950.

REVISTA DE PORTUGAL

FUNDADA EM 1942

 SÉRIE A—LÍNGUA PORTUGUESA

DIRECTOR — ALVARO PINTO

VOLUMES I A XI (N.º 1 A 55), ENC. EM PANO 100\$00 CADA UM
VOL. XII (N.º 56/60) — 120\$00 ★ VOL. XIII E XIV (N.º 61/70 E 71/80)
— 180\$00 CADA UM — N.º 1/54 — 15\$00 CADA UM ★ 55 E SEGUINTEs
— 17\$50 CADA UM — VOL. XV — N.º 81 A 90 — EM PUBLICAÇÃO

HÁ UM PEQUENO NÚMERO DE COLECCÕES

— Capas de pano — 20\$00 e 25\$00 cada uma —

ADQUIRA O 'CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL' — ANTI-GO COLOCCI-BRANCUTI, DE QUE JÁ FOI PUBLICADO O VOLUME I (408 + 80 PÁGINAS DE FAC-SIMILE) PELA 'REVISTA DE PORTUGAL' EDIÇÃO COMUM — 150\$00; EDIÇÃO ESPECIAL — 250\$00

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

ÓPERA PORTUGUESA

Rui Coelho, Compositor de rara têmpera e de profundo sentido nacional, é um audacioso propugnador da Música portuguesa e da valorização dos Artistas portugueses. Tem mais de 30 anos a sua campanha ardente e entusiástica e nunca as incompreensões alheias ou os doestos propositados o fizeram perder a fé ou desviar-se do caminho que traçou.

Músico de vincada personalidade, mas em íntima comunhão com as mais puras fontes emotivas da alma popular, as suas criações são sempre cheias de límpida beleza e criaram já um estilo próprio, que o futuro exaltarà melhor e mais serenamente.

Ninguém é profeta na sua terra e Rui Coelho tem sentido bem essa dolorosa verdade quando passa a fronteira e vai à Espanha, à França, à Alemanha, à Inglaterra dar seus concertos.



A vespéral de 15 de Janeiro no Teatro Nacional de São Carlos foi uma festa de Arte retintamente portuguesa. Na 1.^a parte, ouvimos os trechos mais característicos das Óperas *Tá-Mar*, *Crisfal*, *Belkiss*, *Entre-Giestas* e *Inês de Castro*, todas sobre obras notáveis da Literatura Portuguesa. Na 2.^a parte, Rui Coelho quis mostrar-nos como o seu talento e as suas faculdades de interpretação eram capazes de sentir e fazer sentir essa maravilha do génio vicentino, que é o *Auto da Barca do Inferno*.

Torna-se quase impossível numa 1.^a e única audição fazer juízo perfeito de obra tão complexa e de tão variados símbolos. Pode-se, no entanto, assegurar que a tentativa de Rui Coelho resultou consoladora, pois nos deu a certeza de que ao distinto Compositor não falta nenhum dos méritos necessários para prosseguir a tão expressiva tradução em Música da obra de Gil Vicente. Com os intérpretes mais seguros dos papéis que lhes competiram, com novos ajustamentos de canto e música, cremos que o *Auto da Barca do Inferno* dobrará seu êxito e instigará Rui Coelho à execução da *Trilogia das Barcas*, em que nos dê, para espectáculo completo, a visão total de uma das mais famosas realizações do genial Mestre Gil.

Rui Coelho dirigiu com sua habitual proficiência as duas partes da magnífica vespéral. E a Orquestra da Emissora, considerada já pelos mais notáveis Maestros que a têm dirigido uma das boas Orquestras de todo o Mundo, contribuiu brilhantemente para que a tarde de 15 de Janeiro fosse, a um tempo, de belo recreio e de inteligente cultura.



BIBLIOGRAFIA

LIVROS PORTUGUESES — VII

VERSO

Amigos leais perguntam-me por que me dou a esta luta em que se não ganham vantagens pessoais e se suscitam inimigos. Porque, dizem-me eles, ninguém deseja receber incentivos mas só louvores; nenhum perdido quer ser salvo mas iludir-se e iludir os outros. Dizem-me também que, assim, diminuo as possibilidades imediatas de êxito e a esta luta inglória sacrifico, não a minha obra pessoal (pois sabem que seria impossível) mas as naturais horas de folga e de convívio social.

Por que me dou a esta luta na crítica de obras dos meus contemporâneos?

Porque as alegrias de ajudar uma alma a engrandecer-se; de descobrir o valor de um Poeta e de o incitar à sua perfeita realização; de compreender e consagrar uma obra humana e bela; estas alegrias verdadeiras da Crítica superam todos os prazeres da vida social e do êxito próprio e compensam de todas as hostilidades e oposição de quantos não queiram entender a sinceridade e o sacrifício desta luta.

Continuarei, pois, enquanto puder; continuarei, com a natural combatividade que Deus me deu, a servir, também por este modo, outras almas e o Espírito Humano e a Cultura do meu País e do Mundo Lusíada e a Cultura e grandeza da minha época.

Continuarei, com o mesmo entusiasmo, sempre que descubra Poesia sincera e verdadeira, a animar a sua realização perfeita.

Porque a realização de uma alma na Poesia é uma coisa sagrada, merecedora do máximo esforço e de todos os sacrifícios, um dos mais altos modos, e dos mais intensos, de viver o divino.

E se há poesia numa alma o nosso dever é acordá-la para esse esforço da sua própria realização, plena e perfeita, ainda que isso venha a representar vida trágica, obrigatório e duro ascetismo ou aparente derrota.

Se há poesia numa alma, ainda incerta dos seus caminhos ou hesitando perante o esforço a viver e os sacrifícios a sofrer para atingir a sua própria e possível realização, o nosso dever é ajudá-la, mesmo que em paga só venham ingratições.

Grandes são o dever e a responsabilidade correspondente da Crítica. Maiores ainda quando a Crítica tem de ocupar-se de livros de estreia.

Neste caso, uma palavra de incompreensão, um indevido louvor ou uma injusta censura, podem provocar o desânimo, contribuir para a diminuição do esforço necessário, ou transviá-lo. E se tal força e tão graves consequências não tiver um erro da Crítica, ela será, ainda assim, e por esse erro, quando se trate de obras de estreia, não só inútil mas também prejudicial. Porque dará uma base falsa (de louvor ou de censura) ao primeiro contacto de um Autor com o Público. Todos estes perigos, portanto, aumentam a nossa obrigação de tentarmos servir, o melhor possível, as almas que iniciam o dramático e glorioso caminho da Poesia.

É principalmente a livros de estreia na Poesia, e na sua forma de linguagem do *verso*, que desejo dedicar as notas críticas deste mês.

Livro de estreia mas de um Poeta feito é o de:

MANUEL LOPES — 'Poemas de quem ficou' — Edição do Autor — Açores — 1949.

Não é este um livro por inteiro realizado com a perfeição que lhe era natural. Por isto, mais do que por ser a primeira obra publicada por seu Autor, o considero com este carácter de *estrela* de quem de futuro pode, querendo, realizar plenamente as qualidades e valores que já neste livro se nos revelam e por vezes atingem essa natural perfeição que temos de exigir-lhe.

Grandes são as responsabilidades que este Poeta assumiu de uma integral e perfeita realização da sua obra, e não só por esse dever sagrado, e máximo, implícito na divina dádiva do talento, mas também por sua posição especial no movimento que está elevando o Arquipélago de Cabo Verde à categoria de Província Espiritual do Mundo de Língua Portuguesa.

Procurarei, noutra série de notas críticas, explicar o alto significado e a possível contribuição para a Cultura Lusíada e o seu mais constante valor, que é o da Literatura, desta afirmação Caboverdeana.

Dela já notara o início da plenitude num romance que, talvez por seu muito valor e novidade, passou despercebido, «Chiquinho», o primeiro romance caboverdeano de Baltasar Lopes.

A mesma impressão recebo agora do livro de Poemas de Manuel Lopes. E é o meu desejo de que possa este movimento espiritual caboverdeano atingir todas as suas virtualidades, o que me fará nesta crítica antepor o incitamento, mesmo quando se tenha de supor nele qualquer indirecta censura, ao louvor que este Poeta merece por quanto já realizou de belo e perfeito. Para mais, anuncia-nos ele e aqui não se lhe devem regatear louvores pela justa ambição e a inteligente propositura da obra de Poesia necessária a esse movimento caboverdeano, um *Poema*, épico ou lírico-épico, sem dúvida, que, por seu título, «Crioulo», se mostra o desejo de realização do Poema de Cabo Verde e da sua gente.

Para esse Poema necessário, mas que exige a máxima altura e uma realização perfeita, mostra já o Autor muitas das qualidades precisas. O que tem de adquirir é apenas segurança da sua própria Arte. E indispensável lhe é, para isso, meditá-la profundamente e recusar todas as facilidades «modernas» que contrariam a perfeição. Ela é-lhe natural e perfeitamente possível e já a realizou em muitas das suas poesias deste livro de alto e humano lirismo.

Manifestam-se nele três aspectos ou tendências principais: um lirismo directo e de confissão (lirismo puro, se quisermos empregar a palavra tão deturpada); um outro que exprime e humaniza a sua paisagem caboverdeana, ligando os dois mundos, o exterior e o interior, ambos *insulares*, do Poeta; e, finalmente, o que se eleva à simbolização e aspira à realização *mítica*, uma das mais altas finalidades naturais da Poesia, mesmo a de género mais directa e intensamente lírico.

Das três formas do seu lirismo (não opostas, e neste livro, algumas vezes, e para sua maior beleza, conjugadas) é a terceira a menos bem realizada ainda. Os poemas com esse directo e nobre intuito («O Canto do Cisne», «Rei», e «Alucinação»), mostram um caminho de alta beleza mas não atingem a perfeição possível.

Do seu próprio mundo caboverdeano deve, aliás, o Poeta, extrair os temas iniciais do seu trabalho de simbolização, os mitos ainda inexpressos e que ele pode tornar válidos para todos os homens, as imagens e as alegorias, os seres e as paisagens, e sua mútua conjugação, que pode elevar a símbolos eternos. Indicação desta possibilidade já no-la dá o Poeta nas belas poesias «Naufrágio» e «Vozes». Mas, embora de verdade belas e intensas, os seus temas requeriam mais larga e mais intensa realização, a dos grandes poemas de criação simbólica, tentada nos outros, anteriormente referidos.

Quando a criação simbólica partiu de um *acontecimento* pessoal e se une à Poesia de confissão, o Poeta já se realizou mais perfeitamente.

Dou os exemplos das poesias «Dispersão» e «Experiência» e principalmente o daquela poesia que é talvez, com algumas de mais directo lirismo, a da maior altura deste livro, a que se intitula «Partir».

Essa e a parte final da poesia «Ecran» (título desagradável) aquela

verdadeira poesia, independente, que vem a página 55 e cuja primeira parte, sem beleza, revela os perigos a que as influências literárias e as facilidades, contrárias à Arte, que há na retórica modernista, podem conduzir mesmo um Poeta verdadeiro.

Do seu lirismo de confissão bastaria ao Poeta já ter feito as poesias «Isolamento», «Desencanto», «Ignorância», e os «Cinco Poemetos da Ausência e do Amor», para ter a certeza do seu lugar entre os verdadeiros Poetas Portugueses de sempre. Mas a grandeza que dele temos de exigir é a perfeita conjugação dos dois mundos insulares, o interior e o exterior, de paisagem terrena e humana, com a sua intensa e nobre ansiedade espiritual e sentimental, para atingir a simbolização perfeita que já se anuncia em alguns dos Poemas deste livro.

Vantajoso também será um enriquecimento da melodia; um mais seguro e mais variado emprego do valor musical da rima; a recusa de todas as facilidades, particularmente graves (ao contrário do que imagina o comum) nas composições de verso polimorfo, ou livre; numa palavra, o desejo de perfeição de uma Arte que lhe seja própria e adequada aos temas e fundada nas eternas leis da Linguagem e do Verso e da Poesia.

Assim valorizará o Poeta, em futuras obras, o sentido espiritual, já muito grande e alto, deste livro, o seu mais constante e valioso significado, o drama da *insularidade*, muito diverso do sentimento de exílio. Dela é o desejo de partir para a luta e o longe, desejo que não é sonho de evasão porque se une ao amor, invencível, da pequena Pátria insular, o pequeno mundo perdido no Atlântico, cujo novo e próprio descobrimento só poderá ser nova participação na luta criadora e nas actividades heróicas.

Partir, é na *insularidade* uma imposição do mar e da coragem. Ficar, a imposição da ternura e de todas as raízes do amor. Desta *insularidade*, cuja expressão definitiva e mais trágica parece ter de ser a mais profunda contribuição caboverdeana para a Literatura Portuguesa, é já uma obra de alto valor esta dos «Poemas de quem Ficou».

Mas o Poeta já conheceu também o drama de quem partiu, embora para outro pequeno mundo insular, já muito mais ligado, porém, à Terra Pátria original. Conheceu a vitória da coragem, imposta por toda a grandeza da luta com o Mar e por este mesmo e a sua permanente sugestão de heroísmo para todas as almas lusíadas. Regressará, para ajudar a construir com o seu mundo insular, caboverdeano, uma Província espiritual e para fazer do seu drama de *insularidade* uma vitória da Poesia.

Livro de estreia, no sentido mais completo da palavra, por ser muito jovem o seu Autor, é o de:

JOÃO MANUEL DE MASCARENHAS — ‘*Prelúdios*’ — Edição do Autor
— Faro — 1948.

O título mostra uma intenção musical que a obra não traiu, apesar de uma Arte ainda não perfeita, se bem que já verdadeira e reveladora de altas possibilidades.

A coragem dessa intenção, o valor do natural engenho do Poeta que a obra nos revela, as suas reais qualidades, não atingidas inteiramente, na Arte do verso (a mais alta e difícil e mais humana forma de Arte) obrigam-me, também nesta nota crítica, a preferir, ao louvor do que é bom, o incitamento ao que deve e pode ser melhor.

O livro já não é recente e um ano ou dois contam muito na evolução de um Poeta, se o é de verdade e com riqueza interior, quando a sua idade pouco excede os quatro lustros com os quais António Nobre já se considerava com direito a lamentar-se de ter nascido.

A juventude é, aliás, para as almas superiores, ao contrário da simples euforia animal do maior número, a idade natural dos violentos desesperos e da mais opressiva melancolia.

Isso mesmo constitui o necessário fermento de um trabalho interior de formação do Poeta, que deve surgir do conflito, fatal, entre o sonho da infância e os primeiros desenganos da Vida, para se afirmar, depois, através

de todos os seus dramas e por eles invencível, ainda que, em alguns casos, só a sua dor perpetue.

Aquele conflito e esta ansiedade natural de afirmação do Ser (maior nos Poetas e característica essencial da sua grandeza trágica) conferem a este livro o seu mais alto significado e um real valor de Poesia. A sequência dos poemas deste livro, salvo duas ou três excepções, revela, com exemplar clareza, o caminho desta crescente afirmação, com o ponto de partida, entre dramático e melancólico, daquele conflito entre a alma da infância e a vida, com desenganos e ambições, da juventude. A primeira composição, «Poema da Felicidade», mostra, desde logo, a consciência desse drama na esperança de um amor de ternura e sonho, de felicidade na vida que possa corresponder àquele, anterior, divino sonho.

Há nele também o receio dos desenganos, porque já a sua infância, ou, melhor a primeira juventude, foi ferida pela nostalgia que lhe veio da influência (imensa e quase sempre benéfica, na maior parte dos Poetas de Língua Portuguesa, da nossa época) de António Nobre. A indicação de uma continuidade, expressa no segundo Poema, é por isso justa. Diversa é, porém, a sua esperança, mais vital, de um amor de resgate que possa fazer da vida sonho glorioso, amor a que ergue a «Súplica» do terceiro poema, que é já também afirmação de confiança e uma das composições mais belas deste livro.

Entre melancolia saudosa e esperança confiante e vital, se divide a alma do Poeta, nos seguintes poemas de verdadeiro significado e beleza (porque dois ou três deles poderiam ser suprimidos, com vantagem para o conjunto), talvez, melhor, entre o sonho divino da infância e a esperança de outro sonho divino, da plena afirmação.

Melancolia dos primeiros sonhos de amor vencidos e da sua traição para com a alma que neles quis ver a renovação do mundo carinhoso da infância. É a sequência dos poemas: «Fräulein», ânsia de amparo, mesmo que seja na união de dois sonhos vencidos; «Canção» de um «perdido amor, divino e triste», um dos mais belos e perfeitos; o poema em prosa «Elegia Romântica»; o «Romance Pueril», em que há a criação de uma bela e nova alegoria poética do coração despedaçado; os dois belos epigramas do desespero de amor, «Traição» e «In Extremis»; a quase esperança que há na saudade, protectora contra a Vida, do poema «Para uma rapariga frágil»; a esperança mais vaga e dolorosa no «Poema Triste» e a já vencedora, porque interiorizada e redimida em saudade, no belo e perfeito epigrama «In memoriam».

Menos fortes, por menos sentidos talvez, são os poemas de que é tema principal a morte ou a recusa do esforço de viver. No entanto, um deles, «Paisagem», se não revela o mais pessoal sentimento deste Poeta é, por si mesmo, belo e alto.

Nos poemas de esperança, a força poética é grande, mas ainda não por inteiro pessoal a meditação nem perfeita a forma de a conjugar com as imagens e símbolos. No entanto, o último poema, «Canto de Soledade», revela uma grande altura de Poesia que, ao tornar-se mais inteiramente pessoal, poderá elevar este Poeta ao sentimento, heróico e trágico, do Humanismo Lusíada.

Não posso esconder a alegria da sua dedicatória cujo sentido profundo me entenece e me faz desejar, mais ainda, a realização plena das altas qualidades que este belo poema nos revela. Para isto será necessário a libertação de um ainda persistente *simbolismo romântico* o qual, onde predominou, produziu as menos boas composições deste livro.

Outras vezes, porém, unido ao sentimento novo e mais pessoal, ajudam a sua beleza, qual nos poemas «Minan» e «Creoula».

Do latente conflito da esperança e todo o amor da vida com uma saudade, a mais alta, da perfeição divina, resultou um dos mais belos poemas do livro, «A última oração de S. Francisco». Ele pode significar um sentimento de amor e compreensão da vida e do mundo criado e a mais alta esperança de sua elevação para Deus, numa oferta de todo o ser. A sua estrutura lírico-épica, a simbolização religiosa no Santo por todos amado e todo amor, podem, talvez, representar um outro caminho de alta Poesia para João Manuel de Mascarenhas.

Ele tem a força necessária para os grandes empreendimentos e ambições

da Poesia. Dos valores já manifestados pela nova geração é, sem dúvida, um dos que, a persistir, ganhará um alto lugar na Poesia Portuguesa. Tem igualmente o dom artístico. Mas precisa de aperfeiçoar a sua Arte. Precisa, principalmente, de eleger, para cada poema, a forma pura que lhe seja necessária.

Todas as formas da Poesia, empregadas e por vezes, infelizmente, confundidas em alguns desses poemas, podem continuar a servir-lhe de meio da sua realização. Mas deve extremá-las. Não confundir no mesmo poema o verso com a prosa poética. Realizar o poema em prosa em sua pureza e com as suas virtualidades, tão altas. Aperfeiçoar as composições de verso polimorfo, rimado ou branco. Não recusar, principalmente para esse verso livre, o valor da música natural, e não só exterior mas também interior, anímica, digamos assim, da rima.

Aceitar quando necessária (e tantas vezes seria) a disciplina das formas estróficas. Ganhar pureza musical, principalmente na melodia silábica que na aproximação das consoantes é ainda, por vezes, muito imperfeita.

Com isto, realizada a perfeição da sua Arte, poderá ser o Poeta grande que este livro nos anuncia.

Será diverso o meu incitamento a mais profunda realização de outro verdadeiro Poeta que se nos revela no livro de estreia de

MARIA DE SANTA ISABEL — '*Flor de Esteva*' — Portugália Editora — Lisboa — 1948.

O título não me agrada e de certo prejudicou, para muitos, a verdadeira leitura do livro. Prolonga uma tradição romântica de títulos *florais* que as Senhoras adoptaram e mantiveram gostosamente e que nem sempre correspondeu a verdadeiros livros de Poesia mas tão somente a feminis curiosidades de Literatura elegante. Trai o verdadeiro e intenso drama desta obra e o seu mais íntimo e mais alto significado.

É esse drama a grande força poética, a alma verdadeira da Poetisa Maria de Santa Isabel.

É o drama de um amor imenso da terra numa alma de mulher. Aquela é a sagrada e comovedora e tão fundamente bela terra de Além-Tejo, com as sugestões, de ausência e distância, da sua paisagem; a vastidão saudosa dos seus horizontes; a sua luz trágica, ora de paixão ora de agonia; as suas tradições e vida que lhe humanizam a calada tortura e soltam o seu canto de saudade e amor. A alma, essa, é um vibrar de paixão, ansiedade e melancolia, com a tristeza do tempo que foge irreparável e nunca possuído porque, antes mesmo, se dilui nas vastidões da paisagem (ou da Vida) e as nostalgias de um destino que não é trágicamente vivido em afirmação heróica mas imposto de fora, sentido e amado e padecido em toda a beleza circundante e avassaladora do mundo real.

Constante e muitas vezes profunda é a conjugação da alma e do mundo terreno (já também seu mundo interior) em que se eleva para o sonho a Poetisa Maria de Santa Isabel.

Por ela nos mostra um outro valor (e não apenas pitoresco mas anímico) dessa Província espiritual de Além-Tejo de já tão grande contribuição para a multiforme riqueza do Mundo Português e da sua Poesia.

Compreendeu-o e disse-o, num belo Soneto liminar, o Poeta Mário Beirão, sem dúvida (apesar da grandeza e altura de pensamento do saudoso António Sardinha) o maior Poeta, de sempre, dessa alma do Além-Tejo e da sua contribuição espiritual no Génio Lusíada. Mas à intuição de hermandade poética deve juntar-se o incentivo da Crítica, para que esta nova contribuição do espírito da *planticie* alcance todo o seu valor e a perfeição que lhe é possível.

Já não carece a Autora de conselhos quanto à construção métrica e melódica dos seus versos. Ela é igualmente segura nas formas estróficas regulares do Soneto ou das Quadras (de sete ou dez sílabas) e nas composições de versos polimorfos (com predomínio das harmonias de dez e de seis e, mais raramente, de doze e de oito sílabas) ou versos livres, mas rimados, como lhes convém mais.

É a variedade, a riqueza musical, o que ainda tem de conquistar. É prin-

principalmente (e isto já importa ao valor espiritual da sua Poesia) uma entrega mais directa e mais funda à sua inspiração, uma intensidade maior e uma largueza de concepção de cada poema.

Uma natural timidez de quem vive literariamente isolada e sem os incentivos necessários que só vão, infelizmente, para as *novidades*, aparentes e as mais das vezes sem beleza, fizeram conceber e realizar os poemas deste livro com limitada ambição.

Não é que qualquer deles seja de desprezar. Mesmo entre os Sonetos, no geral de mais limitada (o que não quer dizer menos verdadeira) inspiração, há dois, («Além-Tejo» e «Conselho») que têm a necessária amplidão poética. Para esta não é necessário o arrebatamento e existe, por exemplo, nas poesias de versos regulares, simples mas belas, «O meu Moinho» e «Maria Triste». Mas sem dúvida esse arrebatamento é fatal e benéfica e constante consequência do alto drama vivido.

Assim, ele existe nos poemas em que mais directa e profundamente foi vivido o amor da terra alentejana e sua vida e o drama da alma que nela se exalta e afirma. É a série de poesias intituladas «Silêncio», «Oração», «Espírito Perdido», «Bonecos de Extremoz» e «Visão de Espanto». Desta série omiti, para agora destacar, o mais belo, o mais alto poema deste livro, aquele em que já se anuncia um caminho de grandeza e de plena expressão do seu drama, o poema «Deusa da Planície».

Todos estes poemas, apesar da sua beleza, e mesmo o último e o mais alto e profundo, são, porém, apenas ainda a propositura das criações mais vastas, latentes na sua alta concepção e na intensidade e original valor do seu sentimento.

O caminho está-lhe marcado pelo que iniciou com o poema «Deusa da Planície», embora ainda incompleta a grande criação simbólica nela anunciada. É precisamente um alto simbolismo humano, com base na terra bem amada e confundida com a sua alma. Uma inspiração, ao mesmo tempo telúrica e anímica, em que venham fundir-se todos os aspectos de um Além-Tejo tornado mundo interior e os sonhos de uma alma que se integrou na paisagem e as vastidões e ausências e distâncias da planície. A obra de perfeita grandeza e altura que devemos exigir de Maria de Santa Isabel, é precisamente o poema vasto, ambicioso, de arrebatamento e exaltação da Deusa da Planície. Com o tema da poesia deste nome, com todas as visões de espanto do seu grande Além-Tejo, com a nostalgia e a melancolia e a paixão da sua Alma, tão ligada à Terra para melhor se elevar.

De muito menor significado é o livro, já não de estreia, de

ERNESTO TOMÉ — *‘As minhas para contigo...’* — Figueira da Foz — 1949.

São dez cartas, cada uma delas de dez quadras decassilábicas. Este equilíbrio numérico não é motivo para me desagradarem. Muito ao contrário. A sua sugestão e a disciplina de concepção que nos revelam desde logo me levaram, mesmo, a supor e a cuidadosamente procurar, depois, um valor de verdadeiro simbolismo neste livro. Dele está, porém, inteiramente desprovido.

Isto seria o menos, se na tradução directa dos *acontecimentos* vividos se baseasse um verdadeiro pensamento poético, alvo de toda a grande Poesia. Esse pensamento poético, portanto vivido, exige uma vida sentimental profunda e alta, principalmente quando o motivo da sua inspiração é o amor. Se esse amor é apenas o da paixão sensual, a maior altura deve subir o sentimento poético para a viver com grandeza e a redimir.

Não é o caso destas «Cartas». A sugestão da forma, principalmente na elocução fácil e directa, feita de expressões comuns e palavras simples, que tão bem serviu certo lirismo de amor enternecido e comovente, de Augusto Gil e de Fausto Guedes Teixeira, prejudicou a realização do tema. A simplicidade no discurso exige também a máxima perfeição e para ela que nem uma só imagem nem uma só rima nem uma só palavra sejam de mero preenchimento.

O motivo da obra, uma simples aventura amorosa que termina em fastio e cansaço, não seria bastante para lhe impedir a qualidade poética. A razão

desta falta de poesia está explicada na carta 8.^a, em que se confessa (mas sinceramente?) a falta de fé com que «foram rimados» os seus versos.

No entanto, as quadras centrais da Quarta Carta (quadras 4 a 8) e estes dois versos de Terceira Carta: «o teu falar tinha o sabor das preces / com beijos que se dessem a rezar» — fazem-me crer que a obra não atingiu a altura necessária por motivo alheio ao valor do Poeta.

Esperava, do motivo dos seus versos, alguma coisa de bom dos novos livros de

SANTOS CRAVINA — '*Siga a Roda*' — Coimbra Editora Limitada — 1949
— '*Troveiro de Romarias*' — Coimbra Editora Limitada — 1949.

Anulou o valor possível destes livros a intenção demasiado voluntária, e mal pensada também, de fazer poesia popular. Esta, é o Povo que a sabe criar e com muito maior altura e um carácter local verdadeiro e que se eleva, por isso mesmo, à universalidade. Um fingimento de cor local com a invocação dos oragos e dos nomes de localidades não resulta sequer de valor pitoresco.

Cumpre-me, porém, dizer que no primeiro volume há uma vintena de quadras que são Poesia, não muito alta mas verdadeira. São precisamente aquelas em que há directa confissão e espontaneidade simples de sentimentos. Parece-me este o caminho para a realização do Autor: uma simplicidade natural, sem os vãos do pensamento, que exigem outra grandeza, e sem a torsão que lhe imprimiram, na esmagadora maioria das quadras destes volumes, as falsas ideias do que seja Poesia Popular.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

'ATLAS DE PORTUGAL ULTRAMARINO' — Esta Publicação do Ministério das Colónias não é apenas um excepcional monumento da Cartografia Portuguesa, em que tão exuberantemente se demonstra sempre uma elevada cultura, mas também padrão do mais fervoroso patriotismo, pois aí se arquivam em mapas insofismáveis as grandes viagens portuguesas de Descobrimento e Expansão. Em 1914, apparecera o Atlas Colonial, organizado pela Comissão de Cartografia do Ministério, mas com plano muito mais reduzido. O Atlas de agora, editado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, além das cartas estritamente geográficas e dos esquemas das viagens marítimas, compreende Cartas hipsométricas, demográficas, etno-linguísticas, geológico-mineiras, fito-geográficas, de actividades económicas e de relações económicas (Exportações e Importações). São 110 as Cartas e foram todas gravadas e impressas no Instituto Geográfico e Cadastral de Lisboa, outro motivo de louvor para a obra levada a termo com muito saber e admirável persistência. Algumas das Cartas denotam já certo atraso, devido à vertigem com que nos últimos anos decorreram os factos que lhes dizem respeito. Em futura edição, a Junta corrigirá, sem dúvida, as falhas dessa natureza, inevitáveis em todas as obras de demorada execução. As Cartas das Viagens têm especial interesse, por fixarem em planos esquemáticos de fácil compreensão itinerários e descritivos, que pouco se conheciam ou que andavam confusamente ensinados.

Podemos, sem vaidade, orgulhar-nos dum tão eloquente e sugestivo Atlas. Povo que tem elementos para apresentar uma documentação assim viva e duradoura através dos séculos é possuidor de faculdades e energias que raramente se excedem e difficilmente se igualam.

ANTÓNIO DA SILVA REGO — '*História das Missões do Padroado Portuguez do Oriente*' — Depois de ter publicado dois volumes com a exaustiva documentação relativa à acção social e missionária dos Portugueses na Índia desde 1499 a 1542 entra agora na parte sintética do seu estudo para julgar em profundidade o que foi aquela acção tão desvirtuada por quantos a têm apreciado sem a devida preparação. A. da Silva Rego organizou primeiro o processo das suas investigações com os documentos mais idóneos e só depois é que se lançou a sentenciar. Não é possível dar em rápida resenha uma

ideia do presente trabalho. De grande tomo e lúcido encadeamento de factos, razões e conceitos, constitui o Tratado mais completo e lógico saído até hoje sobre o hercúleo esforço português no Oriente e bem faz a Agência Geral das Colónias em prosseguir na publicação de obras tão notáveis como esta.

JOÃO TENDEIRO — *'Tripanosomíases animais da Guiné Portuguesa'* —

Depois de vários volumes sobre assuntos sociais e linguísticos, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa publicou recentemente esse trabalho de investigação científica destinado a estudar a forma de combater os terríveis efeitos das tripanosomíases nas espécies pecuárias da Colónia. Parece ao dr. João Tendeiro que é impossível extinguir os transmissores das tripanosomíases e, por isso, trata de procurar os melhores medicamentos que fortaleçam os animais e evitem o depauperamento, já que a infecção raramente se evita. Problema de grande importância, continua a ser estudado com o máximo escrupulo científico.

'GRANDES PORTUGUESAS' — A par da colecção *'Grandes Portuguesas'*, o Secretariado Nacional da Informação e Cultura está a publicar excelentes opúsculos destinados a divulgar em linguagem simples, concisa e impressionante, os méritos e virtudes dalgumas das Portuguesas que mais se distinguiram na História de Portugal por suas excelsas qualidades. Os dois primeiros opúsculos ocupam-se da *Infanta D. Maria* e da *Rainha D. Leonor*, iniciando admiravelmente a nova série do Secretariado. Sobre a primeira, tem-se feito excessiva novela e até fantasias descabidas. Estas poucas páginas de agora colocam a «Sempre Noiva» no seu verdadeiro altar de estudiosa, que, em contínua reacção contra a ignorância e desinteresse da Mulher pelas Letras e pelas Artes, não esqueceu um só instante as obras de caridade e assistência, que lhe mereceram desvelo raramente igualado. A Rainha D. Leonor, vulto de incomensurável grandeza moral, tem vida assaz tormentosa, já pela situação predominante a que ascendeu num dos períodos mais agitados da nossa História, já pelo seu pendor para as grandes obras, como pela própria natureza dessas obras. E, não foi apenas em realizações de «sincera piedade religiosa e incansável espírito de caridade» que D. Leonor deixou vestígios inapagáveis de sua nobilíssima distinção. Lembrem-se, por exemplo, os estímulos que deu à expansão da Imprensa, os incentivos ao génio fulgurante de Gil Viente e a construção das sumptuosas Capelas da Batalha. A nova colecção do Secretariado foi lúcidamente confiada à ilustre Escritora Teresa Leitão de Barros, que escreveu os dois opúsculos com alma bem portuguesa e o mais apropriado e brilhante estilo. Inês Guerreiro desenhou as capas com inteligente expressão.

Dois reparos, porém, devemos fazer: ao uso das iniciais SNI sem os devidos pontos e à falta de cronologia, digamos assim, dos ditos opúsculos. Letras sem pontos não são iniciais e o respeito à cronologia parece-nos ser uma condição essencial em obras de Cultura popular. Organizado o plano nos opúsculos e numerados eles cronologicamente, nada impedia depois que se publicasse qualquer n.º em qualquer altura.

'GRANDES PORTUGUESES' — Nestoutra colecção do Secretariado Nacional da Informação e Cultura, o n.º 14 diz respeito a *'O Santo Condestável'*, texto sintético e eloquente de Estêvão Pinto. Em 40 páginas, percorremos com entusiasmo toda a senda maravilhosa do Guerreiro invencível, do Patriota sem mancha, do Condestável pundonoroso, que ficou para todo o sempre na História de Portugal como um de seus Vultos mais grandiosos. Além da justiça da homenagem, a publicação deste opúsculo tem a maior oportunidade agora que tanto se discute sua personalidade por motivo da Estátua a erigir-lhe. Também os opúsculos desta colecção não seguem uma ordem cronológica. Cremos ainda que seria de toda a conveniência anunciar em cada um deles os já publicados e os a publicar.

ALFREDO GUIMARÃES — *'Mobiliário do Paço ducal de Vila Viçosa'* — Continua a Fundação da Casa de Bragança a brindar os amadores das belas edições com mais outra preciosidade — o volume que determina esta rápida nota. Em 4.º grande e excelente velino, o delicioso volume reúne brilhantemente a prosa máscula e colorida de Alfredo Guimarães a duas centenas de primorosas ilustrações.

Depois de elucidativa notícia histórica sobre o Palácio, relativa à construção, passado senhorial e magnificência das celebrações nele realizadas, Alfredo Guimarães descreve as principais colecções de Arte que se reuniram em Portugal, mostra haver hoje apenas duas bem organizadas — a de Guerra Junqueiro e a da Casa de Bragança — e entra então directamente na análise, classificação e descrição das riquezas que adornam e ilustram o Paço de Vila Viçosa. Ótimo seria que se realizassem obras semelhantes para todos os outros grandes Palácios, que ainda não têm monografia consagrada, embora lhes não falem recheio e títulos justificativos de tal homenagem.

'ANTERO DE QUENTAL E A MULHER' — ensaio de *Rui Galvão de Carvalho* — Rui Galvão de Carvalho escreveu magnífico estudo intitulado: '*Antero de Quental e a Mulher*' (ensaio breve de interpretação psicológica-literária) onde debate o delicado problema dos sentimentos amorosos de Antero de Quental, analisados à face da sua obra poética e de diversos documentos e opiniões de companheiros e críticos do Poeta, onde amplamente se demonstra o alto culto que este sempre teve pela Mulher — um dos mais belos temas repetidos em diversas e maravilhosas composições dos seus sonetos incomparáveis.

Rui Galvão de Carvalho aproveitou com o melhor critério os elementos da sua tese, expondo-os com inteligência e elevação. E se é certo que a própria Poesia de Antero, só por si, é o melhor e mais eloquente depoimento, bastando-se a si própria, nem por isso é menos de estimar e de elogiar o ensaio agora publicado, mais uma peça apreciável e digna contra a lamentável versão de Teófilo Braga.

A edição deste trabalho, muito bem cuidada, com óptimo papel e quatro retratos de Antero, é de Álvaro Pinto (Revista '*Ocidente*').

'A EXPANSÃO LÉXICO-GRAMATICAL DO 'LEAL CONSELHEIRO' — do *Professor Herbert Palhano* — Em magnífica edição da '*Revista de Portugal*', acaba de aparecer um notável trabalho para estudiosos da Língua, '*A Expressão Léxico-gramatical do Leal Conselheiro*', da autoria do escritor brasileiro Dr. Herbert Palhano, Professor de português no Colégio Estadual do Amazonas.

Como o nome indica, neste notável trabalho estuda-se a riqueza das regras de linguagem na famosa obra clássica do rei D. Duarte — estudo este do maior interesse para todos que apreciam as curiosidades e evolução dos vocábulos da Língua Portuguesa, certamente grande elemento de estudo para os especializados na matéria. Trata-se duma 2.^a Edição acrescentada, que insere prefácio do Prof. João Leda e um retrato do rei D. Duarte, reproduzido duma gravura do século dezoito.

Excelente edição, com o melhor apuro gráfico.

Muito a-propósito vem o noticiarmos que continuamos a receber '*Revista de Portugal*' e '*Ocidente*' com a maior regularidade e sempre bem colaboradas, publicações dirigidas pelo ilustre escritor sr. Álvaro Pinto. O número da Revista '*Ocidente*' respeitante a Junho, entre a valiosa colaboração, insere notáveis estudos camonianos do Dr. António Salgado Júnior e do Dr. José Maria Rodrigues. — JULIÃO QUINTINHA.

(No '*Diário do Alentejo*')

LIVROS RECEBIDOS

3015 — *António Baião* — '*A Inquisição de Goa*' — Vol. I — 448 p. — Academia das Ciências — Lisboa — 1949.

3016 — *Egberto R. Pedro* — '*Aspecto geral do problema florestal de Moçambique*' — 16 p. e fotografias — Junta de Investigações coloniais — Lisboa — 1949.

3017 — *Silva Rego* — '*História das Missões do Padroado Português do Oriente*' — Índia — 1.^o volume — 568 p. — Agência Geral das Colónias — Lisboa — 1949.

- 3018 — *Papiniano Carlos* — 'Mãe Terra' — 64 p. — Livraria Portugal — Porto — 1949.
- 3019 — *Marcel Bouquet* — 'Chants d'Elissa Princesse de Tyr' — 32 p. — Le Puy (Haute Loire) — Limoges — 1949.
- 3020 — *Nilo Pereira* — 'Camões e Nabuco' — 44 p. — Recife — 1944.
- 3021 — *Giovanni Papini* — 'Santo Agostinho' — 328 p. — Coleção Critério — Livraria Cruz — Braga — 1949.
- 3022 — *Maria Helena Duarte de Almeida* — 'Presença' — Poesias — 112 p. — Lisboa — 1949.
- 3023 — *Maria da Graça Varela Cid* — 'Êxtase' — Versos — 104 p. — Lisboa — 1949.
- 3024 — *João Tendeiro* — 'Tripanosomíases animais da Guiné Portuguesa' — 312 p. — Centro de Estudos da Guiné Portuguesa — Bissau — 1949.
- 3025 — *Geraldo Bessa Vitor* — 'Debaixo do céu' — 120 p. — Editorial Império, Lda. — Lisboa — 1949.
- 3026 — *Santos Cravina* — 'Amor de Mãe' — prefácio de *Emília de Sousa Costa* — 84 p. — Porto — 1949.
- 3027 — *Teresa Leitão de Barros* — 'Infanta D. Maria' — 32 p. — Grandes Portuguesas — I — Secretariado Nacional da Informação — Lisboa — 1949.
- 3028 — *Teresa Leitão de Barros* — 'A Rainha D. Leonor' — 32 p. — Grandes Portuguesas — II — Secretariado Nacional da Informação — Lisboa — 1949.
- 3029 — *Estêvão Pinto* — 'O Santo Condestável' — 48 p. — Grandes Portuguesas — 14 — Secretariado Nacional da Informação — Lisboa — 1949.
- 3030 — *Rainer-Maria Rilke* — 'Cartas a um Poeta' — tradução de *Fernanda de Castro* — 2.^a edição — 96 p. — Portugália Editora — Lisboa — 1949.
- 3031 — *Miguel Saperas* — 'Breviário de Amor' — tradução de *Júlio da Conceição Fernandes* — 156 p. — Portugália Editora — Lisboa — 1949.
- 3032 — *Alfredo Guimarães* — 'Mobiliário do Paço Ducal de Vila Viçosa' — 132 p. — Fundação da Casa de Bragança — Lisboa — 1949.
- 3033 — *Miranda de Andrade* — 'O Poeta António Fogaça' — 114 p. — Livraria Cruz — Braga — 1949.
- 3034 — *Edith Sitwell* — 'Tre Canticle of the rose' — Selected Poems — (1920-1947) — 274 p. — Macmillan & Co., Ltd. — Londres — 1949.
- 3035 — 'England Yesterday & to-day in the works of the Novelists—1837 to 1938' — compilação de *F. Alan Walbank* — 244 p. — B. T. Batsford Ltd. — Londres — 1949.
- 3036 — *Pina de Moraes* — 'Vidas e Sombras' — 182 p. — Edições Maranus — Porto — 1949.

EM PROL DA CULTURA

(Continuação da pág. 66)

Eis o officio da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto:

«Na reunião da Direcção da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, efectuada no dia 21 do mês corrente, foi resolvido apoiar a representação que a considerada revista 'Ocidente', da digna direcção de V., dirigiu à Assembleia Nacional, propugnando e solicitando as indispensáveis providências de defesa e de dignificação da Cultura, da expansão da palavra escrita, da protecção ao livro. Entendeu esta Direcção que a forma mais prática de concretizar esse apoio seria a de enviar um telegrama àquela Assembleia aplaudindo a doutrina da referida exposição.

Porque foi V. quem tomou a iniciativa de chamar a atenção do mais

alto corpo da soberania nacional para o importante problema, competia-nos participar-lhe a resolução da nossa colectividade e afirmar-lhe a nossa plena concordância, pela forma criteriosa e brilhante como o abordou.

A nossa instituição, com mais de sessenta anos de existência, possuindo as mais nobres tradições culturais, e tendo, sempre que o ensejo se lhe proporcionou, marcado a sua posição dentro das finalidades que a inspiram e orientam, não podia, nesta emergência, ficar insensível perante a esclarecida atitude de defesa que V. tomou em prol da Cultura, atitude tanto mais louvável quanto é certo que se expressa, construtivamente, por uma série de sugestões de superior valor prático, e que bem merecem ser consideradas pelos Deputados da Nação.

É na verdade da mais urgente necessidade, como V. eloquentemente o demonstra, que o Estado facilite e impulsione a acção dos Organismos culturais de vária natureza, para que estes, dentro dum clima compreensivo, de horizontes dilatados, possam exercer a missão que lhes compete. Sem o estímulo oficial — tal clima é impossível, e as coisas da Cultura continuarão mais ou menos asfixiadas, por falta de meios que lhes consintam o seu natural e indispensável desenvolvimento.

É flagrante a urgência duma nova Lei de Propriedade Literária, sobretudo no aspecto por V. focado, da chamada e anacrónica perpetuidade. O alvitre para se harmonizar a nossa legislação com a lei brasileira é tão lógico e tão inteligente que está no espírito de toda a gente. De igual mérito são as sugestões que apresenta quanto a Bibliotecas e Arquivos, à criação dum Instituto Nacional do Livro, diminuição de impostos para os Editores-Livreiros, para a importação de papel destinado ao livro, das taxas de transportes de livros e revistas, de taxas de cobranças em Portugal e Colónias, etc.

Evidentemente que todas essas providências se recomendam, pela utilidade que apresentam para a expansão da Cultura, e decerto merecerão da Assembleia Nacional o estudo e a atenção devidas — e a medida solucionadora que lhes corresponder.

Os problemas da Cultura são daqueles de que nenhum Estado pode desinteressar-se. Notando-o, V. fez justiça ao que, nesse capítulo, já tem sido realizado nestes últimos vinte anos, e que, sendo algo de apreciável, é contudo bem pouco em relação ao que ainda é preciso fazer.

As sugestões da Revista 'Ocidente', impondo-se pela sua natureza de seriedade e de justiça, reatam outras diligências anteriores, mesmo muito anteriores, realizadas por homens de alto valor mental, a quem o mesmo assunto provocou a elaboração de relatórios notáveis, em que medidas atiladas se propunham para a defesa e expansão da Cultura, do livro e do jornal.

Recordaremos que em 1846, a convite dos insignes Almeida Garrett e José Estêvão, reuniram em Lisboa, no Conservatório Real, alguns homens de letras e jornalistas «a fim de deliberarem sobre providências que deviam ser empregadas para melhorar a nossa imprensa e o comércio de livros.» Segundo o que se acordou, versariam essas providências sobre a reforma do serviço do correio; estabelecimento de oficinas para o comércio de livros portugueses no Brasil e países estrangeiros; isenção de porte dos jornais portugueses e estrangeiros; várias indicações para melhoramentos tipográficos, etc.

A comissão nomeada nessa reunião, poucos dias depois dela realizada, propunha, sobre o memorando de José Estêvão: Supressão dos portes do

correio em toda a espécie de jornais ou publicações periódicas; alívio aos livros portugueses da opressão de excessivos portes do correio, ficando-se uma taxa uniforme e favorecedora; negociações de convenções postais com o Brasil, Espanha, Inglaterra, França, Bélgica, etc., relativas aos portes de jornais e livros impressos; encarregar oficialmente as administrações dos correios, em todos os distritos, de receberem assinaturas para livros, jornais ou publicações quaisquer; encarregar, «ex-officio», os cônsules de Espanha e Brasil de receber assinaturas e mandar os jornais e livros portugueses mediante uma comissão que nunca excederia 4% de prémio. Subscriviam o parecer Rodrigo da Fonseca Magalhães, Oliveira Marreca, José Estêvão e Rebelo da Silva.

Três outras comissões, compostas por nomes dos mais representativos, apresentaram pareceres sobre melhoramentos do pessoal e material de Imprensa; maneira de beneficiar a Imprensa facilitando a impressão dos escritos, sua circulação, etc.; e ainda sobre neutralidade literária, expressões que foram substituídas por unidade literária. Cada um desses pareceres propunha as medidas consideradas indispensáveis ao caso em vista, todas elas interessantíssimas como é natural, e que não transcrevemos para não alongarmos esta carta, mas que podem ser lidas e apreciadas na obra de que respigamos estes informes — 'História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia', tomo VIII, pág. 51 a 54, edição da Academia Real das Ciências — e de que é autor José Silvestre Ribeiro.

Pena foi que os componentes das referidas comissões, que ocuparam eminentes cargos na governação do País, não tivessem posto em prática aquilo mesmo que haviam proposto. Mas que a sua visão e lucidez eram magníficas — não há dúvida nenhuma. Ainda hoje algumas das sugestões então apresentadas têm actualidade. E V., Sr. Álvaro Pinto, na sua lúcida exposição, com sentido mais prático e mais eficiente, ataca o problema em alguns dos aspectos tratados nos ditos pareceres, dando-lhes porém a juvenildade que o nosso tempo requer, — isto é, enquadrando-os no ritmo da vida presente. Por tudo isto tem a 'Occidente' o nosso inteiro aplauso. Importaria que à representação elaborada aderissem todos os organismos de Cultura existentes em Portugal, afim de que a importante questão que nela se põe não deixasse de agitar-se e de manter o interesse que resulta da sua natureza e do seu significado levando os dignos Deputados, e até o próprio Governo a encará-la com decisão, para que o futuro, em matéria de clarificação espiritual e de ambiente intelectual, seja um pouco melhor do que o passado e o presente.

Com os melhores protestos de camaradagem, consideração e estima, subscrevemo-nos, atenciosamente,

A DIRECÇÃO

Presidente — Bartolomeu Severino; Vice-Presidente — Dr. Américo Pires de Lima; Secretário-Geral — Joaquim Salgado; Secretário-Adjunto — José dos Santos Castro; Tesoureiro — Joaquim Perry Garcia; Vogais — Manuel Ribas e Alberto Alves Carneiro.»

O 'Diário de Lisboa', o 'Jornal de Notícias' e o 'Diário do Alentejo' apoiaram, em termos penhorantes, a representação da revista 'Occidente'.



NOTAS E COMENTÁRIOS

★ CRÓNICA — A discussão que se trava em todo o Império, e bem assim entre todos os agrupamentos portugueses do Estrangeiro, a propósito da Estátua a Nun'Álvares é a prova eloquente duma vitalidade nacional e de um sentido tão profundo das mais gloriosas tradições do heroísmo luso, que bem podemos considerar este levantamento de opiniões, pareceres e desejos como confirmação solene doutras virtudes cívicas pouco a pouco reacendidas nestes últimos vinte anos. A alma ardente do Condestável bafeja com seu hálito de santidade o coração vivo da Pátria. E ao mesmo tempo que lhe dá a veneração pelos feitos imorredouros daqueles que, em lutas esforçadas, realizaram prodígios muito para além da força humana, fortalece-lhe a certeza do presente e a fé no futuro. Muitos foram os grandes de Portugal, que, com seus sacrifícios e actos valorosos, encheram de vitórias a época da Formação e de audácias o período áureo dos Descobrimentos. Nenhum, porém, atingiu a sublimidade de Nun'Álvares, o Guerreiro invencível, o Patriota exemplar, o Homem puro e bom, que, depois dos maiores triunfos e das mais altas honrarias, vendo o reino bem governado e bem defendido, quis viver os últimos anos de sua indelével passagem por este mundo no Convento que mandara construir. Cumpridos exaustivamente os seus deveres para com a Pátria, passou a dedicar-se apenas à santificação de sua vida, distribuindo pelos parentes, pelos que com ele serviram e pelos pobres todas as suas riquezas. O Povo português começou a venerá-lo e Frei Nuno era já para todos o Santo Condestável. D. João IV e D. Pedro II solicitaram a beatificação, mas apenas em 1894 se iniciou o processo, que 24 anos depois havia de consagrar o culto do Beato Nuno. Acredita-se na breve canonização e não tardará que em todos os altares da Cristandade São Nuno de Portugal lembre ao Mundo inteiro o que foi este pequeno país que ele tão milagrosamente conduziu à vitória. Entretanto, erguem-se já em local apropriado as torres do Templo mandado construir pelo Exército português e a Câmara de Lisboa quer erguer uma Estátua ao Herói. São nobres todas as iniciativas de exaltação da memória do Condestável e dignos de respeito os argumentos que se têm divulgado sobre a forma de objectivar o preito devido ao Herói e ao Santo. Cremos, porém, que antes de se

discutir o carácter da Estátua, a pé ou a cavalo, se poderia ter encontrado primeiro um acordo para as homenagens em separado: a consagração do Herói no próprio local da sua maior e mais decisiva batalha — Aljubarrota: colossal monumento, que fosse visto e admirado por quantos Portugueses e estrangeiros por ali passassem nas suas idas e vindas entre Norte e Sul, pela estrada Lisboa-Porto; e a efectivação rápida do grandioso Templo, que o Exército já iniciou com a mais sincera e recolhida devoção e deveria erguer-se tão alto, que de toda a capital ele pudesse ser visto e admirado. Dividir energias para um só efeito é sempre enfraquecer os resultados e nem isso está dentro da sábia estratégia do Condestável. Não seria ainda tempo de estabelecer esse Acordo, ou seja de a Câmara de Lisboa juntar os seus haveres aos do Exército para ampliação em altura e rápida conclusão do Templo iniciado, erguendo-se depois a Estátua em Aljubarrota com a cooperação de todas as Câmaras do País e de todos os Portugueses que quisessem associar-se ao majestoso preito? A grandiosidade do Templo, com suas altíssimas torres sobressaindo orgulhosamente por cima do casario, corresponderia desde já, nesta cidade de Lisboa, aos comovidos sentimentos dos que anseiam pela canonização de Frei Nuno. O Monumento em Aljubarrota, a pé, a cavalo, ou até orando, conforme a inspiração do Artista executor da Estátua, ficaria depois no local próprio a perpetuar o lance mais heróico da vida de Nun'Álvares e a constituir a lição histórica de maior relevo para Portugal na conquista da sua maioridade como Nação e do seu prestígio como Povo livre. A discussão, repetimos, palpita em todos os lugares onde há uma voz portuguesa. Tudo aconselha, portanto, a que se aproveite esse interesse de feliz augúrio para engrandecer e sublimar as duas homenagens ao Herói e ao Santo. Esta em Lisboa, efectivação pelo Templo com os fundos já realizados e mais os que a Câmara lhe pudesse juntar; aquela em Aljubarrota, sintetizada na Estátua, erguida com as contribuições de todas as Câmaras e de quantos Portugueses o desejassem. Como seria bela essa união de vontades, acima de todas as paixões e preferências, para um só objectivo: erguer em Aljubarrota a imponentíssima Estátua do Herói e ampliar em Lisboa ao máximo de grandeza e altura o Monumento ao Santo!

★ À MARGEM DA CRÍTICA E DOS CRITICADOS — Em quase 43 anos de trabalhos forçados no espinhoso campo das letras, fundámos já sete revistas, que, em durações mais ou menos longas, completaram até agora 430 fascículos, ou seja uma escandalosa média de 10 por ano, contra os mais rudimentares preceitos dos talentos privilegiados e das estéticas cintilantes, que ordenam não se dever levar uma revista acima do n.º 7 ou 8. Pois se, com esta insignificante experiência, nos é permitido apresentar um depoimento sobre os principais embaraços que sempre nos afligiram nesses largos anos de lutas, diremos que eles residiram invariavelmente nos capítulos de *Crítica* e de *Criticados*, abrangendo ainda nestas designações a aceitação ou rejeição de trabalhos para as páginas das revistas. Nunca pretendemos nem aceitámos Críticos

daquela perniciosa espécie do malévolo que afirma ao receber o volume e ler o nome do Autor: «porcaria, este sujeito é um idiota», ou «vou dar bordoadas neste tipo», ou ainda «disparate, com certeza, disto só eu sei». Pelo contrário, sempre solicitámos e continuaremos a solicitar a maior independência, rigoroso espírito de justiça, ausência completa de insultos ou injúrias, e, nos casos vistos mais fracos, a possível benevolência. E, além disso, referência a todas as obras recebidas, concedendo-se a cada Autor o direito que lhe assiste de, ao menos, se retribuir com palavras de recebimento a amabilidade de nos remeter o produto de suas cogitações e esperanças. Alguns Críticos só desejam escrever sobre os volumes que lhes agradam ou que se prestam a suas dilectas divagações, outros só querem obras de génio para se defrontarem apenas com iguais e repudiam a literatura menor, aquela que tantas vezes é o início de produções superiores; uns desejam que todos os escritos se subordinem ao seu gosto ou capricho, outros relegam para posição secundária a obra em que existe qualquer coisa que contrarie suas afirmações anteriores. Temos procurado em todas as revistas encontrar o meio termo que sintetize aquelas cláusulas que antes estabelecemos e, por isso, é que, desde longa data, os críticos vão mudando, por lhes serem penosas essas condições ou ainda por se fatigarem do esforço consumido com tão inglória tarefa. Recente polémica sobre uma crítica publicada nesta revista mostra como é árdua a missão dos críticos e delicada a posição das revistas. — Quanto aos criticados ou não aceites nas páginas das atribuladas publicações, temos uma vasta colecção dos melhores exemplos. E se um dia conseguirmos descanso para ordenar os documentos respectivos, alinharemos ao lado das dedicatórias mais exaltantes, antes da crítica ou do pedido de publicação, os doestos e ultrajes escritos depois da crítica ou da resposta negativa. As revistas são admiráveis enquanto dizem bem do Autor, lhe publicam os artigos ou lhe editam os livros. Passam a ser desprezíveis, «uma revisteca», «uma revista que para aí sai», «a revista dum imbecil», quando lhe puseram quaisquer objecções ou deixaram de publicar esta colaboração e editar aquele volume. Em todos os ramos da actividade há, infelizmente, criaturas de baixo estofamento moral que, no dia da separação, entendem como gesto mais altivo cuspirem no prato onde comeram. Temos encontrado disso, pouco mas de *qualidade*. Como temos encontrado quem só aprecia e propaga os altos méritos das revistas quando trazem colaboração sua. Os outros números são, na melhor das hipóteses, *fracotes*... Sobre perfídias de dependências disto e daquilo, doutrinas impostas, alçapões de mágica e outras vilezas forjadas em certos grupos — nem vale a pena dedicar-lhes três linhas. Conforme as forjam, assim elas se desfazem nas próprias mãos dos *sábios* inventores. O que vai crescendo e ficando, apesar de todas as susceptibilidades e fúrias dos criticados, dos dispensados e dos não aceites, é o número dos volumes concluídos e integrados ao património Cultural da Nação. Nesta 4.^a e última fase de nossos modestos trabalhos, não falando em várias edições independentes, já dotámos algumas

estantes de bibliotecas com 51 grossos volumes de revistas, que falam mais claramente que todos os despeitos e rancores. E assim continuaremos à margem de polémicas e do esbanjamento de tempo que elas causam. São tão pequenos os dias para produzir alguma coisa de útil!

★ A PROPÓSITO DO ACORDO ORTOGRÁFICO — Alarmaram-se os estudiosos da Língua Portuguesa com algumas frases atribuídas ao muito ilustre Presidente da Academia das Ciências por ocasião da abertura do novo ano académico. Segundo o resumo inserto nos jornais, o Sr. Dr. Júlio Dantas teria afirmado que o Acordo de 1931 está em vigor em todo o território brasileiro. O eminente Escritor não poderia fazer tal afirmação e temos elementos para supor que a não fez. Quis decerto expor que é o espírito do Acordo de 1931, baseado na Reforma de 1911, que inspirou o Vocabulário brasileiro de 1943 e que este é que está em vigor no Brasil; mas não foi isso que a Imprensa divulgou. Sabem muito bem todos quantos têm acompanhado lealmente o assunto, que o Acordo de 1931 nunca foi cumprido no Brasil, por motivo das divergências que se ergueram logo depois de assinado, e que a Constituição de 1934, para acabar com as discussões, o revogou (Artigo 26.º das Disposições Transitórias). Como, porém, a ortografia etimológica, que se mandava adoptar por esse artigo, já não estava no ânimo brasileiro, ansioso pela simplificação, depois de um longo período de liberdade ortográfica foi mandado organizar um novo Vocabulário. (Decretos-leis n.º 292 de 23 de Fevereiro de 1938 e n.º 5.186 de 13 de Janeiro de 1943). A Comissão encarregada para tal fim resolveu tomar como base o Vocabulário da Academia das Ciências de 1940 e em 8 de Dezembro de 1943 concluiu-se um Vocabulário cheio de duplas grafias e bastante diferente do nosso. Foi então que, para eliminar essas divergências, surgiu a Convenção de 29 de Dezembro de 1943, donde resultou a Conferência de 1945 e o Vocabulário de 1947. Trata-se em todas estas *etapas* duma evolução da Reforma de 1911 e do espírito do Acordo de 1931? Sem dúvida. As Bases são as mesmas. O que não pode afirmar-se é que seja o Acordo de 1931 que vigora hoje no Brasil. E, mesmo que possamos saltar por cima daquele art. 26.º das Disposições Transitórias da Constituição de 1934, a verdade é que já foi assinado outro Acordo diferente, embora com o mesmo espírito, em 1945. Dizer, portanto, que vigora o Acordo de 1931 é admitir que foi revogado o de 1945, exactamente o contrário do que deseja a Academia e todos quantos se batem há mais de 30 anos pela UNIFORMIZAÇÃO da grafia da Língua Portuguesa em toda a parte onde se fale e escreva.

★ CONFERÊNCIAS SOBRE POESIA — Excelente foi a iniciativa do Círculo Eça de Queirós, promovendo um ciclo de conferências sobre Poesia. O Mundo está necessitado de puras manifestações do Espírito e, entre nós, há absoluta precisão de se antepor uma barreira forte ao declínio da Cultura e do estudo, da leitura e do recreio espiritual. António Ferro disse palavras vibrantes e finamente coloridas acerca dos sortilégios da Poesia e

Natércia Freire falou, com admirável simpatia, dalgumas Poetisas do Brasil. As recitações não corresponderam ao mérito das poesias declamadas. Dantes, nas escolas, nos colégios, nos salões — recitava-se com gosto e beleza. Acontecia até que versos fracos apreciavam aos ouvintes transfigurados em bons, mercê duma declamação bem modelada e bem timbrada. Hoje, quando se fala de Poesia ou se recitam versos, tem-se a impressão de seguirmos nalgum cortejo fúnebre a caminho do Alto de S. João. Valham-nos alguns Mestres, que ainda os temos e dos melhores na Arte de declamar.

★ QUANDO ACABA O MEIO SÉCULO? — Já ouvimos que o meio século tinha terminado à meia noite de 31 de Dezembro de 1949. Recordámo-nos imediatamente da discussão que se levantou há 50 anos sobre o final do Século XIX e pareceu-nos que não havia motivo para dúvidas: estava errada a afirmação de que o meio Século XX tinha terminado. Ainda assim, solicitámos o parecer de mui ilustre Professor, que nos respondeu com a máxima clareza e lucidez: «O início da contagem dos anos é, entre nós, o começo do primeiro ano da Era de Cristo. Quer dizer que a sucessão ordinal dos anos é a sucessão dos números naturais — 1, 2, 3,... Nesta sucessão não tem cabimento o símbolo 0 (zero) como representativo do termo inicial. A sucessão inicia-se *naturalmente* no número um. Sendo assim e agrupando-se os anos em centenas, o último ano de cada uma dessas unidades de ordem superior (a que chamamos Século) tem a sua representação escrita terminada em dois zeros. Desta forma, o meio Século só terminará em 31 de Dezembro de 1950 e o Século XX no último dia do ano 2.000». Não há nada mais simples, como vêem. A questão está apenas em ouvir quem sabe de cada especialidade.

★ A RESPEITO DA PASTA PARA PAPEL — O Sr. Engenheiro Luís de Seabra fez na Junta de Investigações Coloniais uma interessantíssima conferência subordinada ao título «Considerações acerca da contribuição das espécies coloniais para a indústria da pasta para papel», concluindo por afirmar que ainda não encontrou as espécies que possam produzir as celulosas comparáveis às extraídas do pinheiro e do eucalipto. As já ensaiadas podem constituir matéria-prima destinada à indústria papeleira. Inteligentemente, aconselha o Sr. Eng. Luís de Seabra que todos os estudos relativos à utilização de novas matérias-primas celulósicas se realizem dentro de um plano de colaboração íntima e franca entre os investigadores, laboratoriais e de campo, de todo o Império, que dediquem a sua atenção a estes assuntos, os industriais de papelaria e os Organismos de coordenação económica. Seria agora ocasião de perguntar aos Srs. Engenheiros da normalização do papel se já ponderaram bem o que se afirmou nesta conferência; e à Companhia da Celulose, que nos dizem constituída com grandes capitais e muito maiores esperanças, onde terá os pinheiros e eucaliptos bastantes para produzir as pastas com que já começou *teoricamente* a guerrear as pastas estrangeiras... Pinheiros e eucaliptos levam, pelo menos, 20 anos a crescer. Já estarão semeados os que hão-de produzir a pasta nacional?

★ 'GIL VICENTE E OUTROS ESTUDOS PORTUGUESES' — Tasso da Silveira, Escritor-Poeta, e um dos mais altos espíritos do Brasil contemporâneo, publicou há 10 anos este livro, que só agora nos veio ter às mãos e que, apesar do seu conteúdo, não apareceu nas livrarias de Portugal. O Poeta de '*A alma heroica dos Homens*' e Ensaísta da '*Igreja Silenciosa*' reuniu neste volume vários estudos sobre Portugueses de épocas, estilos e concepções diferentes com o fim de redescobrir a unidade de alma que, em seu generoso entender, vota Brasil e Portugal a um destino espiritual comum. Sente ele que Portugal, na hora lancinante da crise total da Europa, encontrou em suas raízes profundas a energia bastante para assumir de novo um posto de vanguarda na nova ordem de coisas do Universo e entende que o Brasil deve igualmente volver os olhos para essas mesmas raízes comuns. Seguem-se os estudos, escritos sempre numa linguagem cristalina e com inexcusável probidade mental, para terminar com a exposição de seu pensamento, verdadeiro sonho de beleza: a grandiosa Unidade espiritual das duas Pátrias, o Império Transcontinental Cristão de Língua comum. Tasso da Silveira aparecerá brevemente e com regularidade nas páginas desta revista.

★ 'CULTURA' — O n.º 2 da revista dirigida por José Simeão Leal reúne densa colaboração de alguns dos mais ilustres Escritores brasileiros, a que se juntou com um ensaio sobre «A Música nas Escolas jesuíticas do Brasil no Século XVI» o erudito português Serafim Leite. Artigos de Arte, Ciência, História e Literatura, Documentário, Resenha, Bibliografia e Vária — são subscritos por nomes como Herman Lima, Serafim da Silva Neto, Jaime Adour da Câmara, Artur Ramos (falecido há pouco), Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Tristão de Ataíde, Teixeira Soares, Renato de Almeida, etc. Numerosas ilustrações completam as 300 páginas da substanciosa revista quadrimestral do Serviço de Documentação da Educação e Saúde do Brasil.

★ NOTA DO FIM — Tem-se discutido na Assembleia Nacional com ardor e veemente coragem a crise rural do Alentejo e, por extensão, todos os problemas que dizem respeito à Lavoura. O assunto é de capital importância para a vida da Nação e precisa de ser encarado com a maior energia. A população cresce de ano para ano e as necessidades de cada um vão aumentando com a melhoria do nível de vida. E à frente dessas necessidades estão evidentemente os abastecimentos. Favorece-se a indústria com fortes protecções pautais, realizam-se grandes obras públicas mas não se estimula por igual forma a agricultura. Os trabalhadores rurais fogem dos campos e os próprios lavradores diminuem suas actividades por falta de recursos e também de braços, que por toda a parte são agarrados pelos empreiteiros das obras. Como consequência, temos de importar trigo e milho, arroz e centeio e até imensas quantidades de batata. A Revolução tem de chegar à Agricultura, que é ainda a nossa maior riqueza. E temos a certeza de que chegará.



GONZAGA

E A JUSTIÇA

GONZAGA E A JUSTIÇA

DE JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

Algumas Obras publicadas:

POEMAS:

- 1 — '*Rainha Santa*' (Elegias da Ternura Transcendente) — 1920.
- 2 — '*O Cancioneiro Sentimental*' — 1936.

OBRAS DRAMÁTICAS:

- 1 — '*A Horda*' (Tragédia) — 1921.
- 2 — '*O Clamor*' (Tragédia) — 1923.
- 3 — '*A Tetralogia do Príncipe Imaginário*' (Dramas Líricos) — Edição '*Ocidente*' — 1941-1942.
- 4 — '*O Baptismo de Dom Quixote*' (Tragicomédia) — 1944.

OBRAS DE CRÍTICA E HISTÓRIA DA LITERATURA:

- 1 — '*Florilégio das Poesias Portuguesas escritas em Castelhana e restituídas à Língua Nacional*' — Edição '*Ocidente*' — 1942.
- 2 — '*Introdução à História da Literatura Portuguesa*' — 1945.
- 3 — '*O Além-Mar na Literatura Portuguesa — Época dos Descobrimentos*' — 1948.
- 4 — '*Gonzaga e a Justiça*' — 1950.

OBRAS DE CRÍTICA E HISTÓRIA GERAL:

- 1 — '*A Formação Orgânica da Expansão Portuguesa*' — 1937.
- 2 — '*Direito e Dever de Império*' — 1938.

GONZAGA E A JUSTIÇA

CONFRONTAÇÃO DE BALTASAR GRACIÁN
E TOMÁS ANTÓNIO GONZAGA

UM ARGUMENTO NOVO SOBRE A AUTORIA
DAS 'CARTAS CHILENAS'

POR

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO



EDIÇÃO DE ÁLVARO PINTO ('OCIDENTE')—LISBOA

CAPÍTULO I

O 'CRITICON' DE GRACIÁN E AS 'CARTAS CHILENAS'

Desde quando — por 1929 — li, pela primeira vez, o '*Criticon*' de Baltasar Gracián, sabia que, sem dúvida possível, o criptónimo de Critilo fora escolhido pelo autor das '*Cartas Chilenas*', com justo motivo e invulgar acerto, entre os nomes dos seus dois principais personagens.

O que não podia supor, e ainda hoje me surpreende, é que tivesse sido preciso esperar o ano de 1921 para que um dos muitos Críticos que estudaram as '*Cartas Chilenas*', Alberto Faria, lembrasse a evidentíssima identificação. Diz-mo a nova e por todos os motivos notável edição ⁽¹⁾ em que voltei a ler as admiráveis '*Cartas Chilenas*' do grande Poeta que para mim sempre foi Gonzaga.

Esta leitura me renovou o desejo de fazer algumas comparações que desde há muito se apresentavam ao meu espírito, desde que, em 1932, na revista '*Descobrimento*', que eu dirigia, Caio de Melo Franco publicou a obra inédita de Cláudio Manuel da Costa '*Parnaso Obsequioso*', por ele também descoberta, e ali apresentada numa bela página literária.

Em contrário da opinião exposta, em nota da mesma Revista, pelo Poeta Ribeiro Couto, pareceu-me logo (o que me não impediu de lhe dar o acolhimento merecido e até, de certo modo, tolheu a exposição da discordância) que a publicação do '*Parnaso Obsequioso*' vinha confirmar o ponto de vista dos que negam a possibilidade de atribuir a Cláudio Manuel da Costa a autoria das '*Cartas Chilenas*'. A sua atribuição a Tomás António Gonzaga, brilhantemente sustentada por Alberto Faria, continuava a parecer-me a única possível. Reforçou-a para mim a leitura do '*Parnaso Obsequioso*' e a comparação entre o seu espírito e o das '*Cartas Chilenas*', tão díspares que, para sempre, me ficou sendo impossível atribuir a autoria destas a Cláudio Manuel da Costa, «o Poeta obsequioso», (embora «futuro inconfidente»)

(1) CRITILLO (Tomás António Gonzaga) '*Cartas Chilenas*'. Precedidas de uma Epístola atribuída a Cláudio Manuel da Costa. Introdução e notas por Afonso Arinos de Melo Franco. — Edição do Ministério da Educação e Saúde do Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro — 1940.

como justamente o definiu Caio de Melo Franco, sem qualquer sentido pejorativo.

Mais dado à leitura das obras de criação literária do que às dos seus comentadores, se bem que coloque as obras de verdadeira Crítica, tão raras, a par daquelas; alheio a controvérsias literárias e não desejando a glória de erudito, pareceu-me que devia deixar a exposição do meu ponto de vista para a obra crítica em que viesse a analisar a tão mal conhecida Poesia do Século XVIII, no seu conjunto.

Ainda bem que assim procedi. Porque, sem o belo e definitivo estudo da atribuição das '*Cartas Chilenas*' feito, por Afonso Arinos de Melo Franco, como Introdução à sua nova edição, natural era que me desse demasiado ao interesse por esse problema em vez de livremente entrar na comparação crítica, mais grata ao meu espírito.

As recentes leituras — próximas entre si — do '*Críticon*' de Gracián e das '*Cartas Chilenas*' de Gonzaga, na sua nova edição, vieram, porém, mostrar-me a imediata necessidade de uma comparação literária entre ambos.

Pelas referências ao artigo de Alberto Faria (2), em que foi feita a identificação entre o criptónimo escolhido por Gonzaga e o nome do personagem de Gracián, e pelas próprias referências a este (de fonte indirecta) na Introdução de Afonso Arinos de Melo Franco, vejo que continua a ser o grande Baltasar Gracián um quase desconhecido, mesmo para os mais cultos dos nossos Escritores contemporâneos.

Que pouco amado era, já eu o suspeitara ao ler o livro do Prof. Fidelino de Figueiredo, '*As duas Espanhas*' (3) e ao ver que, citando o nome de Gracián, uma vez, e entre muitos, não fizera a análise da obra que, de toda a Literatura Espanhola, mais interessa à definição do carácter espanhol. A que mais interessa, sim, tanto na sua análise directa desse carácter, como no que dele nos revela, através do espírito do Autor e o ponto de vista estritamente espanhol («arqui-aragonês», disse Azorín), com que observou as outras Nações.

Isolado estarei nesta minha predilecção por Gracián, apesar de tão diferente do seu espírito (ou por isso, talvez, pois tam-

(2) Não recolhido em volume. Dele não pude tomar directo conhecimento.

(3) Imprensa da Universidade — Coimbra — 1932.

bém os contrários levam à simpatia), e quase isolado no seu conhecimento dentro deste nosso mundo de Língua Portuguesa?

É talvez esta hipótese última a verdadeira. Caso curioso este, a notar pelos Críticos do futuro, se lá chegarem nossos nomes, que precisamente quem com mais intensidade sente e mais afirma a diferença estrutural entre o espírito lusíada e o hispânico, seja quem mais procurou conhecer também este, e admirá-lo no que tem de grande.

Facto bem explicável, afinal, pois foi precisamente do conhecimento das duas Literaturas que me veio o sentimento dessa diversidade, e nele as melhores provas da sua certeza adquirir.

O não me ter limitado ao conhecimento deste ou daquele Autor, por espontânea simpatia (e em qualquer Literatura sempre se encontra alguém que esteja mais de acordo com a nossa maneira de ser) mas o ter procurado aprofundar a «alma hispânica», não foi talvez mais do que estabelecer o diálogo entre dois homens diferentes: o lusíada e o espanhol.

Não o diálogo de Critilo e Andréio, por certo, pois que eles, afinal, pai e filho, são dois aspectos do mesmo ser. Mas talvez qualquer coisa como o diálogo entre o Critilo de Gracián e o Critilo de Gonzaga, tão diferentes que, do primeiro, o segundo não conserva mais do que a máscara. É esta confrontação dos dois Critilos o que me interessa e julgo útil para melhor definir a diferença de dois espíritos nacionais e também para que venha a dar-se às '*Cartas Chilenas*' o alto lugar que merecem ter na nossa Literatura.

Não supunha, como disse, que a obra de Gracián não fosse lembrada de tantos dos nossos eruditos, ao lerem '*As Cartas Chilenas*'.

Pois nem ao menos o seu eco e influência na Literatura Francesa, que, com tão nefasta exclusividade, conhecem, os fez subir até à origem de uma suposta originalidade daquela Literatura?!

É de um livro de máximas escolhidas por um amigo e discípulo na obra de Baltasar Gracián — '*O Oráculo Manual*' — que vêm muitas das «Máximas» de La Rochefoucauld, as quais, quanto ao fundo de observação moral, não fazem mais do que repeti-lo.

Através de La Rochefoucauld, ou pela tradução francesa

do '*Oráculo Manual*', amaneirado sob o título de '*L'Homme de Cour*', ou mesmo directamente, na leitura do original, é toda a obra dos Moralistas, uma das maiores e mais justas glórias da Literatura Francesa, que deve muito do que vale ao espanhol e jesuíta Baltasar Gracián. E ainda entre os modernos, André Rouveyre, um dos poucos valores autênticos da França moderna, que sobressai entre tanta abundância de literatura mercantil, foi buscar à mesma, e aqui nobremente confessada, influência, o melhor meio de se elevar à sua própria criação.

O «estudo crítico» sobre Baltasar Gracián que precede o volume das suas '*Páginas Características*' (4), só peca pelo excesso a que leva um grande amor e uma continuada comunhão com a obra do maior moralista da Literatura Espanhola e um dos grandes de toda a Literatura do Mundo.

Esse mesmo '*Oráculo Manual*' era o livro de que, num desses momentos de desespero de todos os grandes orgulhosos, Nietzsche escrevia a um amigo dizendo que muito acima do seu '*Zaratustra*' o colocaria o futuro (5). Esse livro que mereceu servir, assim, de termo de comparação, mesmo na crise de um desespero de momento, a um dos Poetas mais conscientes no seu justo orgulho, foi também uma obra que exerceu forte influência sobre Schopenhauer.

Foi Schopenhauer quem do '*Críticon*' disse ser «talvez a maior e a mais bela obra alegórica jamais escrita» e «um dos melhores livros do Mundo».

Mais reticente, não quanto ao valor literário mas quanto ao fundo, é (6) Azorín, recusando a sua «ética de epicúreo intellectual», por inumana. E há realmente alguma coisa de inumano mas, julgo eu, menos de uma defesa epicurista do que de uma falta absoluta de fé no homem, mesmo naquele homem que se faz «pessoa» e se eleva pela Cultura e a Arte. Um pessimismo em relação à vida humana ligado ao máximo optimismo, que é o da crença na Bondade Divina, é que deu este produto — o mais alto — de uma nova forma de estoicismo, triste também, embora disfarçado no maior esplendor literário.

(4) Baltasar Gracián: '*Pages Caractéristiques*' précédées d'une étude critique par André Rouveyre, traduction originale et notices par Victor Bouiller — Paris, '*Mercur de France*' — 1925.

(5) Azorín — '*Un Nietzsche español*' ('*El Globo*' — 1902) e '*Idealismo*' ('*A. B. C.*' — 1922).

(6) Azorín: «*Baltazar Gracián*» in '*Lecturas Españolas*'.

O optimismo metafísico e a crença exprimiu-os Baltasar Gracián no seu livro, de meditações religiosas, '*El Cumulgatorio*', que, ao contrário de Rouveyre, que lhe chama «defesa» e «máscara» do seu pessimismo absoluto, julgo tão natural e sincero como o '*Criticon*', expressão máxima do seu pessimismo humano. Dos dois espíritos, não contrários mas complementares, é que se forma esta moral, positiva, do homem que sente que a vida vale como criação independente da Vontade Divina, mas, orgulhoso da sua superioridade, a quer mais próxima do ideal que vê para além do vulgo condenado, um ideal de homem insigne e immortalizado pela Fama.

Não é sem razão que, desde Salomão até hoje, o optimismo metafísico e o pessimismo moral andam reunidos, condenando (com que imensa injustiça e negação do heroísmo!) o Homem e a sua pobre vida passageira e dolorosa.

O '*Herói*' de Gracián não é um herói, é antes um '*Discreto*', dois títulos de obras suas que só nos títulos se opõem. O '*Oráculo Manual e Arte de Prudência*' é o título que, se não escolheu, (vá lá saber-se com quem de tantos disfarces usou na apresentação dos seus livros?) pelo menos aceitou do seu declarado antologista, Juan de Lastanosa.

O tipo humano estabelecido por Gracián não é o que exprime o título da tradução francesa de Amelot de la Houssaie (1684): '*L'Homme de Cour*'? Talvez não inteiramente, embora, a abrir o '*Criticon*', na página dirigida ao leitor, Gracián lhe chame «esta Filosofia Cortesã». Mas é muito menos ainda o título que deu a um dos seus livros: '*O Herói*'.

Heroísmo implica fé no homem, crença na sua criação, vontade de realizar a sua grandeza, tão combatida... digamos, pelos deuses.

E ao sábio prudente, ao «discreto», ao homem culto, ensina Gracián apenas a afirmar-se e a defender-se entre os homens, porque não pôde evitar a desgraça de nascer entre eles.

Designaria esse homem de Gracián com o nome do prudente e iniciado Critilo se, por estranho paradoxo das sugestões literárias, não nos surgisse um outro Critilo, o de Gonzaga, tão diferente no espírito, na imprudência corajosa, na confiança no que a existência tem de mais belo (o amor e o heroísmo) e basta para justificar a vida do homem e fazer desejar viver entre os homens.

De tão diferente espírito são Gonzaga e Gracián que a apressada reflexão nos levaria a negar àquele a autoria das '*Cartas Chilenas*', se na adopção do criptónimo vissemos (o que seria um erro total) uma influência do espírito do '*Criticon*'. O contrário resulta da comparação das obras, pois o espírito que ditou as '*Cartas Chilenas*' é o mesmo, exactamente o mesmo, revelado pelas '*Liras*' de Gonzaga, quando aprofundadas e não superficialmente lidas como, as mais das vezes, o têm sido por muitos seus pretensos Críticos.

Esta identidade resulta ainda mais evidente da comparação entre o Critilo de Gracián e o das '*Cartas Chilenas*', através da consideração da força moral, da certeza sentimental e do génio próprio que eram precisos para resistir a tão poderosa sugestão como esta, que tocou com o seu poder La Rochefoucauld, Schopenhauer e Nietzsche.

É para analisar a força e originalidade do autor das '*Cartas Chilenas*' (que recriou inteiramente o personagem de Critilo) que é importante, para a crítica literária, saber que a sugestão inicial dele e do seu nome, adoptado como criptónimo, veio do '*Criticon*' de Gracián.

Não teria caído em muitas deduções erradas da sua crítica (reveladora, aliás, de um dos mais lúcidos espíritos críticos da nossa Língua) esse malogrado Tito Lívio de Castro cuja obra, felizmente, foi salva por algumas dedicações nobilíssimas à Cultura luso-brasileira. No seu livro '*Questões e Problemas*', no ensaio sobre as '*Cartas Chilenas*' em que procura demonstrar, diga-se desde já, erradamente, que elas não são de nenhum dos três Poetas envolvidos, depois, no processo da Inconfidência Mineira, escreve: «Estudemos, pois, Critilo sem dar valor algum ao nome» (7).

Daqui parte para o erro, fatal, de querer deduzir a vida do Poeta real (que afirmava não ser nenhum dos Poetas conhecidos vivendo em Vila Rica) só da obra, como se ele, sob o criptónimo, se estivesse descrevendo, e não revelando no que pensava.

Estudar o carácter profundo de um Autor na sua obra, mais ainda que na sua vida, condicionada por tantos acasos, é sempre, sim, o caminho próprio para alcançar a verdade.

(7) Tito Lívio de Castro: '*Questões e Problemas*', publicação póstuma: ed. da Empresa de Propaganda Literária Luso-Brasileira, São Paulo, 1913.

Mas isto não o fez Tito Lívio de Castro sempre bem, precisamente porque procurava determinar, não a alma e o espírito e os pensamentos mas a aparência viva do Autor. Há, no entanto, na sua crítica, a mostrar que era capaz de seguir o bom caminho, observações lucidíssimas e conclusões justas. Uma, entre todas a mais reveladora do seu senso crítico, cumpre fixar desde já como definitiva. Ela condena, por tal forma clara e justa que não teremos mais que discutir os argumentos em contrário, a opinião que dava as '*Cartas Chilenas*' como feitas em colaboração:

«É das opiniões a mais errónea, mais falsa». «Em todas as '*Cartas Chilenas*' não há divergência de ideias, nem de estilo, há o mesmo ritmo, os mesmos preconceitos, o mesmo Critilo de princípio a fim» (8).

Porque é que a mesma lúcida inteligência que chegou a esta conclusão, errou em tantas outras? Pela ânsia de ressurgir uma pessoa viva diferente dos Poetas cuja vida conhecemos em Vila Rica e a cuja convivência teve necessariamente de a ligar.

Para não fazer a identificação de Critilo com Gonzaga, a que todas as suas deduções, quanto à cultura, posição social e carácter profundo, conduzem, caiu em erros que quase parecem voluntários. Era o pressuposto da existência de um outro Poeta, preconceito tão grave ou mais, para a sua liberdade crítica, do que a opinião, antecipada, da identificação a fazer com um qualquer dos Poetas conhecidos que poderia, pela sua vida em Vila Rica e no tempo em que foram escritas as '*Cartas Chilenas*', ser tido como seu autor.

Por isso, talvez, viu nas '*Cartas Chilenas*' um incitamento à rebelião e a necessidade, para seu Autor, de «um propagandista de revolta» (pág. 45), isto apesar de ter citado antes (pág. 33) os Versos das '*Cartas*' que são a condenação formal da revolta e ter caracterizado o seu Poeta como «intransigente respeitador das leis e costumes» (Pág. 37), o que é verdade e se aplica, apenas, a Gonzaga. A este, mais inexplicavelmente, viu-o como «um homem que se submete, embora desgostoso».

O heroísmo, mais ainda que estoicismo, das '*Liras*' de Gonzaga, não o soube ver.

(8) Tito Lívio de Castro — Obra citada, pág. 45.

Tanto custa a ler o que é bem claro, mesmo aos mais inteligentes?

Sim, custa a quem leva a pior das prevenções: a da doutrina dominante, a da moda intelectual do seu tempo. Restos do Romantismo, apesar de Tito Lívio de Castro ser propugnador do Naturalismo (e afinal, que é este mais do que a continuação daquele?), o levaram a ver «submissão» onde não há a revolta exteriorizada. O mesmo «romantismo» o faria procurar outro Poeta desconhecido, como se fosse natural encontrar ainda outro Poeta de altíssimo valor (o das '*Cartas*') onde coexistiram três grandes Poetas e um único com o génio bastante para criar essa obra admirável — Tomás António Gonzaga.

Assim se negou Tito Lívio de Castro a fazer, como podia, as aproximações psicológicas, únicas que interessavam e identificariam Gonzaga com Critilo, nos limites naturais do paralelo entre um Autor e a sua criação de um personagem que em parte — só em parte, mas no que tem de profundo e pensado — o representa. E, no entanto, julga poder deduzir dos versos das '*Cartas*' o menos natural — a pessoa real do Poeta (amores, viagens, estudos e até a sua idade exacta ao fazer das '*Cartas*') como se no nome de Critilo tivesse querido o Poeta descrever-se inteiramente, e só isso.

Conclusão apressada era a de Tito Lívio de Castro: «é, portanto, inútil tomar como base de investigações o nome adoptado pelo autor das '*Cartas Chilenas*'. Não há documento algum que nos mostre qual a causa que presidiu à escolha deste nome» (pág. 27).

Havia, sim, um e bem público, impresso e célebre desde o Século XVII: — o '*Críticon*' de Gracián. Se o Crítico o tivesse conhecido teria «partido da obra para o Autor», mas para ver a identidade psicológica entre ele e o Gonzaga do Poema de '*Marília*', e o Juíz e o Homem que se revela no processo da Inconfidência Mineira. Teria estudado Critilo dando todo o valor ao nome escolhido, às razões que levaram a essa escolha e ao génio original que, apesar dela, refez o personagem de Critilo.

CAPÍTULO II

A ORIGEM DO NOVO CRITILO

Porquê o nome de Critilo, dado como autor das '*Cartas Chilenas*'? O que nos revela do verdadeiro Autor e da sua obra?

É isto que interessa à Crítica, não apenas o achado (tão fácil) da sua origem.

Era estranho à nossa Literatura este nome de Critilo. Não era possível encontrá-lo entre esses muitos nomes sugeridos pela Literatura Greco-Latina e muito menos entre os nomes «arcádicos». Teófilo Braga⁽⁹⁾, porém, entre outros, chamou-lhe, com a sua facilidade habitual em decidir: «pseudónimo arcádico».

Com esta facilidade de afirmar, é que foi possível dar a designação geral de «Arcadismo», absolutamente disparatada, ao nosso Neo-Classicismo. Tito Lívio de Castro, no seu curioso mas imperfeito estudo sobre as '*Cartas Chilenas*'⁽¹⁰⁾, mais cauteloso perguntava: «É um pseudónimo arcádico?» e acrescentava: «Não se encontra em toda a Literatura Portuguesa um Critilo» (pág. 27). E não. Mas estava bem público num dos livros mais célebres, num dos mais fortes e belos livros da Literatura Espanhola, que todos os Críticos, incluindo Teófilo Braga, mostraram não ter sequer folheado. Não seria de esperar, aliás, dos Críticos que obscureceram a realidade do nosso Neo-Classicismo com este biombo de falsidade: «escola francesa», que procurassem fora da França a origem de uma das figuras mais belas da criação literária, bem portuguesa, do Século XVIII.

Assim se forjam os «grandes problemas», que a mais simples cultura literária resolve. Critilo é o nome, bem em evidência para quem conhece a Literatura Espanhola, de um personagem do '*Críticon*' de Gracián. Mas não sendo um desses muitos nomes de sugestão antiga, tão indiferentemente adoptados pelos Neo-Clássicos, algum motivo deve ter havido para a sua escolha. E houve. Mas não o da semelhança de espírito entre os dois Autores.

(9) Teófilo Braga: '*Recapitulação da História de Literatura Portuguesa — IV — Os Arcades*' — Livraria Chardron. Porto, 1918. Pág. 403.

(10) Tito Lívio de Castro, Obra citada.

A sugestão inicial vem de um episódio, indiferente à grande obra alegórica que é o *'Críticon'*, em que, logo no seu início, Gracián quis dar a Critilo uma aparência de vida como personagem novelesco.

Critilo narra a Andrénio (*Crisi IV* da I.^a Parte do *'Críticon'*) como nasceram as suas desgraças e a sua iniciação na vida e, da separação dos homens e convívio com os livros, na prisão, o fazer-se pessoa. E diz: «Aportámos à rica e famosa cidade de Goa, corte do Império Católico no Oriente, cadeira dos seus vice-reis, empório universal da Índia e das suas riquezas». Ali nasceu o seu amor por Felisinda e a rivalidade com «um sobrinho do vice-rei, que lá o mesmo é que dizer nume e ramo da divindade. Porque ali o gostar um vice-rei é obrigar, e os seus pensamentos se executam mesmo antes que se imaginem».

Critilo como personagem, como «ser vivo» (e como tal o dará o «Prólogo» das *'Cartas Chilenas'*), não apenas como nome de uma extraordinária alegoria do Homem, Critilo é o sábio, o prudente, o culto, o varão «muito pessoa» de todo o *'Críticon'*, e é também, como aparece no princípio, o perseguido pela autoridade discrecionária de um governador colonial e de quantos o rodeiam e incensam a sua soberba e tirania. Creio que não é fácil escolher um criptónimo com uma razão mais facilmente explicável.

Entre as duas simbolizações do homem: Critilo, o sábio e prudente, e Andrénio, o ingénuo homem da Natureza, a quem aquele dá o nome e a iniciação, não podia Gonzaga, em tudo tão consciente da sua cultura, da sua superioridade intelectual e da sua força moral, deixar de escolher para si o nome da primeira. E não só pelo episódio referido, do princípio da obra, mas, creio, pela leitura atenta de todo o *'Críticon'*.

Dele lhe terá vindo também, pela lembrança da sátira da «cova do nada» (*Crisi VIII* da 3.^a parte) em que se pintam, entre muito fumo, os «soberbos» fidalgos portugueses, a ideia do nome próprio que deu ao soberbo e estúpido Minésio: «Fanfarrão». Se é que não veio do título, tal como habitualmente traduzido nas Línguas modernas, da peça de Plauto: o *'Soldado Fanfarrão'*. A aplicação ao fidalgo soberbo é, porém, do *'Críticon'*.

Há mesmo uma aproximação que deve fazer-se, embora

seja um erro ver nela uma filiação directa, tão comum é a ideia expressa. Bocage, por exemplo, a consigna por quase idêntica forma.

Para definir a «fantasia» do fidalgo português diz o «Folgasão», nesse capítulo do '*Criticon*': «ali teríeis topado com fidalguias de a par de Deus, solares de antes de Adão». Nas '*Cartas Chilenas*', para exprimir o máximo de soberbice fidalga, põe-se este desprezo pelo *Bispo* na ideia do *Fanfarrão*:

«É um grande que foi, há pouco, frade
E não pode ombrear com quem descende
De um bravo patagão que, sem desculpa,
Lá nos tempos de Adão já era grande.» (11)

Como esta, outras muitas aproximações poderiam fazer-se mas que apenas serviriam para nos induzir em erro, fazendo supor uma influência o que é apenas semelhança na comum base de Cultura Clássica. E o '*Criticon*', como bom livro clássico, está repleto de «imitações».

Gracián o confessa: «de cada um dos Autores de bom engenho atendi em imitar o que sempre me agradou; as alegorias de Homero, as ficções de Esopo, o doutrinal de Séneca, o judicioso de Luciano, as descrições de Apuleio, as moralidades de Plutarco, os empenhos de Eliodoro, as suspensões de Ariosto, as crisis de Boquelino e as mordacidades de Barcalayo». ('*Criticon*'. A «quem ler», como prólogo da 1.^a Parte).

E não só estes; pois, de Platão e Aristóteles, Horácio e Tácito, Gôngora e Quevedo, Hobbes e Montaigne e tantos outros, se encontram imitações no '*Criticon*' e até, paradoxo supremo, na mente de Andrénio, ainda antes de articular a voz humana, põe o pensamento de Descartes:

«Sou ou não sou? Mas, pois que vivo conheço e advirto, um ser tenho. Mas, se sou, quem sou eu?» (*Crisi* I da 1.^a Parte). Seria também fácil rastrear os conselhos de heroísmo espalhados por todo o '*Criticon*' (mas sempre dominados por os da prudência do «varão sábio e discreto») e especialmente marcados no final, ao demandarem Critilo e Andrénio «em meio deste imenso pélagos da fama, aquela célebre Ilha da Imortali-

(11) '*Cartas Chilenas*', Carta 5.^a, versos 255 a 258.

dade, albergue feliz dos heróis, estância plausível dos varões famosos».

Ali conta «um imortal» que ao Criador se queixara o homem da sua pouca vida, comparada com a do corvo, e que obtivera em resposta estes conselhos que tão longe estão do pensamento da imortalidade cristã e da natureza perecível e vã das glórias mundanas e das criações do homem em sua pobre (mas única eterna) vida:

«E quem te disse a ti que te não hei concedido muito mais longa vida que ao corvo e que ao roble e à palma?...

Adverte que está na tua mão o viver eternamente. Procura tu ser famoso realizando façanhas; trabalha por ser insigne, já nas armas, já nas letras e no governo; e, o que é supremo, sê eminente na virtude; sê heróico e serás eterno; vive na fama e serás imortal. Não faças caso, não, de essa material vida em que te excedem os brutos. Estima, sim, a da Honra e da Fama e entende esta verdade: os homens insignes nunca morrem» (12).

«Bem aventurados os pobres de espírito porque deles é o Reino dos Céus...» Não era conselho que Baltasar Gracián — embora padre jesuíta — pudesse repetir. Com a crueldade notada por Azorín, faz dizer ao «Imortal» a resposta do Filósofo ao pranto de Xerxes por esses homens, inúmeros, que via desfilar ante si, e todos, cedo ou tarde, condenados a morrer:

«...Mas eu rio-me do seu pranto, porque lhe havia de perguntar, ao grande monarca da Ásia:

«Sire, estes homens ou são insignes ou vulgares. Se famosos, nunca morrem; se comuns, mais que morram. Eternizam-se os grandes homens nas memórias dos vindouros, mas os comuns jazem sepultados no desprezo dos presentes e no pouco reparo dos que virão. Assim que são eternos os heróis, e os varões eminentes imortais» (13).

Também isto vem do seu fundo de Cultura Clássica e do Estoicismo. Não é cristão.

(12) 'Críticon' — Terceira Parte: «No Inverno da Velhice», *Crisi* XII: «A Ilha da Imortalidade».

(13) Idem, idem.

Não admira, pois, que Baltasar Gracián fosse punido, como foi, pelo Provincial de Aragão da Companhia de Jesus, a que pertencia, e que, apoiando a punição, o Geral dos Jesuítas aconselhasse que «visitassem de tempos a tempos a sua cela e os seus papéis (14). Antes será para louvar e agradecer a moderação, que não é muito comum para com Escritores. Nem é para admirar também a simpatia de Nietzsche por Gracián, pois nele encontrava uma ante-visão, não tão forte mas não menos dura e cruel, do que separa os homens («quantos mais deles morram, melhor») e o super-homem.

O que seria para admirar é que Gonzaga, com a sua grande fé na Justiça e na virtude essencial de todos os homens — embora, com todos os que leram os Filósofos antigos ou escutaram o seu eco em Horácio, condenando o vulgo e os seus maus produtos, os tendeiros e fanfarrões, — aceitasse esta lição de Gracián. Dele? Do Classicismo, afinal, pois não é mais, aquela *Ilha da Imortalidade*, do que a *Ilha dos Amores* de Camões e a do mais escutado dos '*Triunfos*' de Petrarca — o *da Fama*.

Quem mostrará (poderei fazê-lo, um dia?) quanto o Renascimento e mesmo o Classicismo têm de muito, mas duramente, humano, mas por isso mesmo, e ao invés do Romantismo, de pouco humanitário? Quem dirá quanto a primeira reacção anti-romântica, do fim do Século XIX, com Nietzsche, por exemplo, e também a nossa, do Século XX, foi buscar de apoio e raiz, já não à Antiguidade Clássica, Greco-Latina, sòmente, mas também à criação original dos séculos do Renascimento e do Barôco e mesmo à do Neo-Classicismo antes que este caísse na «sensibilidade» feminil e no amor dos grandes princípios que levou ao humanitarismo? Que levou também, acrescentando-se, à quase permanente chacina causada pelas demagogias, de várias espécies, desde a da Revolução Francesa às mais recentes.

Não era Gonzaga homem da nova ordem ou desordem revolucionária, mas também não era pessoa para aceitar nem cometer injustiças, nem olhar cruelmente os pobres mortais. Não era pessoa para aceitar este ou outros, mais prudentes

(14) Citado no referido prefácio de André Rouveyre às '*Pages Caractéristiques*'.

ou menos dignos, conselhos de Gracián. Era outro, e real, o seu heroísmo: o do homem que não desdenha nada do seu ser humano e não tomou os conselhos da prudência para deixar de castigar, com o seu sarcasmo, a injustiça, a prepotência e os fanfarrões.

Nem os sarcasmos de Gracián aos Portugueses o devem ter comovido muito, pois se não importou de passar à posteridade como «enamorado perene», — uma das «fantasias» da sua nação, como dizia Gracián.

Não, o '*Críticon*' foi lido e aproveitado mas não foi «oráculo» de Gonzaga. E aos conselhos do '*Oráculo Manual*' deve ter-se fechado o seu espírito, por muito diferente.

As obras de Baltasar Gracián leu-as com certeza. Com o disfarce da autoria sob o nome de seu irmão Lourenço (que nunca escreveu) mas já com um amor de glória para o seu próprio nome, que lhe fez recusar o primeiro pseudónimo, anagramático, de Garcia de Marlones, pois se chamava Gracián de Morales, este, ou seja Baltasar, lá está com os seus dois volumes entre os sequestrados a Cláudio Manuel da Costa. E deste seriam...

Não creio que por simples sugestão, para a sua aquisição, daquela oferta, não de todo o '*Críticon*' mas da sua primeira parte, a Dom Pablo de Parada, em que há uma referência ao Brasil: «Nasceu com V. S.^a o valor em sua pátria Lisboa, cresceu no Brasil entre plausíveis bravezas e campeou na Catalunha entre célebres vitórias».

Não teria vindo, também, o interesse por este livro, da outra referência ao Brasil (e são as duas únicas) num episódio com toda a evidência influenciado pelo '*Auto da Fama*', de Gil Vicente, facto ainda não notado, que eu saiba? Vem ela na resposta dos Franceses que se queixavam à Fortuna do seu exclusivismo. (Segunda parte. *Crisi* III «Cárcere de ouro e calabouço de prata») «Que murmurais de mim? — diz a Fortuna — Que me volvi espanhola? — Ó madраста nossa, responderam eles, e mãe dos Espanhóis!..... Deste-lhes umas e outras índias quando a nós outros uma Florida no nome que na realidade é muito seca...

«E sobretudo fizeste-los senhores daquela verdadeira Cuca-nha, onde os rios são de mel, os penhascos de açúcar, os torrões

de biscoito. E com tantos e tão saborosos doces dizem que é o Brasil um paraíso confitado».

Não nos ofendamos com Gracián pelo seu humorismo culinário. Notemos, antes, que o domínio económico na produção do açúcar teve um eco no maior livro alegórico do Século XVII. Por ele vemos também, como por outros testemunhos, que já nesse Século se dava maior importância à posse do Brasil do que à das Índias, orientais e ocidentais, porque o trabalho o fizera fonte de riqueza. Menos ainda nos magoe aquela reunião das terras lusíadas na mão dos Espanhóis por aquele Gracián que, em 1653, se recusa a reconhecer a reafirmação da Independência do que fora pouco estreita união.

A Fortuna estava enganando os Espanhóis. Mas, como não era hipócrita, já ia levantando uma ponta do véu, declarando-se aos Franceses: «Não digo eu (exclamou a Fortuna) que vós outros sois uns ingratos, sobre néscios? Como, que não vos dei as Índias? Isso podeis negar com verdade? Índias vos dei e bem baratas e ainda de borla, com dizem, pois sem custar-vos nada. E se não: dizei-me: Que Índias para a França como a Espanha mesmo?»

Teria demasiado encanto literário pensar que a referência ao Brasil, por tanto tempo escondida, fez outrora sorrir os dois amigos e grandes Poetas Cláudio e Gonzaga. Mas de qualquer modo não foi essa a razão do seu encanto por este livro naquele outro Brasil, não rural e de «mel e açúcar», mas duro e forte, da exploração mineira.

A Cláudio Manuel da Costa, embora brasileiro, sentindo-se exilado, porque não era aquela terra forte uma doce Arcádia onde o seu fino espírito vivesse à vontade, devem as obras de Gracián ter agradado principalmente pela leitura do tratado sobre a «Agudeza e Arte de Engenho». Desse espírito subtil, e depurado pela Itália, é um eco ainda, bem formoso e original, a sua obra.

Conhecidas terão sido, as obras de Gracián, através dos Jesuítas com quem Cláudio se educou, e já teriam feito as pazes com a obra, sabendo, como sabiam, a sua real autoria, mas admirando o génio de um dos seus? Quem pode dizê-lo? Mas se alguma coisa podemos concluir é que, se houve leitura do '*Criticón*' ainda na adolescência, dessas que deixam

marca indelével num espírito, ela foi feita por Cláudio, em quem há rastros do pessimismo e prudência «obsequiosa», cortesã, que se não encontram em Gonzaga, nem nas '*Cartas Chilenas*'.

Suponho — mera hipótese de intuição, bem sei — que Gonzaga o recebeu emprestado pelo «advogado» Cláudio em hora em que ele quis fazer um pouco de «humor» com a ideia que tinha da Justiça o sempre (e a palavra sempre é aqui absoluta) crente na Justiça que era Gonzaga.

E é o «diálogo» sobre a Justiça entre os dois Critilos, o que melhor mostra quanto, opondo-se ao espírito de Gracián, Gonzaga se mostra bem ele, e original, e o único possível Autor das '*Cartas Chilenas*'.

CAPÍTULO III

CONFRONTAÇÃO DOS DOIS CRITILOS

O CRITILLO DE GRACIÁN

Considerando Baltasar Gracián do ponto de vista do ensinamento moral que ele nos deixou, disse Azorín, condenando a crueza da sua inteligência: «Gracián chega, nas suas deduções, a extremos verdadeiramente cruéis». — E transcreve a seguir estes pensamentos do '*Oráculo Manual*' para exemplificar o seu asserto: «Conhecer os afortunados, para a eleição, e os desditosos, para a fuga». «Nunca, por compaixão do infeliz, se há-de incorrer na desgraça do afortunado». «Saber excusar pesares... Nunca se há-de pecar contra a própria dita, para comprazer com quem aconselha e fica de fora».

Mas... «Nunca exagerar», aconselha Gracián, acrescentando: «Grande tema para a atenção, não falar por superlativos, já para se não expor a ofender a verdade já para não desdourar a própria cordura» (15).

E Azorín, que nunca exagera «por superlativos», caiu noutra exagero, com certa crueldade para com Gracián, deixando, ante os «humanitários» corações modernos (livre-nos deles o Senhor), uma imagem friamente inumana de Gracián.

Que tentação para o começo de um diálogo entre Gracián e Gonzaga, o humaníssimo Gonzaga, ou entre Critilo e Critilo. Mas não. Seria começar por substituir, à verdade complexa, uma aparência inumana do personagem que nos oferece Gracián. Quero primeiro estabelecê-lo em termos de verdade.

«É perigosa, mas o homem de bem não pode deixar de dizê-la», escreveu Gracián da verdade, acrescentando (e nisto é que se vinca a constante diferença com o outro Critilo): «Aqui é mister o artifício»... «arte de dourar os desenganos».

Aqueles pensamentos transcritos por Azorín, separados do que se lhes segue, exageram a inumanidade de Gracián.

Sim, ele diz que se evitem os desditosos, mas esclarece o seu pensamento, continuando logo: «a infelicidade é de ordiná-

(15) Esta como todas as outras citações de Gracián, não diferentemente indicadas, são do '*Oráculo Manual*'.

rio crime de necessidade, e de participantes, e não há contágio tão pegadiço... «Na dúvida o acerto é chegarmos-nos aos sábios e prudentes que, cedo ou tarde, topam com a ventura».

Explica, no outro pensamento, por que nega aos infelizes a compaixão, «favor inútil» contra «os desfavores da fortuna». «Há alguns que nunca vão senão com os desditosos e ladeiam hoje por infelizes aos que ontem fugiram por afortunados. Argúio talvez nobreza do natural, mas não sagacidade».

Cruel, friamente cruel, mas não vil. Basta que deixe a nobreza à atitude compassiva.

Sim, ele diz: «Saber excusar-se a pesares (traduzo do *'Oráculo Manual'*) é cordura proveitosa, é poupar-se a desgostos. A prudência evita muitos. É lucina da felicidade e por isso do contento. As odiosas novas não as dar; menos recebê-las; hão-de vedar-se-lhes as entradas, se não é a do remédio».

Não é diferente? Sem «o leite da humana ternura», por certo. Sem caridade nem heroísmo cristão. Sem valentia no oferecer-se às dores por qualquer bem, próprio ou alheio, que não seja a impassibilidade que permite ao sábio viver, mais do que para si, para a sua obra e ajudando a Fortuna (e já é de maior nobreza do que a sua adoração que vemos todos os dias em nosso redor) para alcançar a Fama.

«A fortuna se deseja e por vezes se ajuda; a fama se diligência; desejo de reputação nasce da virtude; foi e é irmã de gigantes a Fama...».

E não qualquer fama, mas aquela cujo desejo nasce da virtude, embora Gracián saiba que ela: «anda sempre por extremos», «entre heróis e monstros», «prodígios de abominação ou de aplausos».

Mas, que virtude é esta incapaz dos sacrifícios da compaixão, do amor, do sentimento, do heroísmo?

O heroísmo só cura de saber os obstáculos que se opõem à sua manifestação para estudar como os pode vencer. Sabe que triunfa igualmente pelo esplêndido desastre e com ele pode renovar o Mundo. Não lho dizia a Divina Figura de Cristo?

Um escrúpulo o toma, e se recorda da sua sincera crença, — mas o mundo é uma tal batalha! Lembra-se de Heráclito, — mas não tem a sua coragem exaltada por um nobre e viril pessimismo.

As páginas, fundamentais, com a sua concepção do Uni-

verso, o que ele chama, com ironia admirável, «A formosa natureza» (*Crisi* III da 1.^a Parte do 'Críticon') começam pela paráfrase de Heráclito e acabam com a afirmação de todas as filosofias que vêem este Universo «como espelho grande de Deus».

Contradição absoluta. Insinceridade na primeira? Sarcasmo na segunda? Nem isso. Mera contradição a que leva todo o optimismo metafísico fundado numa Crença, se o mundo físico e social não podem ser aceites com o mesmo optimismo porque a inteligência, demasiado humana para se velar de cor de rosa, deseja-se clara e verdadeira.

«Para Gracián tanto o mundo físico como o social são uma luta tremenda e eterna» diz Azorín. Sim, mas repetindo, sem nada lhe acrescentar de novo, a concepção de Heráclito e parafraseando as frases de quem foi talvez o mais alto dos Filósofos gregos.

«Todo este Universo se compõe de contrários e se conserta de desconsertos». Tudo é combate. «Não há coisa que não tenha o seu contrário com quem peleje, já com vitória já com rendimento. Tudo é fazer e padecer».

Sim há novidade — no acento dado, com tristeza, a esta palavra *padecer*. «Onde irá um homem que não guerreie»? Onde irá? Se é o heroísmo que domina o seu espírito, irá a maior luta ainda, à própria luta humana e divina.

Mas o «fogo eternamente vivo» de Heráclito, que é na alma do homem heroísmo e consciência da Divindade em luta, dulcifica-se em Gracián pelo seu optimismo metafísico:

«Mas oh, maravilhosa, infinitamente sábia providência de aquele grande Moderador de tudo o criado...»

A natureza se renova, o mundo se remoça, a terra se estabelece e o divino governo é admirado e adorado.»

E a luta é inútil... O sofrer do que ela tem de sacrifícios, padecimentos e dor, inútil... E a compaixão por todos os que, mesmo por um momento apenas, mesmo inferiormente, são companheiros nesta luta, face à Eternidade, inútil...

O *Moderador* poderia organizar as coisas um pouco melhor... Por mim creio que esta ideia de um Divino Moderador leva à blasfêmia. Mas se Ele for também não o Moderador, deste optimismo metafísico um pouco ridículo, mas a Força

em luta, o próprio e maior Lutador, o Guerreiro Eterno? Oh, então, sim, então, é Deus.

Estas serão as palavras do Heroísmo que tantos milénios custaram ao homem para que pudessem ser enfim pronunciadas. Não as disse, não as diria, jamais, Gracián. Nem por um passo mais se aproximou da verdade.

Mas a sua visão inicial — que já fora a de Heráclito — deixou-a marcada por um sentimento de pavor. E porque era crente num Deus, no seio do qual finda a guerra do homem: — «que é seu norte, centro e sol, a quem busque, em quem pare e a quem goze» — condenou o mundo e os homens. E porque era «sábio e prudente» quis, para si e para aqueles a quem aconselha, o mínimo do padecer.

O natural seria desprezar a fama e a «imortalidade» entre os homens. Mas superior à sua filosofia estava a sua realidade humana, filha do mesmo «fogo eternamente vivo» que tem de realizar-se através de todos os obstáculos, mesmo o da filosofia adoptada e o da crença pessoal.

A sua *realidade* íntima era a do génio literário. Apenas esta, mas enormemente. Para que ele se realize na obra escrita, o sábio se defende. Para que saibam os homens como ele sonhou a imortalidade humana, aconselha: que se não deixe o sábio vencer pelo mundo e, sabendo emular com os heróis, pareça já não humano, («*desdouro*») mas divino.

Serenidade olímpica de Goethe. Bom continuador espiritual e talvez discípulo, e mesmo de influência directa, veio a ter o Padre Baltasar Gracián. Bom discípulo? Não, porque deixou ver o artifício usado («toda a arte se há-de encobrir») e sacrificou em parte a obra ao personagem que quis criar consigo mesmo, ou não a pôde legar perfeita e limpa dos estilhaços da pedra que afeiçoava.

«Recate-se... todo o grande Mestre de que lhe vejam as obras em embrião».

Bom discípulo de Gracián, ele próprio.

Nesta vontade de realizar a obra perfeita e construir a sua imortalidade na Fama é, nisto sim, heróico, desmentindo todos os conselhos de prudência e habilidade desde que se trate de defender ou afirmar a íntegra sinceridade e plenitude da sua obra.

Para isso, sem amor e sem ambições de acção, sem fé nos

homens nem esperança de transformação do mundo, ao mesmo tempo que nobremente duro para consigo, sabendo condenar os «defeitos doces», é duro para com os outros e vence a natural compaixão, se ela ameaça a serenidade que lhe era necessária para, com desprezo absoluto pelo vulgo e o êxito que dele vem, fazer uma obra eterna.

Creio ter compreendido Gracián, o tão complexo. E da compreensão (não só do «parentesco de coração e de génios») nasce a simpatia.

Ter-me-á levado esta simpatia a humanizar e engrandecer a sua atitude moral perante a vida, mais do que permite o seu pensamento desenganado dos homens e o seu sentimento desabusado da vulgar compaixão?

De qualquer modo prefiro, seguindo o natural pendor português, o tê-lo humanizado a, como Azorín, por outra natural inclinação, espanhola, ter vincado o que pode desumanizá-lo mais.

«Não há nação que se escape de algum defeito original, mesmo as mais cultas, que logo censuram os confinantes, ou por cautela ou para consolo. Vitoriosa destreza, corrigir, ou pelo menos desmentir, estes nacionais desdouros...», diz o 'Oráculo Manual'.

Se o nosso defeito, português, de «em tudo ver formosura» pode ser esta natural propensão a compreender mesmo o que nos não é connatural, dele teremos feito uma alta qualidade. E fique por nosso fiador o próprio Gracián que não soube escapar ao seu «nacional desdouro».



Aparece-me neste momento aquela *Ilha da Imortalidade* onde se eternizam não só os criadores mas também as criaturas que nascem do génio literário — os Personagens e Figuras da Poesia. E nela oiço conversar Critilo com o seu próprio criador, Baltasar Gracián.

— Razão tinhas (começa Critilo) quando notaste os defeitos do «venenoso licor» nos Portugueses. «Português é este ou neto de Macias» que, mesmo na tua moral de indiferente pela dor dos homens, encontra formosura heróica e te retrata «qual a um anjo».

— «Nunca exageres», amigo Critilo. «Amar para ser amado» é também um grande segredo, e eu também o disse. E se ele me compreendeu, a culpa é minha, que não segui com inteireza o conselho que eu próprio dei ao varão sábio e desengonado: «Evite o varão atento que lhe sondem o fundo, já ao saber já ao valer, se quer que todos o venerem: permita-se ao conhecimento não à compreensão».

— Pior é isso (replicou Critilo) que tu mesmo te deixas vencer, está-me parecendo, com o novo louvor que chega até estas paragens. Pois já te não agrada o que disse de ti aquele grande sábio, de face de louco, inimigo dos homens e amigo dos cães, a quem chamam Schopenhauer?».

— Esse menos que todos os outros (respondeu Gracián) que de mim se serviu para mais criminalar a humanidade. «Não ser criminalador» disse eu, se bem te lembras: «Há homens de génio ferino; de tudo fazem delito, e não paixão, só por sua natureza. A todos condenam: a uns porque fizeram, a outros porque farão. Indica ânimo pior que cruel, que é vil...».

— Não continues; (interrompeu Critilo) que em nada têm aplicação as palavras que se seguem nem a quem censuras nem a quem louvas. Nada ingénuo me parece este, que quer mostrar ao Mundo que nesta Ilha vive escondido, há século e meio, um outro Critilo, quando os «manuais» e extensos tratados literários da sua Terra nem lhe fazem sequer referência. Um outro Critilo! Um Poeta! E quem sabe o que ainda quer fazer dele ou de mim!... Não se meteu ele já com o nosso inimigo Dom Quixote?

— Paciência, amigo Critilo, também os nomes literários têm sua descendência. Mas tu serás sempre o Sábio Critilo e o outro o Poeta Critilo.

— A quem tu condenas...

— A quem eu condeno, porque não soube ser prudente. A quem acho mesmo um pouco ridículo, porque fala em nome de uma coisa a que, não sei porquê, com maiúscula, os homens chamam Justiça. E por ela combateu. Mas não posso negar que fez *boa guerra*... E se caíu «no desdouro de mostrar que era homem» e se não moderou no sentir, como tanto aconselhei, não te posso negar que ganhou a imortalidade, por outras vias que não as nossas. Com sofrimento de muita dor... Mas talvez lhe fosse necessária. De qualquer modo foi grande e capaz. «A

capacidade e grandeza há-de medir-se pela virtude, não pela fortuna. Ela só basta-se a si mesma: Enquanto vivo o homem, o faz amável, e morto, memorável».

Pareceu-me que, à medida que Gracián falava, — como acontece nestas regiões da Imortalidade, onde se não morre mas a intensidade da vida aumenta ou diminui conforme a invocação das palavras — a figura do sábio Critilo se ia diluindo.

E caminhando para os dois, com um ar entre severo e teno, surgia o Poeta Critilo.

Era o caminho... Não, as paisagens das terras da Imortalidade não se podem descrever assim, porque mudam, a cada momento, com a presença ou ausência de cada um dos imortais. A cada um acompanha a sua paisagem. De tantas que são, interferem, combinam-se e mutuamente se anulam. Invocá-las, não descrevê-las, é o mais que pode fazer-se.

A deste era uma velha cidade com íngremes calçadas e casas baixas e, avultando entre elas, um palácio... Mas o palácio era uma cadeia!

Baltasar Gracián olhou tudo isto; pareceu hesitar um momento; depois, murmurando «*É preciso evitar os desditosos*», seguiu o Critilo Sábio e deixou o Poeta Critilo sozinho no cenário de Vila Rica.

E a confrontação a que eu esperava assistir entre os dois Critilos teve de continuar em forma de ensaio. O que não me parece mal. Que isto da confusão de «géneros literários» sempre foi coisa comum, mesmo, e às vezes, sob outros aspectos, mais ainda, nos tempos do Classicismo.

CAPÍTULO IV

CONFRONTAÇÃO DOS DOIS CRITILOS

O CRITILO DE GONZAGA

Fiquei-me a sós com o Poeta Critilo e não senti qualquer diminuição de intensidade no sol de glória daquela Ilha da Imortalidade. A paisagem, sim, essa empobreceu notavelmente.

E que admira? Se a paisagem que vai acompanhando o Sábio Critilo é das mais ricas do Mundo, por sua variedade e continuadas mutações!

Mas, que implica isso com a grandeza dos personagens?

Acaso um duro e constante cenário de velhas casas em meio de uma terra a que dá o tom do sofrimento humano o trabalho da mineração, acaso aquela Vila Rica não faz ressaltar melhor a profunda e alta humanidade do Poeta Critilo?

Vivia nela um Ouvidor e Poeta, quando...

Há sempre um momento em que todas as forças da vida se concentram para se afirmar ou explodir (mostrá-lo é o segredo do Teatro), um momento que determina o aparecimento de uma obra, por mais que ela tenha sido antes acarinhada em muitos lustros de vida interior.

O momento que determinou o aparecimento das '*Cartas Chilenas*', e com elas o nascimento do novo Critilo, foi aquele em que um certo Capitão de Vila Rica se decidiu a perpetuar o seu nome pela construção de um palácio que era... uma cadeia.

Era Ouvidor de Vila Rica, severo Juiz e grande Poeta, um homem a quem o Destino dera o mais belo dos amores. Ele um homem na plenitude da sua força e do seu génio mas naquela idade («no meio do caminho da vida», disse o altíssimo Poeta), na qual o amor e a sua poesia costumam ser substituídos pela acção. Ela uma senhorinha bela e em plena juventude. E o homem severo e bom era correspondido no seu amor. Tinha diante de si o mais belo dos sonhos: voltar a possuir agora, consciente e forte, sem ingenuidades de jovem, a primeira vida. E cantava este sonho em versos de uma ternura forte e calma...

Mas aquela cadeia!... O que no «soberbo chefe» era obcecção que levava a todas as prepotências para a ver realizada, era, para o coração justo e a equilibrada inteligência do seve-

ro Ouvidor, uma completa monstruosidade!... Aquela cadeia!...
E para quem?!

*«para uns negros
Que vivem (quando muito) em vis cabanas
Fugidos dos senhores, lá nos matos.»* (16)

Esta obra da cadeia-palácio ao Ouvidor parecia do máximo ridículo, só digna de se lhe:

*«aplicar aquela mofa
Que faz o nosso mestre, quando pinta
Um monstro meio peixe e meio dama.»* (17)

E repetia os versos do seu Mestre (creio que todos saberão que se trata de Horácio) a quem gostava de imitar:

*«ut turpiter atrum
Desinat in pisces mulier formosa superne,»* (18)

O que, na boa tradução do nosso Cândido Lusitano, diríamos:

*«De sorte que mulher de belo aspecto
Em torpe e negro peixe rematasse.»* (19)

Mas negro e torpe, horrendo, era também aquele edifício aparentemente belo e majestoso, e que assim descreve, com a boa justiça de que nunca se afasta. Ridículo e sem «perfeição» porque «sem a sábia proporção», e feito sobre tanto martírio de inocentes, suor e lágrimas de desgraçados, para prender outros desgraçados.

A indignação do justo explode e supera o riso da inteligência razoável:

«Spectatum admissi, risum teneatis, amici?» (20)

«Vós chamados a ver esta pintura o riso sofrerieis?» (21)

(16) 'Cartas Chilenas', III, vers. 114-116.

(17) Idem, III, vers. 118-120.

(18) Horácio 'De Arte Poética Liber — Ad Pisones', versos 3 e 4.

(19) 'Arte Poética' de Q. Horácio Flaco. Traduzida e ilustrada em Português por Cândido Lusitano. — Segunda edição — Lisboa, na Oficina Rolandiana — 1778.

(20) 'Ad Pisones' — verso 5.

(21) Trad. de Cândido Lusitano.

... E as lágrimas? Susteríeis as lágrimas?
 E a grande voz vingadora eleva-se com uma força que não era habitual na sua época nem, com plena sinceridade, o é hoje que tanto se fala do «humano» para esconder tanto baixo egoísmo:

*«Um soberbo edifício levantado
 Sobre ossos de inocentes, construído
 Com lágrimas dos pobres, nunca serve
 De glória ao seu autor, mas sim de opróbrio.»* (22)

Desta indignação nasceu o Poeta Critilo. Caso não raro na Literatura, a sátira nasceu da indignação do justo. Mas, caso talvez único, falou também em nome da outra Justiça, tão satirizada, da Justiça instituição social.

É este um dos motivos da profunda originalidade das '*Cartas Chilenas*', motivo, igualmente, da sua inteira e complexa humanidade. Porque esta não vive apenas de complacência e perdão mas também do severo cumprimento do dever e do respeito por aquelas leis que a si próprios impõem os homens, enquanto outra Justiça, mais alta, as não torna caducas, ou já desnecessárias.

Perpétuo e dramático conflito interior da justiça humana, para aqueles poucos que a vivem com plenitude e grandeza.

O dever de hoje será olhado amanhã como um crime ou uma impiedosa dureza? O crime de hoje ou deste País, como pobre culpa ou mesmo acto louvável de outras terras e de outros dias?

Os Poetas, em geral, abstêm-se de considerar este drama.

Por natureza ou simples cautela, falam em nome da humana dor, que será eterna, e assim evitam o perigo de sujeitarem às contingências dos tempos a verdade das suas obras.

Desde o Romantismo, esta submissão da Justiça à desgraça e à dor se faz, quase sempre, com um tal exagero do «humanitário» que, se as suas idealizações fossem realizadas, não subsistiria qualquer espécie de ordem social. Por outro lado, e como reacção, há também uma entrega da Justiça às brutalidades tirânicas, às interpretações arbitrárias, ao desrespeito das leis. E o drama interior da Justiça subsiste, ou se agravou.

(22) '*Cartas Chilenas*', III, versos 78-81.





TOSSE ?

BENZO-DIACOL

DRÁGEAS

GOTAS

XAROPE